

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
Programa de Pós-Graduação em Letras
Doutorado em Letras
Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso

Tese de Doutorado

**GESTÃO E USO DE SI DO EGRESSO TÉCNICO
EM SEGURANÇA DO TRABALHO: CENOGRAFIA
E ETHOS CONSTRUÍDOS NA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL E NA CONCRETUDE DA
ATIVIDADE LABORAL**

ELAINE RIBEIRO



ELAINE RIBEIRO

**GESTÃO E USO DE SI DO EGRESSO TÉCNICO EM
SEGURANÇA DO TRABALHO: CENOGRAFIA E ETHOS
CONSTRUÍDOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NA
CONCRETUDE DA ATIVIDADE LABORAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de doutor em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas.

Passo Fundo

2023

CIP – Catalogação na Publicação

R484g Ribeiro, Elaine
Gestão e uso de si do egresso Técnico em Segurança do Trabalho [recurso eletrônico] : cenografia e ethos construídos na formação profissional e na concretude da atividade laboral / Elaine Ribeiro. – 2023.
2.5 MB ; PDF.

Orientador: Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas.
Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, 2023.

1. Técnicos em Segurança do Trabalho. 2. Ambiente de trabalho. 3. Atividade laboral. 4. Linguagem e trabalho. 5. Análise do discurso. I. Freitas, Ernani Cesar de, orientador. II. Título.

CDU: 801

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a tese

**“GESTÃO E USO DE SI DO EGRESSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO:
CENOGRAFIA E ETHOS CONSTRUÍDOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NA
CONCRETUDE DA ATIVIDADE LABORAL”**

Elaborada por

Elaine Ribeiro

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Letras, Área de concentração: Letras, Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso”. A Comissão Examinadora destaca o mérito do estudo realizado mediante material qualitativo e com potencial para publicações e continuidade da pesquisa.

Aprovada em: 3 de abril de 2023
Pela Comissão Examinadora



Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas
Orientador - Presidente

Documento assinado digitalmente
 LUCIANA SALAZAR SALGADO
Data: 03/04/2023 18:16:29-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Luciana Salazar Salgado
UFSCar



Prof.^a Dr.^a Andrea Ad Reginatto
UFSM



Prof.^a Dr.^a Marlete Sandra Diedrich
UPF



Prof.^a Dr.^a Luciana Maria Crestani
UPF



Prof.^a Dr.^a Claudia Stumpf Toldo Oudeste
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras

AGRADECIMENTOS

A vida me proporcionou momentos incomparáveis, oportunidades indescritíveis e pessoas extraordinárias. Por essa razão, sou grata:

A Deus, por guiar e iluminar meus caminhos.

Ao Adilson, meu marido, que sempre me encoraja e conforta. Gratidão pelo amor, pelas palavras e abraços nas horas difíceis e por compreender e apoiar minhas escolhas. Amo-te!

À pequena Isabelle, minha filha, que esteve literalmente ao meu lado durante essa trajetória. Obrigada, Belle, por compreender, mesmo tão criança, meus momentos laboriosos. Amo-te incondicionalmente!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas, por me apresentar teorias tão instigantes que mudaram os rumos da minha história pessoal e profissional e por despertar e alimentar meu interesse pela pesquisa. Grata pela compreensão, acolhida, paciência e orientação sempre atenta e segura. Admiro-o muito professor!

À minha família, pelo amor, torcida e apoio.

Aos amigos, que muito significaram em todos os momentos da minha vida.

Aos colegas do Curso de Doutorado, pelas trocas intelectuais e afetivas.

À Universidade de Passo Fundo e ao Programa de Pós-Graduação em Letras, por terem me acolhido durante uma significativa parte da minha trajetória acadêmica. Agradeço a todos os professores que tive ao longo dessa caminhada, em especial, aos que participaram e contribuíram na minha formação acadêmica.

Aos professores que participaram da construção e avaliação desta pesquisa: Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado (UFSCar), Profa. Dra. Andrea Reginatto (UFSM), Profa. Dra. Marlete Sandra Diedrich (UPF) e Profa. Dra. Luciana Maria Crestani (UPF).

Aos queridos Karine Castoldi e Gunnar Gustavo Trindade, pela atenciosa e competente forma como sempre me auxiliaram nas questões burocráticas dessa jornada.

Ao Instituto Federal Catarinense, em especial ao *Campus* Fraiburgo, por me conceder o afastamento para qualificação profissional, o qual me possibilitou a dedicação necessária para aprofundar e aprimorar meus conhecimentos. Agradeço ainda pelo desvelo com que atenderam minha solicitação quanto à pesquisa documental, objeto deste estudo.

Aos técnicos em Segurança do Trabalho (TSTs) que participaram como sujeitos da investigação, pela prontidão e carinho com que atenderam minha solicitação. Vocês foram os maiores protagonistas desta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“viver apresenta-se como sequências ininterruptas, encaixamentos de dramáticas de uso de si, através das escolhas de que uso se quer fazer frente aos usos que os outros querem fazer de nós” (SCHWARTZ, em entrevista a SCHERER *et al.*, 2022, p. 4).

RESUMO

O estudo que desenvolvemos nesta tese apresenta como tema a interface linguagem e trabalho: diálogos entre a Ergologia e a Análise do Discurso. O objetivo geral é descrever e analisar as práticas discursivas manifestadas pelos profissionais Técnicos em Segurança do Trabalho, egressos do Instituto Federal Catarinense, *campus* Fraiburgo - Santa Catarina, em situação real de trabalho, que constroem cenografias das quais emergem *ethos* discursivos, como imagem de si, que mobilizam saberes e valores decorrentes das prescrições e das renormalizações do fazer laboral. Este estudo se ancora nas concepções teóricas, em interface, que envolvem: a Ergologia de Yves Schwartz (2006, 2010a, 2010b, 2011, 2013, 2014, 2016), Schwartz e Durrive (2008, 2010, 2015), Durrive (2011), Faïta (2002), Souza-e-Silva (2002, 2014, 2019), Nouroudine (2002, 2011), Trinquet (2010), e os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, de linha francesa, em Dominique Maingueneau (2008, 2013, 2015, 2018, 2019, 2020). A tese formulada é a de que as práticas discursivas discursivizadas pelos TSTs, egressos do IFC, *campus* Fraiburgo, em SC, constroem cenografias, em situação real de trabalho, que configuram *ethos* discursivos, como imagem de si, que mobilizam saberes e valores decorrentes das prescrições e das renormalizações do fazer laboral. A metodologia assumida nesta investigação, quanto aos objetivos caracteriza-se como exploratória; no que se refere aos procedimentos técnicos, o estudo é classificado como pesquisa bibliográfica, documental e de campo. No que diz respeito à abordagem do problema, utilizamos a pesquisa qualitativa. Os *corpora* selecionados para análise compreendem prescrições/normas estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, do Instituto Federal Catarinense, *campus* Fraiburgo - Santa Catarina - e três relatos orais referentes à atividade real de trabalho, verbalizados de forma voluntária, nas entrevistas semiestruturadas, por três egressos do IFC. Os resultados da análise sinalizam que as cenografias construídas nos discursos manifestados pelos protagonistas do estudo são constantemente influenciadas pelas inconstâncias diárias que surgem na distância estabelecida entre o prescrito e o real da atividade laboral. Na tentativa de controlar as dimensões visíveis e invisíveis que se instauram nessa distância, os sujeitos revelam, no discurso sobre o trabalho, dramáticas do uso de si por si e de si pelos outros por eles vivenciadas, construindo distintos *ethos* discursivos no fazer concreto da atividade laboral.

Palavras-chave: Técnicos em Segurança do Trabalho. Linguagem e trabalho. Atividade laboral. Cenografia. Ethos discursivo.

ABSTRACT

The study developed in this thesis presents as its theme the interface language and work: dialogues between Ergology and Discourse Analysis. The general objective is to describe and analyze the discursive practices expressed by Occupational Safety Technicians, graduates of Instituto Federal Catarinense, Fraiburgo Campus- Santa Catarina, in real work situation, who build scenographies from which discursive ethos emerge, as image of themselves, which mobilize knowledge and values arising from prescripts and work re-standardization. This study relies on theoretical conceptions in interface which involve: Ergology by Yves Schwartz (2006, 2010, 2011, 2013, 2014, 2016), Schwartz and Durrive (2008, 2010, 2015), Durrive (2011), Faïta (2002), Souza and Silva (2002, 2014, 2019), Nouroudine (2002, 2011) and Trinquet (2010) and theoretical assumptions of French Discourse Analysis, by Dominique Maingueneau (2008, 2013, 2015, 2018, 2019, 2020). The formulated thesis is that the discursive practices discoursed by the Occupational Safety Technicians, graduates of Instituto Federal Catarinense, Fraiburgo Campus, in Santa Catarina, build scenographies, in real work situation, which configure discursive ethos, as an image of themselves, which mobilize knowledge and values resulting from the prescripts and work re-standardization. The methodology adopted in this investigation, regarding the objectives, is characterized as exploratory; as the technical procedures, the study is classified as bibliographical, documental and field research. Concerning the approach of the problem, a qualitative research was used. The corpora selected for analysis comprise prescriptions/norms established in the Pedagogical Project of the Technical Course in Occupational Safety, at Instituto Federal Catarinense, Fraiburgo Campus - Santa Catarina - and three oral reports referring to the actual work activity, verbalized voluntarily, through semi-structured interviews, by three Instituto Federal Catarinense graduates. The results of the analysis indicate that the scenography constructed in the speeches by the protagonists of the study are constantly influenced by the daily inconsistencies that arise in the distance established between the prescribed and the actual work activity. In an attempt to control the visible and invisible dimensions that are established in this distance, the subjects reveal, in the discourse about work, dramatic uses of themselves for themselves and of themselves by others experienced by themselves, building different discursive ethos in the concrete performance of the labor activity.

Keywords: Occupational Safety Technicians. Language and Work. Labor Activity. Scenography. Discursive Ethos.

RÉSUMÉ

L'étude développée dans cette thèse présente comme thème l'interface langage et travail : dialogues entre ergologie et analyse du discours. L'objectif général est de décrire et d'analyser les pratiques discursives manifestées par les techniciens professionnels de la sécurité au travail, diplômés de l'Instituto Federal Catarinense, campus Fraiburgo - Santa Catarina, dans une situation de travail réel, qui construisent une scénographie d'où émerge l'ethos discursif, comme une image de soi, qui mobilisent des savoirs et des valeurs issus des prescriptions et des renormalisations du travail. Cette étude est ancrée dans des conceptions théoriques, en interface, qui impliquent : L'Ergologie d'Yves Schwartz (2006, 2010a, 2010b, 2011, 2013, 2014, 2016), Schwartz et Durrive (2008, 2010, 2015), Durrive (2011), Faïta (2002), Souza-e-Silva (2002, 2014, 2019), Nouroudine (2002, 2011), Trinquet (2010), et les postulats théoriques de l'Analyse du discours, de la lignée française, avec Dominique Maingueneau (2008, 2013, 2015, 2018, 2019, 2020). La thèse formulée est que les pratiques discursives discourtées par les TST, diplômés de l'IFC, campus de Fraiburgo, en SC, construisent des scénographies, dans une situation de travail réel, qui configurent l'ethos discursif, comme une image de soi, qui mobilisent des connaissances et des valeurs résultant des prescriptions et des renormalisations du travail. La méthodologie adoptée dans cette enquête, en ce qui concerne les objectifs, est qualifiée d'exploratoire ; en ce qui concerne les procédures techniques, l'étude est qualifiée de recherche bibliographique, documentaire et de terrain. En ce qui concerne l'approche du problème, nous avons utilisé une recherche qualitative. Les corpus sélectionnés pour l'analyse comprennent des prescriptions/normes établies dans le projet pédagogique du cours technique de sécurité au travail, à l'Instituto Federal Catarinense, campus Fraiburgo - Santa Catarina - et trois rapports oraux se référant à l'activité de travail réel, verbalisés volontairement, dans les entretiens semi-directifs, par trois diplômés de l'IFC. Les résultats de l'analyse indiquent que la scénographie construite dans les discours exprimés par les protagonistes de l'étude est constamment influencée par les incohérences quotidiennes qui surgissent dans la distance établie entre l'activité de travail prescrite et réelle. Dans une tentative de contrôle des dimensions visibles et invisibles qui s'établissent dans cette distance, les sujets révèlent, dans le discours sur le travail, des usages dramatiques de soi pour

soi-même et de soi par les autres vécus par eux, construisant différents ethos discursifs dans le faire concret de l'activité travail.

Mots clés: Techniciens en sécurité du travail. Institut fédéral Catarinense. Langue. Travail. Scénographie. Éthos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Síntese histórica da Segurança do Trabalho no Brasil e no mundo.....	38
Figura 2 – Instituto Federal Catarinense – <i>campus</i> Fraiburgo.....	48
Figura 3 – Distinção entre o prescrito e o real.....	52
Figura 4 – Dispositivo dinâmico de três polos	64
Figura 5 – Síntese da perspectiva ergológica sobre o trabalho	66
Figura 6 – A linguagem NO, COMO e SOBRE o Trabalho	71
Figura 7 – Ergologia e interfaces possíveis.....	73
Figura 8 – Síntese linguagem e trabalho (Análise do Discurso)	84
Figura 9 – Esquema de Análise Ergodiscursiva	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensionamento do SESMT	40
Quadro 2 – Perfil do Egresso, Objetivo Geral e Disciplinas Acadêmicas	97
Quadro 3 – Síntese ergodiscursiva: Perfil do Egresso, Objetivo Geral e Disciplinas Acadêmicas.....	105
Quadro 4 – Excertos das verbalizações manifestadas pelos entrevistados 1, 2 e 3, com base nas questões 4, 5 e 6.....	108
Quadro 5 – Síntese ergodiscursiva dos excertos manifestados por E1, E2 e E3 com base nos questionamentos 4, 5 e 6.....	121
Quadro 6 – Excertos das verbalizações manifestadas por E1, E2 e E3, com base nas questões 7, 8 e 9.....	122
Quadro 7 – Síntese ergodiscursiva dos excertos manifestados por E1, E2 e E3 com base nos questionamentos 7, 8 e 9.....	134
Quadro 8 – Excertos das verbalizações manifestadas pelos entrevistados E1, E2 e E3 – com base nas questões 10, 11 e 12.....	136
Quadro 9 – Síntese ergodiscursiva dos excertos manifestados por E1, E2 e E3 com base nos questionamentos 10, 11 e 12.....	146
Quadro 10 – Síntese contrastiva/comparativa.....	152

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEPROF – Centro Educacional Profissional de Fraiburgo

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

DNSHT – Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho

EPT – Educação Profissional Tecnológica

FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado

FEI – Faculdade de Engenharia Industrial

FIC – Formação Inicial Continuada

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho

IFC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

IFECTs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

IFs – Institutos Federais

IS – Inspetor de Segurança

IQ – Inspetor de Qualidade

MEC – Ministério da Educação

MTb – Ministério do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTP – Ministério do Trabalho e Previdência

MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social

NR – Norma Regulamentadora

NRs – Normas Regulamentadoras

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PPC – Projeto Político Pedagógico

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SENAC – Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESMT – Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho

SP – São Paulo

SS – Supervisor de Segurança

SST – Saúde e Segurança do Trabalho

TAL – Teoria da Argumentação da Língua

TBS – Teoria Dos Blocos Semânticos

TST – Técnico em Segurança do Trabalho (curso)

TST – Técnico em Segurança do Trabalho (profissional)

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UPF – Universidade de Passo Fundo

URI – Universidade Regional Integrada

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 A SEGURANÇA DO E NO TRABALHO: UM COMPROMISSO COM A VIDA.....	34
2.1 CUIDAR DO TRABALHADOR: QUE HISTÓRIA É ESSA?	34
2.2 QUEM É O TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO?	39
2.3 A FORMAÇÃO TÉCNICA: EM BUSCA DOS SABERES ERUDITOS	43
2.4 O CURSO NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – <i>CAMPUS</i> FRAIBURGO	47
3 O OLHAR ERGOLÓGICO: INTERVIR PARA TRANSFORMAR O TRABALHO .	51
3.1 ENTRE O QUE É DITO E O QUE É VIVIDO DA E NA ATIVIDADE LABORAL..	51
3.2 NORMAS E RENORMALIZAÇÕES: UM DEBATE A GERIR.....	54
3.3 DRAMÁTICAS DO USO DE SI: AS DIMENSÕES DA SUBJETIVIDADE	58
3.4 A DIALÉTICA DOS SABERES.....	60
4 A LINGUAGEM NA ATIVIDADE DE TRABALHO: UM AGIR DISCURSIVO.....	68
4.1 A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE O FAZER E O DIZER.....	68
4.2 A INTERFACE ERGOLOGIA E ANÁLISE DO DISCURSO.....	72
4.3 CENOGRAFIA: O TEMPO E O ESPAÇO EM QUE A ATIVIDADE ACONTECE	76
4.4 ETHOS DISCURSIVO: COMO SE REVELA O PROTAGONISTA DA ENUNCIÇÃO?	80
5 TESSITURAS INVESTIGATIVAS.....	85
5.1 ALINHAVOS METODOLÓGICOS: CLASSIFICANDO A INVESTIGAÇÃO	85
5.2 CONSTITUINDO OS CORPORA: EIS OS PROTAGONISTAS DO ESTUDO ...	88
5.3 ALICERCES TEÓRICOS: A CONTRUÇÃO DO DISPOSITIVO ANALÍTICO	93
6 AS DIMENSÕES SUBJETIVAS DO TST: UMA ANÁLISE ERGODISCURSIVA..	96
6.1 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TST	96
6.2 O TST E OS DIZERES SOBRE O TRABALHO	106
6.3 DESFECHOS ANALÍTICOS.....	148
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS.....	162
ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA	173
ANEXO B – PERFIL DO EGRESSO	174
ANEXO C – OBJETIVOS DO CURSO	175
ANEXO D – QUADRO CURRICULAR DA FORMAÇÃO EM ESTUDO	176
ANEXO E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	178

APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS.....	183
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	184
APÊNDICE C – ENTREVISTADO 1	187
APÊNDICE D – ENTREVISTADO 2	188
APÊNDICE E – ENTREVISTADO 3	189

1 INTRODUÇÃO

Nós professores Apyãwa temos que escolher um tema que vai de alguma forma atender as necessidades da comunidade... Porque essa é a nossa forma de trabalhar. Então, nunca discutimos uma coisa só por discutir mesmo¹ (NASCIMENTO, 2019, p. 82).

Ao desenvolvermos um estudo que mostrará um aprofundamento analítico sobre o que se vive entre o prescrito e o real em situação de trabalho – neste caso, entre a formação profissional e o real da atividade, tendo como base o que o egresso de um curso técnico profissionalizante de uma instituição de ensino público tem a dizer sobre a sua atividade laboral –, vislumbramos uma pesquisa que poderá contribuir de forma significativa para o meio social. Nunca foi individual, sempre foi coletivo, e não poderia ser diferente quando se trata de dimensões sociais significativas quanto à linguagem e ao trabalho, bem como quando a atenção recai sobre a formação profissional em instituição de ensino público, sobre o sujeito trabalhador e sobre a segurança de quem trabalha.

Embora alguns sinais de preocupação com o trabalhador tenham surgido muitos anos antes, foi na Europa, durante a Revolução Industrial inglesa, na segunda metade do século XVIII, que surgiram as primeiras inclinações em reconhecimento à necessidade de proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores. O evento marcou a substituição do trabalho artesanal pelo industrializado. Entretanto, as condições inóspitas às quais os empregados eram expostos, decorrentes do uso de máquinas inadequadas e dos ambientes laborais patógenos, favoreceram as primeiras reivindicações dos assalariados, com relação à sua segurança e saúde, durante a atividade de trabalho.

No Brasil, a Revolução Industrial chega na década de 1940, e, tal como na Europa, dava-se maior importância à produtividade, não havendo preocupação com a proteção do trabalhador. O trabalho era executado por máquinas, em lugares improvisados e escuros, com pouca ventilação, muito ruído e umidade. Nesse cenário, cresceram as doenças ocupacionais e o número de acidentes de trabalho. O governo

¹ O trecho em menção foi retirado do texto *Letramentos acadêmicos no espaço da diferença colonial: reflexões sobre trajetórias de estudantes indígenas na pós-graduação*, escrito por André Marques do Nascimento (2019). No discurso coletado por Nascimento, o professor e estudante indígena manifesta a importância de suas escolhas investigativas serem benéficas à comunidade em que vive.

federal foi forçado a tomar medidas de correção. Criou-se a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, hoje Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), uma instituição de pesquisa e estudos relacionados à segurança, higiene e medicina do trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência (MTP)². Com a necessidade de profissionais que atuassem na prevenção, o governo propôs oferecer qualificação na área para profissionais de níveis médio e superior. Assim, cursos promovidos pela FUNDACENTRO foram ofertados. A legalização da profissão aconteceu, em 1985, com a Lei n. 7.410, de 27 de novembro (BRASIL, 1985), que regulamentou a categoria profissional: Técnico em Segurança do Trabalho (TST). A fim de atender à demanda, o governo autorizou que outras instituições de ensino também ofertassem a formação, e o Conselho Federal de Educação permitiu que o diploma fosse registrado pelo Ministério da Educação (MEC).

Com a missão de zelar pelo trabalhador, o TST precisa se preocupar em manter o ambiente de trabalho protegido, atuando na prevenção de acidentes e implementando estratégias de conscientização que propiciem ao trabalhador um agir tranquilo e seguro. Nesse contexto, a imensa responsabilidade imposta pela profissão leva esse profissional a vivenciar as “dramáticas” das escolhas, em que exercer sua atividade demanda eleger entre uma ou outra opção e assumir os desfechos e as complicações de suas ações.

Diante do exposto, nesta tese, nos comprometemos adentrar no espaço laboral do profissional Técnico em Segurança do trabalho e desvelar as particularidades da profissão, considerando a heterogeneidade de saberes e a variabilidade de situações que envolvem esses sujeitos e seu corpo-si, durante suas atividades de trabalho, as quais são manifestadas nas práticas discursivas que enunciam.

Assim, o estudo que desenvolveremos tem como tema a interface linguagem e trabalho: diálogos entre a Ergologia e a Análise do Discurso. A delimitação do tema decorre da perspectiva teórica interdisciplinar que compreende os diálogos entre Ergologia e Análise do Discurso, mais especificamente no que se refere a cenas enunciativas, à cenografia e ao ethos discursivo como imagem de si, enfocando as

² Ao longo desta tese, os documentos e as referências relativos ao Ministério do Trabalho foram registrados conforme os diferentes nomes e siglas que esse ministério recebeu ao longo de sua história: Ministério do Trabalho (MTb), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) e Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS).

práticas discursivas instituídas na realidade concreta da atividade laboral em situação de trabalho do profissional TST formado pelo Instituto Federal Catarinense (IFC), *campus* Fraiburgo, em Santa Catarina (SC).

A escolha do tema se justifica pela necessidade de aprofundamento dos estudos e das pesquisas pertinentes à atividade do TST. Um estudo interdisciplinar envolvendo a Análise do Discurso, de Dominique Maingueneau, e a Ergologia, de Yves Schwartz, contribui para uma análise detalhada, com base nos enunciados dos indivíduos formados pelo IFC e na situação real de trabalho. A linguagem, aqui, é vista como consequência da atividade humana, já que é por intermédio dela que as relações sociais, discursivas e laborais são tecidas no contexto situacional.

Desse modo, para além de somente ministrar aulas, ao analisar o discurso sobre o trabalho, no dizer dos protagonistas do estudo, passaríamos, enquanto formadores, a pensar a formação e a profissão do TST com uma interpretação diferenciada e mais preocupada em colaborar com um processo que aparenta evidenciar características singulares na atividade real de trabalho. Repensar a formação acadêmica para o trabalho, a partir de um modelo oriundo da prática, e não desenvolvido para a prática, poderá ser útil como modelo para outros cursos profissionalizantes ofertados por institutos federais ou outras instituições de ensino.

O interesse pela temática se manifestou durante as aulas do curso de doutorado, mais especificamente na disciplina *Estudos enunciativos, discursividade e interação*, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul (RS). As leituras e discussões realizadas ao longo dos estudos permitiram o acesso às concepções de Schwartz e Durrive (2010) sobre a ação laboral. A Ergologia, delineada, principalmente, por Schwartz, é uma disciplina que analisa novas formas de perceber o trabalho e as relações que nele e dele se originam, de modo a considerar o debate de normas e valores entre o prescrito e o vivido da e na atividade de trabalho.

Os fundamentos teóricos de Schwartz me levaram a refletir sobre a minha trajetória profissional e a atividade que exerço atualmente. Nasci em uma família grande, na qual a única fonte de renda provinha do salário recebido por meu pai como ferroviário. Dessa forma, iniciei no trabalho muito cedo; com dez anos, acompanhava minhas irmãs maiores em suas atividades como empregadas domésticas e auxiliava em pequenas tarefas, como varrer, recolher brinquedos e brincar com as crianças, enquanto elas executavam os afazeres mais complexos. Esse auxílio era reconhecido

pelos padrões, os quais me recompensavam com pequenas quantias em dinheiro, roupas, presentes ou materiais escolares. Entretanto, minha maior motivação sempre foi a pequena biblioteca mantida na casa, meu refúgio nos momentos de folga.

O início precoce me educou para o trabalho e, assim, continuei a buscar novas fontes de renda, as quais, de uma forma ou outra, geralmente estavam relacionadas ao campo das linguagens. Optei pelo curso de Letras/Espanhol, ofertado pela Universidade Regional Integrada (URI), *campus* Erechim/RS. A escolha se deve à grande atração que sempre senti pelos livros, pela leitura, pela poesia, pela escrita e pelas artes e pela minha admiração pela língua e cultura espanholas. Após formada e por ter demonstrado uma forte inclinação para o ensino do idioma espanhol, fui recomendada para exercer a função de professora de espanhol na escola mantida pela mesma universidade em que estudei, o que me levou a cursar uma especialização em Metodologia do Ensino de Língua Estrangeira e, logo após, a realizar o mestrado.

No mestrado, identifiquei-me com a Teoria da Argumentação da Língua (TAL), proposta por Oswald Ducrot e colaboradores (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994; CAREL; DUCROT, 1999, 2005; DUCROT, 1988, 2002), especialmente no que diz respeito à fase desenvolvida por Marion Carel (CAREL; DUCROT, 1999, 2005), a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Dessa forma, desenvolvi um estudo intitulado *Por um tratamento argumentativo de palavras heterossemânticas em materiais didáticos de língua espanhola*. A investigação propôs oferecer subsídios baseados em uma concepção argumentativa de materiais didáticos de língua espanhola, mostrando que o sentido literal não dá conta da tradução de palavras denominadas “heterossemânticas” e que o sentido das palavras nos textos e exercícios é, de acordo com a TAL e TBS, constituído discursivamente, por meio de blocos semânticos expressos por encadeamentos e aspectos argumentativos.

A escolha se deu por ter percebido, nos postulados dessas teorias, uma excelente forma de resolver problemas de tradução no ensino e na aprendizagem dessa língua estrangeira. Concomitante ao mestrado, fui selecionada para trabalhar com cursos profissionalizantes ofertados pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) no Rio Grande do Sul. Nessa instituição, após muitas capacitações, atuei na formação de profissionais em cursos técnicos ou em cursos de formação inicial continuada (FIC), discutindo sobre a atividade profissional e suas relações. Em 2011, a convite do Departamento de Letras da Universidade de Passo

Fundo, passei a ministrar aulas de língua espanhola para os cursos de Letras e Secretariado Bilingue.

Em 2013, por meio de concurso público, ingressei na rede federal de ensino, exercendo o cargo de professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico na área de Letras no IFC, *campus* Fraiburgo – uma escola técnica federal situada na cidade de Fraiburgo, no estado de Santa Catarina (SC). No IFC, atuo como docente de cursos técnicos concomitantes ao Ensino Médio ou subsequentes e, além de dar aulas, participo do planejamento do Projeto Pedagógico desses cursos (PPC). De uma forma ou de outra, durante toda a minha trajetória profissional, estive envolvida em atividades que interligavam a linguagem e o trabalho, mas somente após ingressar no curso de doutorado encontrei uma possibilidade de interface entre essas duas linhas que sempre me instigaram e que são, para mim, profundamente fascinantes e desafiadoras.

Nesse sentido, meu interesse pelas questões de linguagem e o desejo de tratar, como pesquisadora, das relações de trabalho me levaram a considerar a minha própria atividade enquanto docente e integrante do grupo de formadores que pensam a qualificação profissional no IFC. Entre os cursos em que atuo mais efetivamente, destaca-se o TST.

No IFC – *campus* Fraiburgo –, o curso de TST é ofertado, considerando a questão econômica do município de Fraiburgo. Localizada no estado de Santa Catarina, essa cidade possui como principal fonte de riqueza a ampla produção de maçãs e a industrialização da fruta, motivo pelo qual passou a ser considerada “a terra da maçã”. Ademais, conta com indústrias madeireiras e moveleiras, além da produção de papel e celulose. Nesse cenário, a fim de atender às empresas locais quanto à contratação de TSTs, o IFC oferece o curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Subsequente em Segurança do Trabalho. Esse curso possui 1.400 horas, das quais 1.200 são destinadas a disciplinas teóricas e práticas e 200 a estágio supervisionado.

Ao ingressar no mercado de trabalho, esses profissionais se defrontam com a realidade dos serviços e verificam que a necessidade de adaptação é constante e desafiadora. Ao exercer sua atividade, os técnicos devem considerar, além dos saberes adquiridos na formação, as orientações apresentadas em legislação pela política de saúde e segurança do trabalho do MTP, as determinações da empresa contratante, as normas estabelecidas pelo coletivo de trabalho, entre outras normas

que são definidas por aqueles que estão envolvidos direta ou indiretamente na atividade de trabalho, como órgãos municipais, bombeiros etc. Além disso, o profissional precisa lidar com uma certa desconfiança, pois, quase sempre, é visto como fonte de transtorno, por constantemente trazer às instâncias decisórias da empresa os problemas e riscos identificados na atividade, assim como por intervir no processo produtivo para implantar modificações e alterações exigidas por lei, comprometendo, no ponto de vista da empresa, a produtividade.

Nesses momentos, o TST vivencia uma situação que é fonte de investigação da teoria defendida por Yves Schwartz (2014), a qual o filósofo denomina de “dramáticas do uso do corpo-si”. Esse teórico sustenta que, no real da atividade, o profissional precisa fazer escolhas entre uma ou outra opção, entre uma ou outra hipótese, e assumir as consequências de suas escolhas. Nesse contexto, as narrativas orais reveladas durante interações com sujeitos em formação e formados que atuam na profissão me levaram refletir sobre as prescrições realizadas por quem pensa a formação e o real da atividade do TST. Diante das verbalizações expressas por alunos egressos do IFC sobre a atividade de trabalho do TST, foi possível perceber que os protagonistas deste estudo não se comportam passivamente. Em situação real de trabalho, esses sujeitos buscam negociar os procedimentos operacionais da sua atividade, a fim de suprir uma necessidade não prevista na formação.

Compreender como esse profissional gerencia essas negociações se torna um estudo necessário e fundamental, em razão da sua grande importância no mundo do trabalho e na vida de quem trabalha. A compreensão sobre as dramáticas do uso de si vivenciadas pelo TST, tendo em vista o que esse profissional tem a falar sobre sua atividade laboral, pode contribuir para melhorias na ação desse sujeito e conseqüentemente, na ação de todos que dele dependem com relação à segurança do trabalho. No entanto, apesar da significativa quantidade de trabalhos desenvolvida na área de Segurança do Trabalho, são poucas as investigações que se preocupam com a subjetividade do profissional envolvido ou que consideram os discursos manifestados por eles sobre o trabalho. Em sua grande maioria, as pesquisas tendem às obrigações e responsabilidades do TST, bem como à gestão de segurança e saúde nas empresas. Ao consultar a base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), até a data de 20 de fevereiro de 2023, pude averiguar a escassez de estudos ergodiscursivos com foco na atividade de trabalho

de um profissional técnico formado em institutos federais (IFs), o que torna o estudo oportuno, por sua relevância e contribuição social.

Na busca por pesquisas envolvendo a Ergologia e a Análise do Discurso, ao refinar a consulta por data e para a grande área de conhecimento de Linguística, Letras e Artes, o trabalho que mais nos pareceu se aproximar desta pesquisa é o intitulado *Entre a escola e o trabalho: uma análise ergológico-discursiva do estágio no Ensino Médio Técnico*. Nesse estudo, realizado por Fábio Carlos de Mattos da Fonseca, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2018, o autor faz uma análise que envolve as concepções da Ergologia de Yves Schwartz e da base enunciativo-discursiva e socio-histórica proposta por Dominique Maingueneau; essa pesquisa se atém ao estagiário de um curso técnico integrado ao Ensino Médio, não se aprofundando no real da atividade do profissional já formado.

Um fator interessante é o número significativo de pesquisas sobre a atividade docente envolvendo a interface linguagem e trabalho. Com relação às concepções ergológicas, observei que os trabalhos encontrados envolvem distintas profissões ligadas às áreas da saúde, educação e gestão, destacando enfermeiros, jornalistas, gestores, administradores e tradutores. À vista disso, reitero o caráter pertinente e, por que não dizer, a originalidade desta tese, dado que são outros os protagonistas da investigação: os TSTs.

Acreditamos que o estudo proposto contribuirá de forma significativa para o programa, pois pretende ilustrar, de maneira bastante expressiva, as possibilidades da Linguística, no que se refere aos estudos sobre o trabalho. Como contribuição social, destacamos a importância deste estudo para um repensar sobre a oferta de cursos profissionalizantes em IFs e outras instituições de ensino. A análise sobre as dificuldades encontradas pelos profissionais TSTs na atividade real do trabalho permitirá aos grupos de planejamento uma reflexão aprofundada acerca das prescrições e normas impostas ao aluno na formação. Ainda, o estudo apresentado poderá servir como base para um repensar sobre outros cursos profissionalizantes, sejam eles técnicos, tecnólogos, graduações, entre outros.

Além disso, ressaltamos a grande relevância desta investigação para os estudos relacionados ao mundo do trabalho, visto que pretende desvelar, a partir de um olhar ergodiscursivo, uma das profissões mais complexas e importantes do meio laboral, a do TST. Perceber a ação laboral desse profissional para além da norma, como um sujeito trabalhador em momentos e espaços socio-históricos distintos,

atravessado por escolhas e valores que ultrapassam a atividade de trabalho, poderá contribuir para que a importância singular do TST nos ambientes de trabalho seja reconhecida, ampliando seu poder de agir e proporcionando a melhoria das condições de trabalho tanto para esse sujeito quanto para todos que são por ele amparados durante a atividade de trabalho.

Enquanto formadora, o estudo me permitirá assumir um papel de orientadora atenta, que favorece a aprendizagem e a reflexão do aluno, conscientizando-o da sua formação e o ajudando a identificar futuros problemas e a planejar estratégias de resolução destes, considerando-se capaz de tomar para si a responsabilidade pelas decisões que afetam a sua prática profissional.

Ademais, como servidora do IFC e integrante dos grupos que estabelecem as normativas que compõem o PPC – documento que concentra, entre outras prescrições, a concepção de ensino e aprendizagem que orienta a formação –, poderei atuar de maneira mais significativa e segura, estando preparada para apontar os distanciamentos entre a formação e a atividade de trabalho, sugerindo modificações que considerem as adversidades laborais e propondo um olhar mais atento às singularidades do sujeito trabalhador que se forma na instituição em foco.

Assim, este estudo se vincula ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade de Passo Fundo (UPF), na área de concentração Letras, Leitura e Produção Discursiva, e está inscrito na linha de pesquisa Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso.

Diante da justificativa e da contextualização deste estudo, o problema de pesquisa apresenta o seguinte questionamento: nas práticas discursivas dos TSTs, egressos do IFC, *campus* Fraiburgo, SC, em situação real de trabalho, que cenografias são construídas das quais emergem *ethos* discursivos, como imagem de si, que mobilizam saberes e valores decorrentes das prescrições e das renormalizações no fazer da atividade laboral? Para responder a essa problematização, apresentamos as seguintes hipóteses:

- a) as práticas discursivas dos TSTs, egressos do IFC, *campus* Fraiburgo, revelam que esses sujeitos constroem, em situação real de trabalho, cenografias que configuram *ethos* discursivos, como imagem de si, mobilizadores de saberes e valores, com base nas prescrições que lhe são feitas, renormalizando-as na intenção de suprir as lacunas normativas que surgem no desenvolver da atividade de trabalho;

- b) a análise dos discursos manifestados pelo PPC e pelos egressos do curso TST possibilita depreender a dialética entre os saberes instituídos e os saberes investidos em situação concreta de trabalho, além de evidenciar os distanciamentos e as aproximações entre a formação profissional e o real que se verifica no fazer laboral;
- c) as materialidades languageiras discursivizadas pelo egresso TST, formado pelo IFC, *campus* Fraiburgo, mostram dramáticas do corpo-si experienciadas por esses profissionais mediante a gestão e uso de si por si e pelos outros na atividade laboral.

Da problematização e das hipóteses previstas, elegemos como objetivo geral: descrever e analisar as práticas discursivas manifestadas pelos profissionais Técnicos em Segurança do Trabalho, egressos do Instituto Federal Catarinense, *campus* Fraiburgo - Santa Catarina, em situação real de trabalho, que constroem cenografias das quais emergem ethos discursivos, como imagem de si, que mobilizam saberes e valores decorrentes das prescrições e das renormalizações do fazer laboral.

O objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) depreender a distância entre o prescrito, o real e a complexidade da gestão de si do profissional TST, egressos do Instituto Federal Catarinense, *campus* Fraiburgo, frente ao vazio de normas e à constante renormalização no fazer laboral;
- b) identificar o debate de normas e valores que se apresentam nas microescolhas cotidianas da atividade de trabalho;
- c) investigar como se constroem os ethos discursivos dos profissionais TSTs, egressos do Instituto Federal Catarinense, *campus* Fraiburgo – diante das cenografias que se configuram em situação real de trabalho, tendo como base as práticas languageiras discursivizadas pelos sujeitos protagonistas da pesquisa;
- d) averiguar a dialética entre os saberes instituídos e os investidos em situação de trabalho do TST, com base nos discursos em aderência e em desaderência com a ação laboral, verificando os distanciamentos e as aproximações entre a formação profissional no IFC, *campus* Fraiburgo, SC, e o real da atividade;
- e) compreender as dramáticas do corpo-si vivenciadas pelos protagonistas deste estudo, mediante o uso de si por si e pelos outros na atividade laboral.

Nesta pesquisa, a tese formulada é a de que as práticas discursivas discursivizadas pelos TSTs, egressos do IFC, *campus* Fraiburgo, em SC, constroem cenografias, em situação real de trabalho, que configuram *ethos* discursivos, como imagem de si, que mobilizam saberes e valores decorrentes das prescrições e das renormalizações do fazer laboral.

A metodologia assumida nesta investigação, quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória; no que se refere aos procedimentos técnicos, o estudo é classificado como pesquisa bibliográfica e documental, visto que consultamos o PPC do TST ofertado pelo IFC, *campus* Fraiburgo, em SC, a fim de analisar os prescritos/normas pensados para a formação profissional e averiguar os distanciamentos e as aproximações entre a formação profissional e o real da atividade; é, por fim, uma pesquisa de campo, pois, para investigar uma situação de trabalho, é fundamental, de acordo com Durrive (2011), atentarmos para o ponto de vista do trabalhador na atividade. No que diz respeito à abordagem do problema, classificamos a pesquisa como qualitativa, visto que esta investigação considera a subjetividade do sujeito em atividade real de trabalho, o que não pode ser descrito por meio de dados numéricos.

Como *corpora* de análise, mediante autorização da instituição de ensino, via Termo de Anuência (ANEXO A), foram compiladas prescrições/normas estabelecidas no PPC do curso TST ofertado pelo IFC, mais especificamente o item Perfil do Egresso, visualizado pela instituição, o Objetivo Geral e três disciplinas integrantes do quadro curricular da formação em estudo (ANEXOS B, C e D), com o intuito de averiguar o encontro entre os saberes instituídos e os saberes investidos em situação de trabalho do TST, além de confirmar os possíveis distanciamentos e as aproximações entre a formação profissional no IFC, *campus* Fraiburgo, e o real da atividade. Os *corpora* se constituem, também, por entrevistas semiestruturadas, aplicadas com três alunos egressos do IFC³. Em razão de tal procedimento, a pesquisa exigiu um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B), o qual forneceu aos participantes uma detalhada explicitação sobre o estudo realizado, seus riscos, benefícios e providências a serem tomadas para evitar ou reduzir qualquer dano, permitindo aos envolvidos a manifestação livre e consciente em participar, ou não, da investigação.

³ As transcrições podem ser acessadas por meio dos links presentes nos Apêndices C, D e E.

Os profissionais entrevistados foram selecionados a partir dos seguintes critérios: ser egresso do curso de TST do IFC e atuar como profissional da área. Isso significa que priorizamos sujeitos que vivenciam, na prática, o problema pesquisado, o que possibilitou uma contribuição mais significativa para este estudo. Sendo assim, considerando que o sujeito trabalhador constrói e manifesta suas relações socioprofissionais no discurso por meio da linguagem, buscamos, durante as entrevistas, abordar um roteiro composto de doze questões (APÊNDICE A), relacionadas à atividade real de trabalho e às adversidades encontradas pelo profissional durante a realização da prática laboral.

Convém destacar que esta pesquisa possui aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Passo Fundo (CEP-UPF), em 12 de novembro de 2020, sob Protocolo n. 37809720.4.0000.5342, Parecer n. 4.396.497 (ANEXO E), a fim de preservar os direitos e a integridade dos sujeitos envolvidos na investigação.

As concepções teórico-metodológicas empregadas neste trabalho de tese abarcam uma interface entre a perspectiva ergológica – linguagem e trabalho – e a Análise do Discurso – mais especificamente no que concerne ao estudo da cenografia e do ethos discursivo como imagem de si na situação real de trabalho. A análise das narrativas orais manifestadas pelos egressos, na perspectiva ergológica, possibilita assinalar a gestão de si realizada pelo sujeito dentro do espaço singular existente entre o que se pede e o que de fato é realizado.

Quanto à Análise do Discurso, identificamos que o sujeito da Ergologia pode ser mais bem compreendido em interface com concepções linguísticas que valorizem o discurso, especialmente as dimensões que priorizam a heterogeneidade enunciativa, a cenografia e o ethos discursivo, uma vez que, por meio de mecanismos intradiscursivos e das materialidades linguísticas, o discurso do profissional TST pode revelar a singularidade do sujeito em atividade laboral, postulada pelos preceitos ergológicos.

Ancorar na atividade de trabalho a complexidade dos discursos é desafiador e, mediante a infidelidade imposta pelo meio, requer escolhas adequadas para navegar, com o mínimo êxito, em meio à imensidão de normas e renormalizações socialmente instituídas. Assim, este estudo buscará se apoiar nas seguintes bases teóricas: as concepções envolvendo a Ergologia de Schwartz (2006, 2010a, 2010b, 2011, 2013a, 2013b, 2014, 2016), Schwartz e Durrive (2008, 2010, 2015), Schwartz, Duc e Durrive

(2010a, 2010b), Durrive (2011), Faïta (2002), Souza-e-Silva (2002, 2014, 2019), Nouroudine (2002, 2011) e Trinquet (2010) e os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, de linha francesa, em Dominique Maingueneau (2008, 2013, 2015, 2018, 2019, 2020).

Em Schwartz (2006, 2010a, 2010b, 2011, 2013a, 2013b, 2014, 2016), Schwartz e Durrive (2008, 2010, 2015), Schwartz, Duc e Durrive (2010a, 2010b) e Durrive (2011), almejamos uma nova forma de olhar a atividade humana. A abordagem ergológica defendida pelo filósofo nos permitirá perceber o trabalho em sua diversidade, as suas regulações, as suas renormalizações, os debates de normas e valores, as suas histórias, o vazio de normas e, ainda, o uso que o sujeito faz de si por si mesmo e de si pelos outros no ambiente laboral.

Recorremos a Faïta (2002), Souza-e-Silva (2002, 2014, 2019) e Nouroudine (2002, 2011) para discorrer sobre o substancial papel que a linguagem exerce como interventora e construtora dos diferentes espaços que envolvem o mundo laboral. As modalidades entrelaçadas da linguagem – *como*, *no* e *sobre* o trabalho – possibilitam operacionalizar esta pesquisa, considerando as inter-relações que se propagam nesse ambiente, em uma relação dinâmica entre atividade e contexto, entre aspectos específicos e envoltos e entre reflexões sobre o próprio trabalho e o trabalho do outro.

Em Trinquet (2010), aprofundamos a discussão com relação à realidade da atividade humana, utilizando as concepções da Ergologia de trabalho prescrito e trabalho real. Esse estudioso será nossa base para um diálogo a respeito do encontro entre o conceito e a vivência humana, em outras palavras, entre os saberes constituídos – também definidos por esse autor como saberes eruditos ou acadêmicos – e os saberes investidos, isto é, advindos das experiências de vida.

Com base em Maingueneau (2008, 2013, 2015, 2018, 2019, 2020), vamos nos debruçar sobre as concepções teóricas de cenografia e de ethos discursivo, tomadas, neste estudo, como construção discursiva do enunciador, feita a partir de características languageiras e sociais. O sujeito em situação de trabalho pode ser mais bem compreendido pelo estudo do ethos discursivo, uma vez que, por meio dos mecanismos intradiscursivos, das cenas enunciativas e da cenografia, o discurso pode revelar pistas linguístico-discursivas que atestem as “dramáticas” de uso do corpo-si por si e pelo outro, além do debate de normas permanente dos protagonistas entrevistados sobre a atividade laboral.

A estrutura deste trabalho de tese está organizada da seguinte forma: na seção introdutória, esclarecemos ao leitor o percurso investigativo, apresentando, de modo especial, o delinear da temática, do problema, da hipótese, dos objetivos e da proposição (tese) defendida. No capítulo dois – *A segurança do e no trabalho: um compromisso com a vida* –, buscamos, inicialmente, trazer os aspectos históricos que contextualizam e esclarecem o surgimento e a relevância para o mundo do trabalho da profissão de TST; em seguida, apontamos as especificidades dessa atividade de trabalho e da sua formação técnica para, então, discorrermos acerca do curso ofertado pelo IFC, *campus* Fraiburgo, em SC.

Com a finalidade de trazer ao leitor as concepções teóricas que elucidam a perspectiva ergológica sobre o trabalho, desenvolvemos o capítulo três, intitulado *O olhar ergológico sobre a atividade laboral: intervir para transformar*. Nele, discorreremos sobre os conceitos que sustentam os preceitos da Ergologia, como: a distância entre prescrito e real, normas e renormalizações, debate de normas e valores e dramáticas do uso do corpo-si e heterogeneidade de saberes que circundam a ação laboral.

Em sequência, no capítulo quatro – *A linguagem na atividade de trabalho: um agir discursivo* –, detemo-nos na indiscutível relação da linguagem com a atividade humana e no seu poder como mecanismo revelador das dimensões que se constroem em situação de trabalho. Com o intuito de reconhecer e valorizar os aspectos discursivos presentes no dizer do trabalhador em relação ao seu fazer, ainda nesse capítulo, abordaremos os referenciais teóricos/linguísticos da Análise do Discurso, mais especificamente as noções de cenografia e ethos. Essa abordagem linguística permitirá uma abrangente compreensão sobre quem é o protagonista da investigação e qual o espaço que ele ocupa no contexto laboral.

O capítulo cinco – *Tessituras investigativas* – apresenta como propósito descrever os alinhavos metodológicos que asseguram os caminhos percorridos pela investigação. Dessa maneira, nesse ponto, situamos o leitor quanto à constituição dos *corpora* selecionados e dos alicerces teóricos que sustentam a construção do dispositivo analítico adotado na análise desenvolvida, o qual visa facilitar a compreensão dos sentidos depreendidos dos discursos coletados.

Dedicamos o capítulo seis – *As dimensões subjetivas do TST: uma análise ergodiscursiva* – à apresentação e análise dos *corpora*, com destaque aos excertos mais representativos para o objetivo do estudo, coletados tanto no PPC quanto nas práticas languageiras manifestadas pelos egressos do curso TST. Aqui, buscaremos

identificar e compreender como se constroem a cenografia e o ethos discursivo, por meio dos discursos enunciados pelos profissionais de TSTs, mediante entrevistas, relatando a dimensão subjetiva vivenciada por esses profissionais na sua atividade laboral.

Finalmente, no capítulo conclusivo – *Considerações finais* – pontuamos reflexões em relação aos resultados obtidos explicitando conclusões sobre o processo investigativo e evidenciando os ethos discursivos originários das cenografias instituídas nas práticas discursivas do profissional TST.

2 A SEGURANÇA DO E NO TRABALHO: UM COMPROMISSO COM A VIDA

Houve um tempo em que a saúde e a segurança dos trabalhadores não eram motivo de preocupação para o empregador; bastava que os profissionais estivessem fisicamente aptos para produzir. Mas esse cenário mudou, e as empresas passaram a ser responsabilizadas pela saúde e segurança de seus funcionários e a manter, em seu quadro funcional, profissionais capacitados na área de cuidados com o trabalhador. Chegar a essa nova realidade não foi nada fácil; foram anos de lutas e reivindicações, as quais buscaremos, de forma breve, apresentar na sequência.

2.1 CUIDAR DO TRABALHADOR: QUE HISTÓRIA É ESSA?

Estudos comandados por cientistas, pesquisadores, antropólogos, entre tantas outras especialidades, indicam que, desde o início de sua existência, o ser humano aprendeu que, para sobreviver, era preciso trabalhar. Assim, colher e caçar se tornaram as principais atividades laborais da humanidade. No entanto, como em quase tudo que fazemos, trabalhar gera algum tipo de risco e é preciso proteção. Acredita-se que pedras, machadinhos, facas e lanças – entre outras ferramentas ou materiais retirados da natureza – tenham sido os primeiros equipamentos de defesa utilizados pelo ser humano, que percebeu, por dedução ou observação, que esses utensílios proporcionavam um trabalho mais eficiente e, conseqüentemente, menor esforço e menos lesões.

Conforme a humanidade evoluiu, também evoluíram suas relações de convivência e suas formas de trabalho. Nesse cenário evolutivo, o trabalho passou a ser utilizado como “moeda de troca”, ou seja, deixou de ser considerado um meio de sobrevivência e passou a ser comercializado. De acordo com Rojas (2015, p. 3), “o homem percebeu que poderia trocar seu trabalho ou o fruto dele por coisas que ele não tinha”. Todavia, essa nova configuração trabalhista exigia do sujeito trabalhador um maior esforço físico e mental, uma jornada laboral intensa e uma exposição a elementos nocivos à sua saúde e integridade física. Dessa maneira, o trabalho passa a ser um dos determinantes da condição humana de viver, adoecer e morrer.

Essa constatação concerne à Antiguidade, em que estudos desenvolvidos por grandes mestres, como Aristóteles (384-322 a.C.), Hipócrates (460-370 a.C.), Galeno (129-201 d.C.), Paracelso (1493-1541 d.C.), entre tantos outros, contribuíram

significativamente na identificação e prevenção dos riscos ocupacionais, no ambiente de trabalho, e das enfermidades que acometiam os trabalhadores em atividade laboral (FUNDACENTRO, 2004; HASS; HELOANI, 2016; SANTOS, 2012).

Na obra do médico e filósofo italiano Bernardino Romazzini, *De morbis artificium diatriba – A doença dos trabalhadores* –, publicada originalmente em 1700, em Modena, na Itália, e reeditada em língua portuguesa em 2016, o autor nos regala com valorosas descobertas sobre as doenças relacionadas à atividade de trabalho de inúmeros profissionais da época (ROMAZZINI, 2016). A repercussão mundial de sua obra e as importantes contribuições nela descritas, consultadas e utilizadas até hoje por estudiosos e profissionais da área da saúde laboral consagraram Romazzini como o pai da Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO, 2004). Segundo Hass e Heloani (2016, p. 52), “A publicação desse livro sobre as doenças ocupacionais atualmente é considerada o marco inicial na história da segurança e da medicina do trabalho”.

Embora as investigações sobre as doenças relacionadas ao trabalho tenham se iniciado muito cedo, trabalhar era tarefa dos escravos considerados, na época, não cidadãos. Por esse motivo, não havia necessidade de preocupação efetiva; a mão de obra era farta. Assim, quando um trabalhador adoecia ou morria, rapidamente era substituído por outro. Esse contexto não impediu que, ao longo dos anos, outras pesquisas se ocupassem dos riscos ocupacionais e das enfermidades que acometiam os trabalhadores; porém, a limitação tecnológica da época fez com que muitos estudos fossem ignorados e até esquecidos por falta de dados comprobatórios.

A grande Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, na Europa, mais especificamente na Inglaterra, trouxe uma nova configuração ao mundo laboral (SANTOS, 2012). Esse período ficou marcado por grandes transformações econômicas, sociais e tecnológicas ocasionadas pelo novo sistema de trabalho. O processo de produção passou a ser realizado por grandes máquinas em galpões improvisados e fechados, sem ventilação, higienização ou condições saudáveis para o exercício laboral.

Esse contexto impulsionou o surgimento de eventos estressores organizacionais, como: sobrecarga de serviço, extremo esforço físico e mental, falta de autonomia, pouco reconhecimento, condições insalubres de trabalho, iluminação precária, ruídos, falta de ventilação etc. Esses novos fatores de risco ao bem-estar e à segurança do trabalhador elevaram os índices de mortalidade, chegando a resultados nunca registrados.

O cenário instaurado foi motivo de manifestação popular, e os trabalhadores passaram a reivindicar melhores condições de trabalho. Preocupados, não tanto com o trabalhador, mas em acalmá-los e manter a produção, em 1802, o parlamento inglês implantou a Lei da Saúde e Moral dos Aprendizes, que consistia em atribuir uma multa para quem não atendesse às recomendações discutidas, em 1796, pelo Conselho de Saúde de Manchester (FUNDACENTRO, 2004). Essa lei foi uma das primeiras atitudes demonstradas por um órgão governamental em relação ao bem-estar do trabalhador; todavia, pela falta de fiscalização no cumprimento da lei, nada mudou.

Ao longo dos anos, novos movimentos sociais reivindicavam a humanização do trabalho, impulsionando a discussão e criação de novas leis, como a Lei das Fábricas, em 1833, que regulamentou, pela primeira vez, o trabalho infantil, sendo que, mais tarde, em 1864, essa mesma lei foi ampliada, instaurando a obrigatoriedade de ventilação nas fábricas, com o objetivo de eliminar ou amenizar gases nocivos à saúde humana (FUNDACENTRO, 2004). Ao mencionar Mattos (2011), Hass e Heloani (2016, p. 53) destacam que os “empregadores britânicos viram-se forçados a rever suas práticas de produção e assim, adequar-se à legislação: e começariam a contratar médicos para o controle da saúde, no local de trabalho”. A ação favoreceu o surgimento da Medicina do Trabalho.

As iniciativas do governo inglês serviram como exemplo e impulsionaram outros países industrializados, como Alemanha e Suíça, a implantarem leis que visavam responsabilizar o empregador pelos riscos ocupacionais no ambiente de trabalho. Em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT, n.d, n.p.), que possui como missão “promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade”. Em 1946, a Organização das Nações Unidas (ONU) assinou a criação da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946, p. 2) que, entre seus objetivos, visava ao melhoramento “das condições econômicas e de trabalho e de outros fatores de higiene do meio ambiente”.

No Brasil, a atenção com a saúde e segurança do trabalhador é relativamente recente se comparada com a dos países de economia central; no entanto, a história se repete. Cem anos após isso ocorrer na Inglaterra, a Revolução Industrial chega ao país, ocasionando profundas transformações sociais e econômicas. Assim, as atividades de trabalho passaram a se concentrar em grandes fábricas, com condições inóspitas aos trabalhadores. A utilização de grandes máquinas a vapor, a produção

em grande quantidade, a jornada de trabalho exaustiva (14 a 16 horas), as tarefas repetitivas, a falta de critérios para o recrutamento de trabalhadores etc. trazem como consequência um enorme número de doenças, acidentes de trabalho e mortes (FUNDACENTRO, 2004).

A revolta dos trabalhadores, diante desse cenário, obrigou o Estado a tomar medidas legislativas em prol da classe operária. Assim, em 1919, registra-se “a promulgação da primeira Lei sobre acidentes de trabalho, com caracterização e associação ao risco profissional – Lei n. 3.724, de 15 de janeiro de 1919” (HASS; HELOANI, 2016, p. 56). Esse foi o primeiro passo para que outras leis relacionadas à segurança no trabalho fossem criadas. Entre os fatos que marcaram a criação dessas leis e o desenvolvimento da segurança do trabalho no Brasil, destacamos:

- **1943:** aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, durante o Governo Vargas (1930-1945) (BRASIL, 1943);
- **1966:** criada a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), por meio da Lei n. 5.161, de 21 de outubro, a qual tinha como objetivo realizar estudos e pesquisas relacionados aos problemas de segurança, higiene e Medicina do Trabalho (BRASIL, 1966);
- **1978:** criadas as primeiras Normas Regulamentadoras (NRs) – que são um conjunto de orientações e procedimentos a serem seguidos para assegurar a segurança do trabalho –, aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE, 1978);
- **1985:** oficializada a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho e criada a categoria profissional Técnico em Segurança do Trabalho, pela Lei n. 7.410, de 27 de novembro de 1985 (BRASIL, 1985).

Como vimos anteriormente, as ações realizadas em nosso país tiveram como influência outras intervenções praticadas no mundo, que marcaram a história tanto da saúde e segurança do trabalhador quanto da profissão TST. Com a finalidade de melhor ilustrar esses feitos, apresentamos uma breve síntese histórica na Figura 1:

segurança e medicina do trabalho nos ambientes laborais, visando garantir a integridade física e a saúde dos trabalhadores (MTP, 2017, n.p.).

Entre os profissionais que compõem o SESMT, estão:

- Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- Médico do Trabalho;
- Técnico em Segurança do Trabalho;
- Enfermeiro do trabalho;
- Auxiliar de enfermagem do trabalho.

Tendo em vista o objeto de estudo desta tese, o interesse de investigação se detém na categoria profissional Técnico em Segurança do Trabalho (TST). Assim, a seguir, buscaremos estabelecer os lugares ocupados por esses sujeitos no mundo do trabalho, quem são eles e a sua formação, quais as suas atribuições profissionais, bem como as condições de trabalho e adversidades encontradas na atividade laboral.

2.2 QUEM É O TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO?

De acordo com o disposto no artigo 2º, inciso I, da Lei n. 7.410, de 27 de novembro de 1985, o exercício da profissão de Técnico em Segurança do Trabalho será permitido exclusivamente ao portador de certificado de conclusão de Ensino de Médio ou Pós-Médio em Técnico em Segurança do Trabalho ou conclusão de curso de Supervisor de Segurança do Trabalho, em estabelecimento de ensino reconhecido no país e com currículo oficial aprovado pelo MEC (BRASIL, 1985). Além disso, conforme o artigo I da Portaria n. 262, de 29 de maio de 2008 (MTE, 2008), para exercer a atividade de trabalho, o profissional deverá realizar o registro no MTP.

Ao ser contratado, o TST fará parte do SESMT, o qual, segundo a NR4, possui seu dimensionamento definido pelo número de trabalhadores e pelo grau de risco apresentado pela empresa. O dimensionamento apontado pelo quadro II da NR4 é indicado no Quadro 1.

Quadro 1 – Dimensionamento do SESMT

Grau de Risco	N.º de Empregados no estabelecimento	50 a 100	101 a 250	251 a 500	501 a 1.000	1.001 a 2000	2.001 a 3.500	3.501 a 5.000	Acima de 5000 Para cada grupo De 4000 ou fração acima 2000**
	Técnicos								
1	Técnico Seg. do Trabalho				1	1	1	2	1
	Engenheiro de Seg. do Trabalho						1*	1	1*
	Aux. Enfermagem do Trabalho						1	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1*	
	Médico do Trabalho					1*	1*	1	1*
2	Técnico Seg. do Trabalho				1	1	2	5	1
	Engenheiro de Seg. do Trabalho					1*	1	1	1*
	Aux. Enfermagem do Trabalho					1	1	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1	
	Médico do Trabalho					1*	1	1	1
3	Técnico Seg. do Trabalho		1	2	3	4	6	8	3
	Engenheiro de Seg. do Trabalho				1*	1	1	2	1
	Aux. Enfermagem do Trabalho					1	2	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1	
	Médico do Trabalho				1*	1	1	2	1
4	Técnico Seg. do Trabalho	1	2	3	4	5	8	10	3
	Engenheiro de Seg. do Trabalho		1*	1*	1	1	2	3	1
	Aux. Enfermagem do Trabalho				1	1	2	1	1
	Enfermeiro do Trabalho							1	
	Médico do Trabalho		1*	1*	1	1	2	3	1

(*) Tempo parcial (mínimo de três horas)
(**) O dimensionamento total deverá ser feito levando-se em consideração o dimensionamento de faixas de 3501 a 5000 mais o dimensionamento do(s) grupo(s) de 4000 ou fração acima de 2000.

OBS: Hospitais, Ambulatórios, Maternidade, Casas de Saúde e Repouso, Clínicas e estabelecimentos similares com mais de 500 (quinhentos) empregados deverão contratar um Enfermeiro em tempo integral.

Fonte: Adaptado de MTP (2017).

Embora o SESMT possa ser constituído por outros profissionais, é possível verificar, no Quadro 1, que o TST é a categoria mais presente, sendo obrigatória sua contratação na maior parte dos casos, seja por grau de risco ou por número de empregados. É necessário sublinhar que não é possível substituir um profissional desse serviço por outro membro do grupo. Essa questão é esclarecida pela Nota Técnica n. 235, de julho de 2012 (SESMT, 2012), que define que cada profissão possui determinadas particularidades, de acordo com as leis que regularizam as categorias, não permitindo que a atividade de um profissional seja realizada por outro. “Assim, por exemplo, o Engenheiro de Segurança do Trabalho não tem atribuição para exercer as funções do Técnico de Segurança do Trabalho, e vice-versa” (SESMT, 2012, p. 4).

Conforme o *site* Perfil Gestão Ocupacional (2020, n.p.), o engenheiro de Segurança do Trabalho é o profissional que possui formação superior e responde pela burocracia do departamento e por utilizar

[...] de seus conhecimentos técnicos e estratégicos para melhorar o ambiente de trabalho, já o profissional Técnico em Segurança do Trabalho é encarregado de pôr em prática as orientações vindas do engenheiro.

As atribuições da categoria profissional do TST são apresentadas pelo MTP na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁴, instituída pela Portaria Ministerial n. 397, de 9 de outubro de 2002 (MTE, 2002). No documento, a profissão é registrada pelo código 3516-05 e destaca que os profissionais em atividade laboral:

Elaboram, participam da elaboração e implementam política de saúde e segurança no trabalho (SST); realizam auditoria, acompanhamento e avaliação na área; identificam variáveis de controle de doenças, acidentes, qualidade de vida e meio ambiente. Desenvolvem ações educativas na área de saúde e segurança no trabalho; participam de perícias e fiscalizações e integram processos de negociação. Participam da adoção de tecnologias e processos de trabalho; gerenciam documentação de SST; investigam, analisam acidentes e recomendam medidas de prevenção e controle (MTE, 2010, p. 605).

Dessa forma, cabe ao TST a responsabilidade de ter, em suas mãos, a tarefa de cuidar da vida do trabalhador e mantê-lo seguro durante a atividade de trabalho. O sujeito que escolhe essa atividade laboral precisa estar atento a tudo que acontece no ambiente de trabalho, visto que cabe a ele a identificação – para não falar previsão – dos possíveis riscos ocupacionais, durante a atividade laboral, e a elaboração de estratégias para prevenção e eliminação desses riscos.

A Portaria n. 3.275, de 21 de setembro de 1989, dispõe sobre as atividades de Técnico em Segurança do Trabalho de forma mais ampla, apontando 18 atribuições que competem a esse profissional. São as seguintes:

- I - informar o empregador, através de parecer técnico, sobre os riscos existentes nos ambientes de trabalho, bem como orientá-lo sobre as medidas de eliminação e neutralização;
- III - analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador, propondo sua eliminação ou seu controle;
- IV - executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho e avaliar os resultados alcançados, adequando-os às estratégias utilizadas de maneira a integrar o processo prevencionista em uma planificação, beneficiando o trabalhador;
- V - executar programas de prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho nos ambientes de trabalho com a participação dos trabalhadores, acompanhando e avaliando seus resultados, bem como sugerindo constante atualização dos mesmos e estabelecendo procedimentos a serem seguidos;
- VI - promover debates, encontros, campanhas, seminários, palestras, reuniões, treinamentos e utilizar outros recursos de ordem didática e pedagógica com o objetivo de divulgar as normas de segurança e higiene do

⁴ Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas>. Acesso em: 21 abr. 2022.

trabalho, assuntos técnicos, administrativos e prevencionistas, visando evitar acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;

VII - executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, ampliação, reforma, arranjos físicos e de fluxos, com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por terceiros;

VIII - encaminhar aos setores e áreas competentes normas, regulamentos, documentação, dados estatísticos, resultados de análises e avaliações, materiais de apoio técnico, educacional e outros de divulgação para conhecimento e autodesenvolvimento do trabalhador;

IX - indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, recursos audiovisuais e didáticos e outros materiais considerados indispensáveis, de acordo com a legislação vigente, dentro das qualidades e especificações técnicas recomendadas, avaliando seu desempenho;

X - cooperar com as atividades do meio ambiente, orientando quanto ao tratamento e destinação dos resíduos industriais, incentivando e conscientizando o trabalhador da sua importância para a vida;

XI - orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho previstos na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviço;

XII - executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho utilizando métodos e técnicas científicas, observando dispositivos legais e institucionais que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes do trabalho e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos trabalhadores;

XIII - levantar e estudar os dados estatísticos de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, calcular a frequência e a gravidade destes para ajustes das ações prevencionistas, normas, regulamentos e outros dispositivos de ordem técnica, que permitam a proteção coletiva e individual;

XIV - articular-se e colaborar com os setores responsáveis pelos recursos humanos, fornecendo-lhes resultados de levantamentos técnicos de riscos das áreas e atividades para subsidiar a adoção de medidas de prevenção a nível de pessoal;

XV - informar os trabalhadores e o empregador sobre as atividades insalubres, perigosas e penosas existentes na empresa, seus riscos específicos, bem como as medidas e alternativas de eliminação ou neutralização dos mesmos;

XVI - avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador;

XVII - articular-se e colaborar com os órgãos e entidades ligados à prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;

XVIII - participar de seminários, treinamentos, congressos e cursos visando o intercâmbio e o aperfeiçoamento profissional (MTb, 1989, n.p.).

Cabe, ainda, ressaltar as penalidades previstas em lei, às quais o TST possivelmente terá que responder se, porventura, ocorrer algo que afete negativamente a saúde e a integridade física do trabalhador que estiver sob seus cuidados. Hass e Heloani (2016, p. 66) atentam que

[...] em caso de infortúnio do trabalhador no ambiente de trabalho onde o técnico de segurança atua, este poderá responder direta ou subsidiariamente, civil ou criminalmente a processo legal, conforme dispõe o art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal (CF/1988) e, no caso de crime, passível de punição, incluída a possibilidade de prisão, entre outras, a tipificada no art. 132 do Código Penal.

As atribuições delegadas ao profissional, objeto de estudo desta tese, colocam o sujeito em uma situação de extrema responsabilidade e tensão, visto o mar de normas e prescrições a que precisa atender, a fim de exercer sua atividade de trabalho. Em se tratando de normas, é importante evidenciar que, para esse profissional, os saberes ultrapassam os estabelecidos para o exercício da profissão. O TST necessita conhecer as regulamentações que regem o mundo do trabalho e da segurança do trabalho, isto é, ter domínio e estar sempre atualizado sobre as Normas Regulamentadoras do MTP, que somam, atualmente, 38 normas, conhecer a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as Normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Código Civil, o Código Penal e as jurisprudências, o Código de Ética dos Técnicos de Segurança do Trabalho, as normativas municipais, estaduais e federais, as prescrições estabelecidas pelo corpo de bombeiros, entre outras tantas prescrições que regem e/ou interferem direta ou indiretamente no agir laboral.

Convém ressaltar que o TST se relaciona com todos os atores da empresa, desde o trabalhador que atua no “chão de fábrica” até o que ocupa o mais elevado posto de trabalho da empresa, como gerente, diretor, presidente etc. Nesse sentido, o profissional precisa estar bem-preparado, não somente em termos teóricos, mas com conhecimento prático e um bom equilíbrio emocional, levando em conta a importância de sua atividade nas ações preventivas, as quais repercutem diretamente na vida de todos os trabalhadores sob sua supervisão. Se o profissional não possuir uma qualificação adequada e não estiver preparado, não conseguirá administrar as adversidades encontradas, podendo, conseqüentemente, agir de modo parcial e divergente da sua atividade de trabalho.

Para tratarmos sobre a qualificação necessária, mais especificamente a busca pelos saberes instituídos, abordaremos, na sequência, aspectos relativos à formação acadêmica técnica, aprofundando a formação em TST ofertada pelo IFC, *campus* Fraiburgo, devido ao seu protagonismo neste estudo.

2.3 A FORMAÇÃO TÉCNICA: EM BUSCA DOS SABERES ERUDITOS

Evolução geralmente indica melhorias, benefícios, comodidades e desenvolvimento para a sociedade; no entanto, não se pode negar que evoluir também gera riscos. Como vimos, a Revolução Industrial foi um dos principais eventos históricos que marcaram o progresso da humanidade, no entanto foi, também, o

acontecimento que mais contribui para o aumento de problemas relacionados à saúde e ao bem-estar do trabalhador durante as atividades laborais.

A industrialização teve um grande impulso com a instalação de grandes montadoras automobilísticas no Brasil, na década de 1960, as quais trouxeram na bagagem modelos de organização e cuidados com a segurança ocupacional, adotados em países como França, Itália, Espanha, entre outros. Segundo o professor Jairo Brasil (2018), por falta de bibliografia sobre o tema, não se sabe ao certo quando tudo começou, mas se acredita que as ações desenvolvidas por essas grandes empresas tenham impulsionado a escolha de uma pessoa – mais especificamente, um trabalhador da empresa – que demonstrasse experiência de trabalho e interesse em desenvolver medidas de segurança.

O profissional eleito era nomeado “inspetor de segurança” (IS), e sua tarefa consistia, basicamente, em identificar os riscos e interferir na conduta dos trabalhadores, a fim de minimizar os acidentes de trabalho. Conforme Brasil (2018), a atividade do IS teve como inspiração o inspetor de qualidade (IQ), o qual avaliava, aprovava ou condenava os produtos desenvolvidos. Da mesma maneira, a atividade do IS consistia em aprovar ou reprovar o comportamento dos trabalhadores. Dessa forma, o profissional era visto quase como uma autoridade dentro da empresa, podendo, inclusive, demitir um funcionário caso o considerasse negligente quanto às medidas de segurança adotadas.

No entanto, esse sujeito eleito não possuía formação técnica adequada e agia com base apenas em seus conhecimentos empíricos e suas experiências de trabalho ao longo da vida laboral. De acordo com a justificativa do Projeto de Lei n. 230, de 20 de abril de 2013, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, esses profissionais não recebiam nenhum tipo de treinamento para

[...] desenvolver tal atividade, sendo, pois, percussores em potencial da aplicação de seu conhecimento pessoal para o avanço de todo um desenvolvimento da capacidade intelectual seguinte (RAMALHO, 2013, p. 12).

Acredita-se que, por esse motivo, as ações do inspetor de segurança se tornavam mais punitivas do que preventivas.

No entanto, os problemas referentes à segurança e saúde do trabalhador não foram solucionados, e o Brasil se tornava o campeão mundial em acidentes e doenças

relacionados ao trabalho (FUNDACENTRO, 2004). Diante de um cenário crítico, o governo brasileiro criou o SESMT, no intento de reverter essa situação. Todavia, o serviço exigia sujeitos experientes e capacitados, com formação específica e certificada por instituições reconhecidas e autorizadas pelo governo. Conforme a Portaria GM/MTPS n. 3.237, de 27 de julho de 1972 (MTPS, 1972), a qual institui a criação do SESMT, os profissionais que deveriam compor o serviço só seriam considerados como tal se possuísem, além da formação acadêmica, cursos de especialização na área de Saúde e Segurança Ocupacional, em instituições reconhecidas e autorizadas, com currículo aprovado pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho (DNSHT), órgão integrante do MTPS. Era o fim do serviço facultativo e o começo da profissionalização do segmento.

Essa condição forçou a capacitação de profissionais em caráter emergencial, em razão da alta demanda e da falta de pessoal com a formação acadêmica exigida para ocupar os cargos que compunham o SESMT. Assim, entre os anos 1973 e 1986, a FUNDACENTRO ficou responsável pela formação dos primeiros profissionais da área, ministrando

[...] diretamente ou em convênio com diversas instituições de ensino, cursos intensivos de qualificação profissional e cursos de especialização, em cumprimento a portarias emitidas pelo Ministério do Trabalho (FUNDACENTRO, n.d., n.p.).

Instituições como Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), universidades federais, Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), Universidade Gama Filho, Santa Casa e Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Saúde Pública da USP, entre outras, em parceria com a FUNDACENTRO, ofertavam os cursos de:

Qualificação Profissional:

- Inspetor de Segurança do Trabalho – ministrado até 1974 (Portarias Ministeriais n. 3.237/72; 3.089/73)
- Supervisor de Segurança do Trabalho (Portarias n. 3.442/74; 3.460/75; 3.214/78)
- Auxiliar de Enfermagem do Trabalho (Portarias n. 3.237/72; 3.089/73; 3.442/74; 3.460/75; 3.214/78)

Especialização (Nível de Pós-Graduação):

- Engenharia de Segurança do Trabalho (Portarias n. 3.237/72; 3.089/73; 3.442/74; 3.460/75; 3.214/78)

- Medicina do Trabalho (Portarias n. 3.237/72; 3.089/73; 3.442/74; 3.460/75; 3.214/78)
- Enfermagem do Trabalho (Portarias n. 3.442/74; 3.460/75; 3.214/78), atual Técnico de Segurança do Trabalho, prevendo a formação emergencial a cargo da FUNDACENTRO para qualificação desses profissionais (FUNDACENTRO, 2013, n.p.).

Os cursos de qualificação profissional apresentavam como pré-requisito a conclusão do 1º grau, hoje Ensino Fundamental. Com a publicação da Portaria n. 3.460, de 31 de dezembro de 1975 (MTb, 1975), o curso Supervisor de Segurança do Trabalho passou a exigir a certificação de 2º grau, atualmente Ensino Médio. O curso de Inspetor de Segurança do Trabalho foi ofertado até 1974, quando a Portaria n. 3.442, de 23 de dezembro do mesmo ano, estabeleceu que os inspetores passariam a ser denominados “supervisores de Segurança do Trabalho” (FUNDACENTRO, n.d.). Para os cursos de especialização, era necessário apresentar a certificação de conclusão em curso superior na área pretendida – médico, enfermeiro e engenheiro (FUNDACENTRO, n.d.).

Foram mais de 100 mil profissionais técnicos e engenheiros de segurança formados pela FUNDACENTRO e seus conveniados (FUNDACENTRO, 2013). No entanto, de acordo com Hass e Heloani (2016, p. 68), “os referidos cursos com baixíssima carga horária, embora totalmente profissionalizantes, geraram um contingente de profissionais até então sem reconhecimento”. A fim de resolver a situação, em 1985, o governo federal criou a profissão de Técnico em Segurança do Trabalho, título que substituiu o até então Supervisor de Segurança do Trabalho. O Decreto n. 92.530, de 30 abril de 1986 (BRASIL, 1986), regulamenta essa lei de 1985 e transfere a prerrogativa da formação profissional para o MEC. Dessa forma, a FUNDACENTRO encerrou a realização de novas turmas, seja diretamente ou em convênio, cumprindo a regulamentação da lei de extinção dos cursos nos modelos ministrados.

Assim, a formação do TST continuou a ser ofertada pela rede federal, no entanto a grande demanda abriu espaço para a oferta dos cursos em instituições privadas, porém sob autorização e supervisão do MEC. Hoje, centenas de cursos de TST são ofertados em todo o país nas mais diversas modalidades. Na rede federal, a tarefa compete aos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFECTs), os quais possuem como objetivo a formação profissional, científica e tecnológica.

Nossos *corpora* de estudo envolvem um desses IFs, o Instituto Federal Catarinense, mais especificamente o *campus* da cidade de Fraiburgo, o qual buscaremos apresentar a seguir.

2.4 O CURSO NO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – *CAMPUS* FRAIBURGO

Mais de cem anos de história marcam a criação das instituições federais de educação profissional que compõem a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Em 1909, o então presidente da República Nilo Peçanha, pelo Decreto n. 7.566, criou 19 escolas de aprendizes e artífices (BRASIL, 1909). Ao longo dos anos, essas escolas receberam outras nomenclaturas, como: liceus industriais, escolas industriais e técnicas, escolas técnicas federais, escolas agrícolas federais, escolas agrotécnicas federais, entre outras.

Anos mais tarde, os grandes avanços tecnológicos e o fortalecimento da indústria e emprego exigiam mão de obra qualificada. Além disso, investir na formação profissional da população se tornou fundamental para atender à demanda. Dessa maneira, em 1978, pela Lei n. 6.545 (BRASIL, 1978), originaram-se os primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). De acordo com Vidor *et al.* (2011, p. 48), “Durante a década de 1990, várias outras escolas técnicas e agrotécnicas federais tornam-se CEFETs, formando a base do sistema nacional de educação tecnológica, instituído em 1994”.

Ainda, conforme Vidor *et al.* (2011), em 2008, com o objetivo de colaborar com os demais sistemas de ensino para o fortalecimento da oferta de educação profissional tecnológica (EPT), o governo Lula instituiu a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabelece a criação de um modelo inovador de EPT (BRASIL, 2008). Essas instituições, estruturadas “a partir do potencial instalado nos CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais” (VIDOR *et al.*, 2011, p. 49), formam os institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFECTs) ou institutos federais (IFs), como são normalmente chamados.

Atualmente, a rede federal de ensino possui 38 IFs, os quais, considerando os respectivos *campi*, distribuem mais de 600 unidades de ensino entre os 27 estados brasileiros. Em Santa Catarina, o estado conta com o Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

O IFC, mais especificamente, o *campus* de Fraiburgo (SC), divide o protagonismo desta pesquisa com os profissionais formados em um dos seus cursos: o curso Técnico em Segurança do Trabalho. Localizado no meio-oeste catarinense, o prédio, que mantém o instituto, foi construído nos anos 1960 e abrigou a *Sedes Sapientiae* (Sede da Sabedoria), a qual chegou a ofertar cursos técnicos em Contabilidade e Agropecuária. No início do século XXI, tornou-se o Centro Educacional Profissional de Fraiburgo (CEPROF). Com a federalização das escolas técnicas, em 2012, o edifício passou a abrigar o *campus* Avançado de Fraiburgo, uma extensão do IFC, *campus* Videira, localizado na cidade vizinha de Fraiburgo. Em 23 de abril de 2013, a unidade foi elevada à condição de *campus* Fraiburgo. Esse *campus* pode ser mais bem visualizado na Figura 2, exibida a seguir.

Figura 2 – Instituto Federal Catarinense – *campus* Fraiburgo



Fonte: Rádio Fraiburgo (RIBEIRO, 2021, n.p.).

Atualmente, esse *campus* oferta os seguintes cursos: Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Segurança do Trabalho (subsequente); Técnico em Edificações (subsequente); Técnico em Administração (subsequente); Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); e Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

O curso de TST foi a primeira formação técnica ofertada pelo IFC, *campus* Fraiburgo (SC). A escolha pela oferta dessa área profissional se deu pela variada gama de pequenas e médias empresas presentes na região oeste catarinense. Os 122 municípios distribuídos nesse território possuem juntos um parque industrial voltado para o setor agroindustrial – este que corresponde a uma quantia significativa das exportações de Santa Catarina. Em Fraiburgo, o cultivo da maçã representa uma das principais fontes econômicas da região, tornando o município responsável por grande parte da produção de SC. Empresas voltadas à produção de papel, celulose e móveis produzidos com madeiras de reflorestamento são outros segmentos que geram empregos e movimentam a economia municipal. Esse conjunto industrial, somado às empresas da região, promove uma considerável demanda para a absorção de profissionais e serviços prestados pelo técnico em Segurança do Trabalho.

Nesse sentido, em 2012, quando o *campus* ainda era uma extensão do IFC *campus* Videira, teve início a primeira turma de TST no IFC de Fraiburgo. De lá para cá, foram mais de 100 alunos formados, sendo que muitos estão atuando na área como profissionais TST. O curso possui uma duração mínima de dois anos, com prazo máximo para integralização de cinco anos. A carga horária de 1.400 horas se divide em 1.200 horas de componentes curriculares práticos e teóricos e 200 horas de estágio supervisionado. No Projeto Pedagógico do Curso (PPC), encontramos o principal objetivo pretendido pelo curso:

Formar e capacitar profissionais na área de Segurança do Trabalho que apliquem e conduzam atividades técnicas visando a melhoria do ambiente laboral e da condição do trabalho, proporcionando maior qualidade de vida no trabalho, por meio de métodos de prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, bem como a valorização da figura humana nos espaços de produção (IFC, 2016, p. 18).

O PPC também aponta alguns objetivos específicos para a formação, os quais contribuíram para que o egresso, após formado, apresente o seguinte perfil:

O profissional com a formação técnica desenvolverá habilidades que lhe garantam autonomia intelectual no desempenho de sua função. Associado a estas habilidades, precisará estar sensível às mudanças acerca do cotidiano da vida e do trabalho, disposto a aprender e contribuir constantemente para o seu aperfeiçoamento. Na sua atuação como cidadão e como profissional adotará uma atitude crítica e reflexiva no que se refere aos problemas ambientais e ocupacionais, atuando como agente social que promova alternativas para melhorar a qualidade de vida das populações, buscando manter a saúde ambiental e ocupacional (IFC, 2016, p. 21).

Essas prescrições são, de algum modo, apresentadas no PPC e constituem os parâmetros para a ação educativa. Para o pretendente de um curso técnico, a formação é vista como uma oportunidade para ingressar no mercado de trabalho ou, até mesmo, para melhorar a posição que ocupa na empresa em que já exerce sua atividade laboral. No entanto, uma breve análise do Objetivo e do Perfil do Egresso apontados nos permite refletir que, embora a formação ofertada pelo IFC, *campus* Fraiburgo, forneça o embasamento teórico e prático necessário para obter um diploma profissional e para desenvolver as competências da ação laboral, a atividade concreta poderá revelar o confronto entre a formação e a atividade real de trabalho, entre as normas antecedentes e as renormalizações e, ainda, entre um “vazio de normas” e os sofrimentos e as dramáticas da profissão, a partir das dinâmicas e dos processos encontrados ao executá-la.

Nesse sentido, identificamos ser fundamental abordar, neste estudo, um enfoque ergológico, a fim de compreendermos a complexidade de um discurso que expõe esses dramas, mas que também permite investigar de que forma eles são geridos pelos egressos formados em TST no IFC, *campus* Fraiburgo. Assim, o próximo capítulo é dedicado aos pressupostos teóricos que fundamentam a concepção ergológica.

3 O OLHAR ERGOLÓGICO: INTERVIR PARA TRANSFORMAR O TRABALHO

Muito além de apenas uma disciplina acadêmica, a Ergologia estuda o trabalho em sua diversidade, as suas histórias, os conflitos, as regulações, as renormalizações, o debate de normas e valores e o uso que o sujeito faz de seu corpo e de si mesmo no ambiente laboral. Essa perspectiva se mostra substancial para elucidar uma atividade de trabalho complexa e de grandes responsabilidades: a atividade de TST.

Compreender como esses sujeitos administram o seu fazer laboral requer referenciais teóricos capazes de contribuir para análises minuciosas sobre as histórias e os dramas que expõem a subjetividade do sujeito trabalhador no ambiente laboral. Dessa forma, neste capítulo, expomos os conceitos norteadores da abordagem ergológica, pautados em estudos revelados por Schwartz (2006, 2010a, 2010b, 2011, 2013a, 2013b, 2014, 2016), Schwartz e Durrive (2008, 2010, 2015), Schwartz, Duc e Durrive (2010a, 2010b), Durrive (2011), Nouroudine (2002, 2011), Souza-e-Silva (2002, 2014, 2019), Faïta (2002) e Trinquet (2010) – estudos esses que elucidam essa corrente teórica e permitem maior aprofundamento acerca de suas origens.

3.1 ENTRE O QUE É DITO E O QUE É VIVIDO DA E NA ATIVIDADE LABORAL

Na década de 1980, na Universidade de Provence, na França, o filósofo Yves Schwartz dava início à abordagem ergológica, cujas origens estão nos estudos sobre os saberes produzidos na atividade do trabalho. Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010) propôs colocar em confronto as experiências de vida e de trabalho, aproximando a Ergologia da Ergonomia, sua fonte de inspiração. A Ergonomia, tomada como propedêutica à Ergologia, lança luz quanto à diferença entre o trabalho prescrito e o real e abre espaço para uma nova forma de olhar a atividade humana.

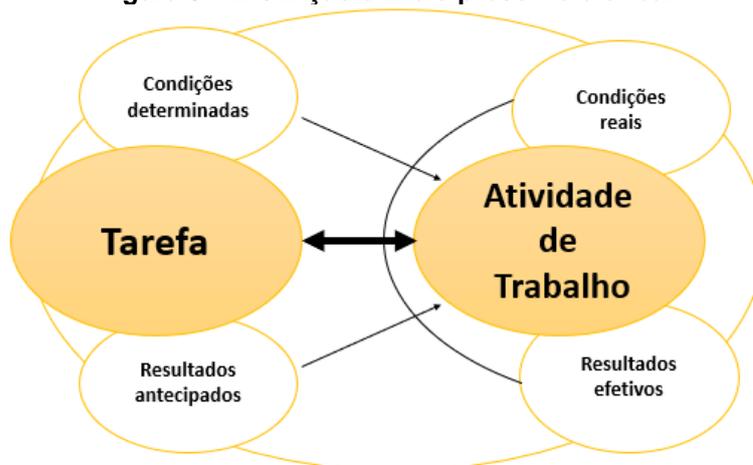
De acordo com Daniellou (2004), a Ergonomia entende que o trabalho nunca é uma simples execução de normas. Existe uma distância significativa entre a norma e a realidade, e esse distanciamento pode, inclusive, dificultar a atividade do trabalhador. Alan Wisner (1923-2004), em entrevista concedida, em maio de 1998, a Leda Leal Ferreira e Jean Foret (2006, p. 13, tradução nossa), afirma que

[...] o trabalho prescrito é, para as pessoas, uma representação não apenas vista de fora, mas, muitas vezes, uma representação em que o trabalhador não foi visto em uma situação, não foi levado em conta⁵.

Guérin *et al.* (2001, p. 15) asseveram que a “prescrição é imposta ao operador: ela lhe é, portanto, exterior, determina e constrange sua atividade”. Daniellou (2004) e Guérin *et al.* (2001) assumem, portanto, que as prescrições são indispensáveis, pois determinam a atividade a ser realizada e, assim, estabelecem a ação do trabalhador. No entanto, cabe ressaltar que a ação laboral ocorre em tempo real – em meio às adversidades do momento presente –, o qual pode sofrer interferências climáticas, físicas, materiais, entre outras tantas, quase impossíveis de serem antevistas. É nesse quadro divergente, entre o que é prescrito e o que é vivido no aqui e agora, que a atividade de trabalho de fato acontece. Trata-se, segundo Daniellou, Laville e Teiger (1989, p. 12), de “colocar em evidência a inevitável variabilidade dos estados do processo e dos operadores humanos, para que esta variabilidade possa ser considerada numa concepção mais flexível dos meios e da organização do trabalho”.

Tal como asseveram Guérin *et al.* (2001, p. 15), “A distância entre o prescrito e o real é a manifestação concreta da contradição sempre presente no ato de trabalho, entre ‘o que é pedido’ e ‘o que a coisa pede’”. Essa afirmação é ilustrada pela figura a seguir:

Figura 3 – Distinção entre o prescrito e o real



Fonte: Adaptada de Guérin *et al.* (2001).

⁵ Do original: “le travail prescrit est, pour des gens, une représentation non seulement vue de l’extérieur, mais, souvent, une représentation dans laquelle le travailleur n’a pas été vu en situation, n’a pas été pris en compte”.

Conforme esses autores, analisar ergonomicamente a atividade laboral é estudar o processo “homem/tarefa” (GUÉRIN *et al.*, 2001); dito de outro modo, é investigar as técnicas adotadas pelo trabalhador para gerir a distância entre o que se pede e o que se vive na ação laboral. Nesse cenário investigativo, o analista do trabalho se depara com distintas estratégias operatórias, as quais evidenciam um ser singular que faz uso de sua história e sua bagagem pessoal, social e profissional, a fim de exercer o que lhe foi prescrito. Guérin *et al.* (2001, p. 17) afirmam que “A dimensão pessoal do trabalho se expressa concretamente nas estratégias usadas pelos operadores para realizar sua tarefa”. De acordo com Wisner (1999, p. 19):

Todo indivíduo chega ao trabalho com seu capital genético, remontando o conjunto de sua história patológica a antes do nascimento, à sua existência in útero, e com as marcas acumuladas das agressões físicas e mentais sofridas na vida. Ele traz também seu modo de vida, seus costumes pessoais e éticos, seus aprendizados. Tudo isso pesa no curso pessoal da situação de trabalho em que é colocado.

Em situação real de atividade de trabalho, o trabalhador age conforme as prescrições que lhe são impostas, mas considera, quase que por instinto, o meio em que se encontra e as suas próprias capacidades em atingir o resultado final. Compreender as estratégias de ação do sujeito, tendo em vista sua singularidade, é, segundo Guérin *et al.* (2001, p. 17-18),

[...] o objeto real da análise ergonômica da atividade, cuja questão inicial é sempre a mesma: como esse operador, essa operadora, tendo características pessoais particulares, faz para atingir os objetivos que ele(a) se fixa em função da tarefa que lhe foi confiada. E isto em condições que mesmo sendo determinadas, não deixam de ser objeto de uma gestão e de uma apropriação pessoal.

Nesse sentido, ao instaurar como alvo de estudo a compreensão de como o trabalhador administra as lacunas que surgem durante o real da atividade, considerando a distância entre o trabalho prescrito e o real, a Ergonomia serve de estímulo a outras teorias relacionadas ao estudo sobre o trabalho, entre elas, a Ergologia.

A perspectiva ergológica, apresentada como “um projeto de melhor conhecer e, sobretudo, de melhor intervir sobre as situações de trabalho para transformá-las” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a, p. 37), reitera a premissa ergonômica de que há uma distância entre o trabalho prescrito e o real. De acordo com Schwartz, Duc e

Durrive (2010a), em qualquer situação, entre o trabalho pensado antecipadamente à sua realização, seja por quem trabalha ou por quem o normatiza, e a execução desse trabalho, há sempre uma distância. Esses autores incorporam a esse pressuposto mais três características: essa distância é sempre parcialmente ressingularizada, visto que é impossível prevê-la; a interferência de uma história, sobretudo a história de quem trabalha, sempre haverá; a gestão dessa distância é feita por um ser que age de forma consciente e inconsciente, mobilizando o intelecto, o biológico, o físico e o cultural, ou seja, na definição desses estudiosos, é o corpo-si (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a).

Dessa maneira, Durrive e Jacques (2010, p. 295) defendem que a Ergologia não percebe o trabalho pelo ponto de vista de uma pessoa exterior, mas se coloca “tanto quanto possível no ponto de vista daquele que trabalha”. Conforme esses teóricos, a ergonomia analisa a relação do homem com o meio pela perspectiva da saúde; já a Ergologia amplia essa análise, “interessando-se pelos saberes construídos e pelas competências desenvolvidas pelo homem enquanto ser produtor – o que, aliás, continua no eixo da saúde no trabalho” (DURRIVE; JACQUES, 2010, p. 295). Assim, segundo Nouroudine (2011, p. 79), enquanto o cerne investigativo da Ergonomia reside na distância entre o prescrito e o real na atividade de trabalho, a Ergologia toma como “princípio epistemológico central na produção de saber sobre a atividade humana” a “dialética entre a norma antecedente e a renormalização”.

Nesse sentido, em conformidade com o que asseveram Schwartz e Durrive (2010), torna-se possível afirmar que a atividade de trabalho é um processo constante de reorganização de normas – de “renormalizações” –, e é essa constatação que propomos discutir no texto que se segue.

3.2 NORMAS E RENORMALIZAÇÕES: UM DEBATE A GERIR

A perspectiva ergológica entende que toda ação humana se encontra envolta em um mundo repleto de normas elaboradas anteriormente. Schwartz e Durrive (2008) definem essas normas como “normas antecedentes” – em outras palavras, regras e instruções pensadas antecipadamente e impostas ao trabalhador antes da realização da atividade laboral. Alvarez *et al.* (2021, p. 4) nos lembram que essa definição preserva “o conceito de prescrição oriundo da ergonomia”, visto que “remete ao que é dado e exigido ao trabalhador antes que o trabalho seja realizado”.

Consequentemente, pode-se considerar o prescrito como a norma dada antes da atividade, ou seja, uma norma antecedente.

Nouroudine (2011), parafraseando Schwartz (2000), afirma que as normas antecedentes compreendem distintas formas de antecipação às quais os trabalhadores se reportam para realizar a atividade. O autor afirma que essa concepção envolve os saberes relativamente cimentados, como: o prescrito, os objetivos, as regras, as missões e os saberes advindos da experiência, isto é, da própria cultura do trabalho, do saber fazer, dos valores etc. Schwartz e Durrive (2008, p. 8) asseveram que as “as normas antecedentes definem-se em relação ao agir humano, a partir de duas características: a anterioridade e o anonimato”. De acordo com esses autores, isso indica que primeiro elas se originaram

[...] antes da vida [industriosa] coletiva que tornaram possível; seguidamente, elas não tomam em consideração a singularidade das pessoas que vão estar encarregues de agir e se instalarão no posto de trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008, p. 8).

No entanto, não se pode desconsiderar a individualidade do sujeito. As pessoas são únicas e singulares e suas experiências e histórias interferem na realização da sua atividade laboral, levando-as a reorganizar o trabalho que lhes é imposto e a fazer escolhas conforme elas sentem e percebem o mundo. Isso porque, como afirmam Schwartz, Duc e Durrive (2010b, p. 190), “o trabalho nunca é pura execução – principalmente porque ‘o meio é sempre infiel’”, nada é totalmente previsível ou se repete de um dia para outro, isto é, haverá sempre uma distância entre a norma antecedente e o momento presente, em qualquer que seja a situação de trabalho.

Schwartz (2014) aponta que o sujeito é constantemente confrontado pelas inconstâncias que surgem na realização de sua atividade, sendo necessário e até impossível evitar a tomada de decisões e as “microescolhas” diárias. Isso significa que as normas antecedentes não são suficientes; há sempre um “vazio de normas” e, segundo Schwartz, Duc e Durrive (2010b, p. 190), cada ser humano tenta direcionar “o meio em torno daquilo que são suas próprias normas”, fazendo escolhas, atribuindo a si mesmo leis para dar conta do que falta”.

Freitas (2014, p. 2) considera a mobilização realizada pelo sujeito em atividade laboral como uma “gestão própria, de si mesmo, do ser humano que trabalha, resolvendo os confrontos impertinentes à situação real de trabalho”. Bedin, Fontes e

Braatz (2020) asseveram que, durante a atividade laboral, o sujeito assume um compromisso entre si mesmo e o resultado a ser alcançado. Nesse cenário, o trabalhador busca seus próprios meios, para que esse contrato de trabalho seja cumprido, de modo a reformular, modificar e alterar o que lhe foi imposto como norma.

Conforme Nouroudine (2011), o processo de reconstrução das normas antecedentes, com a intenção de as adequar às especificidades das condições reais da atividade, é chamado de “renormalização”. Schwartz e Durrive (2008, p. 9) sustentam que

[...] todo o ser vivo, está exposto a exigências ou normas, emitidas continuamente e em quantidade pelo meio no qual se encontra. Para existir como ser singular, vivo, e em função das lacunas das normas deste meio face às inúmeras variabilidades da situação local, ele vai e deve tentar permanentemente reinterpretar estas normas que lhe são propostas. Fazendo isto, ele tenta configurar o meio como o seu próprio meio. É o processo de renormalização que está no cerne da atividade.

Se há gestão de normas, há renormalização, o que remete a um debate de normas, melhor dito, a um confronto entre o que é previsto – normas antecedentes – e o esforço em ajustá-las ao meio – renormalizar (SCHWARTZ; DURRIVE, 2015). Esse debate é orientado por valores, visto que, de acordo com Schwartz (2014, p. 261), as escolhas estabelecidas na ação laboral não excluem “as modalidades da incidência sobre ela de um universo de valores que integram de maneiras variáveis a outra num hipotético mundo comum”. Os valores, segundo Durrive e Schwartz (2008), dizem respeito às crenças, às predileções ou ao que se despreza ou recusa. Escolher essa ou aquela opção é, em certa medida, escolher o que acredita ser o melhor para si mesmo, considerando o meio no qual se encontra.

Na atividade laboral, os protagonistas do trabalho se deparam com imposições das normas antecedentes. Estas, no processo de renormalização, podem, por muitas vezes, entrar em confronto com os valores pessoais de cada um, levando-os a um debate de normas e valores, pois é necessário escolher entre as suas próprias normas e as que antecedem a atividade e entre seus valores e os de quem prescreve o curso da atividade, visto que esses valores já estão inclusos nas normas que antecedem o nosso agir na atividade, pois quem as prescreve também as faz tendo em vista suas convicções, suas crenças, seus saberes e seus valores mercantis e políticos.

Cabe, ainda, ressaltar que o debate de normas e valores vai além das prescrições e crenças que antecedem o agir no trabalho, envolvendo as pessoas com

quem se trabalha ou que estão envolvidas direta ou indiretamente na ação e possuem sua própria maneira de ver, sentir e avaliar o mundo laboral que o cerca. “Emergindo na ação humana, os valores se cristalizam e se modificam mediante as relações que os sujeitos estabelecem” (SILVA; BORGES, 2017, p. 79). Eles orientam nosso comportamento, nossas condutas sociais e nossas escolhas e possuem uma relação ativa e decisiva em todas as relações.

De acordo com Schwartz (2015, p. 338), encontramos na atividade de trabalho dois tipos de valores: “os valores quantitativos e particularmente monetários”, que podem ser calculados e determinados;

[...] os valores “sem dimensões” relacionados com o bem próprio ou com o bem comum. Dessa forma, há a manifestação de [...] dois polos, de um lado o polo mercantil, de outro o polo político – ou ainda, por um lado o polo de valores dimensionados e por outro o polo de valores não dimensionados.

Há, deveras, um debate a ser vivido, o qual remete a outras formas de ver e sentir o meio e de viver e agir em coletividade, as quais, como afirmam Schwartz e Durrive (2008, p. 9), circulam do mais micro e imperceptível ato cotidiano ao mais macro e geral da sociedade. Esses autores ressaltam que “Se as normas exprimem o estabilizado, o antecipado, elas têm vocação para ser colocadas em história graças a homens capazes de renormalização”.

Nesse cenário, surge a presença de um ser enigmático que faz uso de si, isto é, realiza sua própria gestão, diante das situações não calculadas, e, para tanto, faz uso de suas capacidades, suas experiências, seus recursos e seus conhecimentos, vivenciando o que Schwartz (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 191) caracterizam como “dramáticas do uso de si”. Afinal, se uma história está acontecendo, uma espécie de dramática é instaurada; não necessariamente algo trágico ou pavoroso, mas, nos dizeres de Schwartz e Durrive (2015), algo que não estava previsto e que, normalmente, causa um certo desconforto, um certo drama. Segundo esses estudiosos, “Dramática quer dizer que nunca vai deixar de acontecer alguma coisa, porque ocorrerão sempre esses debates, e ninguém vai poder escapar deles. É por isso que falo de um ‘destino a ser vivido’” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2015, p. 38).

Na próxima seção, apresentaremos ao leitor os fundamentos ergológicos propostos por Yves Schwartz e seguidores sobre as dramáticas do corpo-si e da posição singular ocupada pelo sujeito na atividade de trabalho.

3.3 DRAMÁTICAS DO USO DE SI: AS DIMENSÕES DA SUBJETIVIDADE

Toda ação envolve arbitragens, variáveis a serem geridas, escolhas, decisões, critérios, ponderações e, quando se é levado a fazer a gestão da atividade considerando as normas e valores que a antecedem, surge, conforme Schwartz (2014, p. 260), “a presença enigmática de uma pessoa, de uma singularidade viva no tratamento de situações a viver”. Trata-se, como define esse autor, de uma entidade viva, um sujeito que “se remete ao corpo, mas também à história”, pois “a história da pessoa está profundamente engajada nessa passagem; nosso corpo ‘histórico’” (MENCACCI; SCHWARTZ, 2015, p. 34). Esse ser, mesmo que psíquico, que faz escolhas e age consciente ou inconscientemente, é o que Schwartz denomina de “corpo-si” ou “si-corpo” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a, p. 44).

Corpo-si, pois, como destaca Schwartz (2010), em toda atividade de trabalho, cada trabalhador tenta “recompor um pouco o meio de trabalho em função do que ele é, do que ele desejaria que fosse o universo que o circunda” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a, p. 31). É nessa tentativa de ressingularizar a atividade que a dimensão subjetiva do indivíduo é convocada; é a si mesmo a quem o sujeito recorre, seu próprio corpo, sua capacidade, seus saberes, seus valores, sua forma de viver e ver o mundo e sua singularidade.

Em conformidade com Durraffourg, Duc e Durrive (2010, p. 69), é

[...] um uso de si por si mesmo e este uso é sempre absolutamente singular. Não existem duas pessoas, não existem dois momentos, para uma mesma pessoa, em que o uso de si por si seja idêntico.

O que leva cada ato laboral a ser único, variando de trabalhador para trabalhador: “A dimensão pessoal do trabalhador se manifesta especificamente nas estratégias que são mobilizadas para a realização das tarefas vinculadas à atividade de trabalho” (ALENCASTRO, 2019, p. 73).

De acordo com Schwartz, Duc e Durrive (2010b), o uso de si pode ser visto de duas formas: o uso de si por si e o uso de si pelos outros. Posto que o trabalho é social

e jamais se trabalha totalmente sozinho, o uso de si pelos outros acontece a partir dos outros com quem se trabalha. Consoante a esses autores,

[...] os “outros” podem ser colegas de trabalho mais próximos, ou aqueles que escolhemos, ou os que procuramos fora da proximidade imediata; mas pode ser também aqueles que avaliam seu trabalho, aqueles que esperam um trabalho de qualidade, aqueles que o julgam ou que lhe pagam. Enfim, os “outros” de parte a parte atravessam a atividade, sua atividade (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 192).

Esses autores asseveram que os outros estão presentes no uso que cada trabalhador faz de si no trabalho, pois “A partir do momento que há um uso e não simplesmente execução, o uso encontra os outros” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 192). Escolher agir dessa ou daquela forma, seguindo um ou outro caminho, quase sempre está associado à relação que o sujeito mantém ou quer manter com o coletivo de trabalho; isso, segundo os autores, define o mundo no qual se quer viver.

No entanto, cabe ressaltar que a presença do outro na atividade não descaracteriza a subjetividade de cada trabalhador, uma vez que cada pessoa é única e possui sua própria maneira de agir. Conforme Schwartz e Durrive (2010b, p. 192), “ninguém é substituível por ninguém. Dito de outro modo, as pessoas não são anônimas; são singulares com sua história”. Assim, é a partir de suas histórias, suas bagagens, suas particularidades e sua contribuição singular que o sujeito busca negociar a sua concepção de êxito com a de outros.

No encontro de si com si mesmo e com os outros, o sujeito vivencia uma situação que Schwartz (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 191) denomina de “uma dramática do uso de si”, em que ele precisa fazer escolhas e saber que, com estas, há os riscos “de falhar, de criar dificuldades novas, de desagradar” e, ao mesmo tempo, “escolher essa ou aquela hipótese é uma maneira de se escolher a si mesmo – e em seguida de assumir as consequências de suas escolhas”. Nesse sentido, a atividade de trabalho se configura em uma dramática e “disso surge a expressão do trabalho como dramática do uso de si” (SCHWARTZ, 2014, p. 261).

Desse modo, trabalhar é se arriscar, é gerenciar a si por si mesmo e a si pelos outros com quem se trabalha para atender aos imprevistos e é conviver com o “drama” das escolhas. Nas palavras de Alencastro (2019, p. 42):

Trabalhar é atuar o tempo todo em um universo de valores e de uso de si pelos outros e o uso de si por si, exatamente quando são expostos os compromissos microgestionários presentes na atividade.

Nesse contexto, ancoradas por esses usos, descortinam-se as dramáticas da atividade, as quais “revelam aquilo que é operado na esfera microcriadora, em especial, no contexto laboral” (HAUBRICH, 2019, p. 65).

Os dizeres de profissionais de TSTs, egressos do IFC e em atuação, revelam muito sobre as dramáticas evidenciadas por Schwartz (2014), visto que esses sujeitos experienciam um debate de normas permanentes, ao se depararem com a atividade real de trabalho. Não bastasse o mar de normas impostas pela profissão, prescritas por leis, decretos, portarias, entre outros documentos de âmbito federal, estadual e municipal, também precisam lidar com as normas da própria empresa em que atuam e/ou as estabelecidas pelos funcionários envolvidos na sua ação laboral. O uso de si por si, bem como o uso de si pelos outros, é uma constante no dia a dia desses profissionais. Além disso, eles se encontram instigados a colocar em prática os saberes acadêmicos adquiridos na formação; no entanto, deparam-se com o aqui e o agora, que trazem adversidades não previstas pelas disciplinas acadêmicas, e precisam fazer uso de outros conhecimentos adquiridos nas experiências vividas, a fim de solucionar o que não foi antevisto.

Para entendermos melhor esse encontro de saberes, que é também causador de alguns dramas vivenciados pelos trabalhadores em atividade laboral, buscaremos, a seguir, trazer concepções que esclareçam o debate entre o conceito e a experiência humana e entre os saberes constituídos e os saberes investidos.

3.4 A DIALÉTICA DOS SABERES

Já afirmamos, neste estudo, que a atividade laboral é o espaço dos usos de si, da microgestão diária, do (re)fazer, do renormalizar e do encontro de encontros, bem como que a gestão desse espaço requer do sujeito trabalhador a mobilização de si mesmo, de seu patrimônio, de suas vivências e de suas experiências, para, mesmo que provisoriamente, estabelecer estratégias para tratar de particularidades não previstas na dimensão protocolar do trabalho.

Mobilizar a si mesmo significa convocar a sua própria sabedoria, os conhecimentos e as habilidades que desenvolveu ao longo da vida e “os saberes

‘engajados’ pelos trabalhadores no mundo do trabalho”, que “se enraízam, que se ancoram, inclusive, no que chamamos 'corpo-si'” (SCHWARTZ, 2006, p. 458); logo, é convocar um saber diferente do conceitual. De acordo com Trinquet (2010, p. 101), refere-se a um saber “investido”, pois “remete à especificidade da competência adquirida na experiência da gestão de toda a atividade de trabalho”. Segundo esse pesquisador,

Trata-se de um saber que está em aderência com a atividade. Ele não é formalizado e nem escrito em qualquer lugar. Essa experiência está cravada no intelecto e/ou no corpo, no corpo-si, como diria Schwartz, quer dizer, ao mesmo tempo no corpo e na mente ou na alma. Sem atribuir, para este último termo, qualquer conotação religiosa (TRINQUET, 2010, p. 101).

Estar em aderência significa que, como defendem Schwartz e Durrive (2008), acontece no aqui e agora, no momento real da ação em que o sujeito convoca a si mesmo, na formação adquirida ao longo da sua história e nas experiências de vida pessoal e profissional, social e individual “e que remete a valores, à educação, em resumo, à própria personalidade de cada um” (TRINQUET, 2010, p. 100). É o corpo-si definido por Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Ao mencionar Durrive e Schwartz (2007), Lima e Cunha (2018, p. 18), salientam que “O saber investido está no corpo-si” e, nesse sentido, “se afasta de uma concepção de saber externo ao homem”, pois é a história de cada um, sempre singular e única.

Embora esses saberes sejam adquiridos de forma individual, eles não deixam de ser sociais, pois são produzidos também em grupo. Conforme declara Schwartz (2010a, p. 44), “São saberes que ocorrem em aderência, em capilaridade com a gestão de todas as situações de trabalho, elas mesmas adquiridas nas trajetórias individuais e coletivas singulares”. São os outros que atravessam a ação, que atravessam os nossos saberes a partir dos seus próprios e que compartilham conhecimentos mediante a relação que mantêm com o sujeito nos diferentes contextos em que ele se encontra. Mailliot e Durrive (2015, p. 153), ao referenciar Paulo Freire, reiteram a afirmação do pedagogo brasileiro de que a formação é “uma aventura humana coletiva” e “os homens se educam juntos, por intermédio do mundo”.

Nesses encontros, com si mesmo, com os outros e com o meio, os saberes investidos são construídos, aperfeiçoados e, consoante a Schwartz (2006), trabalhados nas dramáticas do uso do corpo-si. O filósofo apresenta que são saberes

engajados na história concreta laboral de cada um, dos encontros que ocorrem “entre homens e mulheres e o meio de trabalho técnico e organizacional, que tem sempre uma singularidade” (SCHWARTZ, 2006, p. 461).

Ainda que os saberes investidos tragam uma bagagem imensa de conhecimentos que, por muitas vezes, são responsáveis por suprir o “vazio de normas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010), é uma outra forma de saber que de fato define a ação laboral. Trata-se, segundo Trinquet (2010, p. 100), de um saber desinvestido, ou seja,

[...] definido fora desta atividade particular que estudamos e vinculado a outros conceitos, independentemente de situações particulares. Ele é genérico, generalizável e constituído do exterior de todas as situações precisas. Por isso, o classificamos como estando em desaderência com a atividade do aqui e agora.

Ainda, na perspectiva do referido autor, podemos classificar esses conhecimentos como saber constituído ou saber acadêmico, em outras palavras, “tudo o que é conhecido, formalizado nos ensinamentos, nos livros, nos softwares, nas normas técnicas, organizacionais, econômicas, nos programas de ensino, etc.” (TRINQUET, 2010, p. 100). Schwartz (2014, p. 19) assevera que, em toda situação de trabalho, há “uma dimensão estabelecida de ‘protocolo’”, a qual pode ser ensinada relativamente à distância, quase independentemente de sua condição real e singular de realização. Esse autor alega que são

[...] saberes se traduzindo em sequências estabelecidas, procedimentos lógicos, técnicos, organizacionais, jurídicos... Protocolos se expressando em um conjunto de conceitos, com a ambição de generalidade que define todo o uso dos conceitos (SCHWARTZ, 2014, p. 19).

Os saberes constituídos ou acadêmicos regem a dimensão protocolar do trabalho e são as normas antecedentes, as prescrições, “tudo o que antecipe a atividade futura de trabalho, antes mesmo que a pessoa tenha começado a agir” (SCHWARTZ, 2011, p. 34). Pela sua relativa “desaderência”, isto é, sua “desconexão do aqui e agora” (SCHWARTZ, 2014, p. 19), esses saberes se tornam deficientes e incapazes de contemplar toda a dimensão e complexidade da real situação laboral, visto que “se transmitem sem ter em um primeiro tempo que se preocupar com os lugares e os momentos onde eles serão manipulados” (SCHWARTZ, 2014, p. 19).

As invariabilidades e singularidades do meio exigem que o trabalhador renormalize o que lhe foi prescrito, antevisto pela infinidade de saberes “estocados em ‘desaderência’, ensinados nas salas de aulas, capitalizados nos manuais, ou hoje, os DVDs ou sites de Internet, sancionados por certificações ou diplomas profissionais” (SCHWARTZ, 2014, p. 19). Essa é a concepção compartilhada pela Ergologia, esta que percebe os saberes acadêmicos como indispensáveis, no entanto entendendo que eles não dão conta de explicar a situação real de trabalho. Ao renormalizar, o sujeito convoca a si mesmo, isto é, seu corpo-si, conforme posto por Schwartz (2014), seus saberes investidos para dar conta do que falta, do que não foi previsto pelos saberes constituídos.

Nesse sentido, a atividade de trabalho é constituída tanto pelos saberes advindos da ciência, da tecnologia e das prescrições repassadas pelas disciplinas acadêmicas quanto pelos saberes produzidos em aderência à atividade no fazer laboral e na vida. De acordo com Trinquet (2010, p. 100), um saber é complementar ao outro e os dois são fundamentais para compreender uma situação laboral, pois “constituem os dois lados de toda a atividade de trabalho, sua unidade dialética”. Nas palavras do estudioso mencionado,

Para compreender e analisar uma situação de trabalho, o procedimento de associar os saberes acadêmicos com os saberes da experiência daqueles que trabalham, certamente, consiste em uma atitude deontológica e ética, mas, se trata, sobretudo, de uma postura científica (TRINQUET, 2010, p. 100).

Trinquet (2010) enfatiza, ainda, que essas duas espécies de saberes possuem origens, formas e conteúdos distintos; entretanto, como já exposto, ambos os saberes são complementares para a efetividade da ação laboral e fundamentais para que se possa analisar um contexto particular de trabalho. Na perspectiva de Schwartz e Durrive (2008, p. 3):

Tendo em conta que estamos num mundo que transformamos continuamente pela atividade, o regime de produção de conhecimentos tem tanto necessidade dos saberes investidos nesta atividade [e produzidos a diversos graus de aderência] como de saberes organizacionais, acadêmicos, disciplinares – que são já providos de uma forma de codificação.

Com o propósito de concentrar a interação entre os saberes que se estabelecem nos conhecimentos técnicos e científicos e na experiência do trabalho, a

Ergologia, segundo Trinquet (2010), propõe um dispositivo de três polos (DD3P): a) o polo dos saberes constituídos; b) o polo dos saberes investidos; e, enfim, c) um terceiro saber, que é resultado do encontro produtivo entre os dois primeiros. Schwartz e Durrive (2008) destacam que a articulação entre o primeiro e o segundo acontece no diálogo entre os parceiros que operam em prol de um mesmo objetivo. Desse diálogo emerge, então, um terceiro polo, “a fim de fazer trabalhar os dois primeiros de modo cooperativo [humildade e rigor na referência ao saber], de maneira a produzir um saber inédito a propósito da atividade humana” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008, p. 3). Vejamos na Figura 4:

**Figura 4 – Dispositivo dinâmico de três polos
Esquema metodológico**



Fonte: Adaptada de Trinquet (2010).

Em meio às instabilidades da profissão, diferentes saberes são convocados para suprir a distância entre o prescrito e o real – saberes que se renormalizam a partir do uso de si por si e do uso de si pelos outros e que se transformam em um novo saber, para suprir a necessidade exigida pela atividade de trabalho. Isso significa que o diálogo entre os saberes constituídos e os investidos se torna um espaço excelente de trocas e produção de saberes.

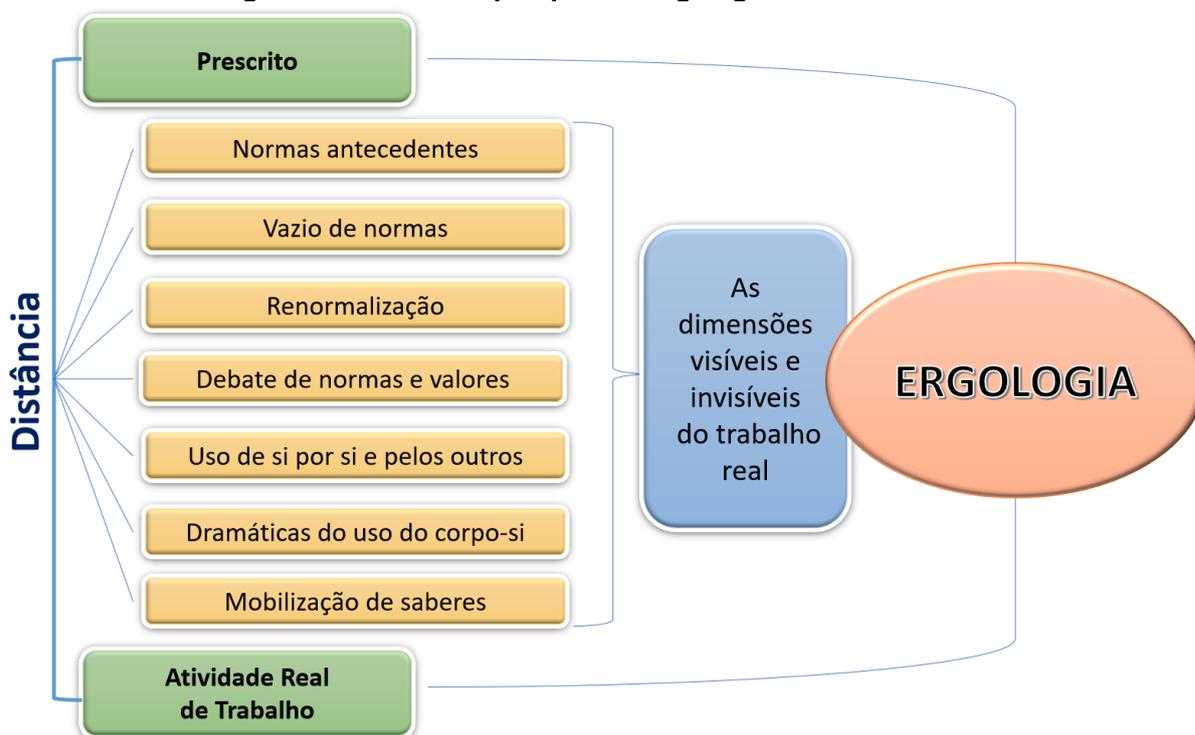
Nesse contexto de discussão e produção de conhecimento, surgem debates singulares entre os valores e as normas antecedentes, resultando em dramas particulares ou, como tão bem colocado por Schwartz (2014), em dramáticas do uso

do corpo-si. É, de certa maneira, uma roda de encontros em que os sujeitos mobilizam, avaliam e ressignificam saberes, visando compreender e dominar sua prática laboral.

Nessa dinâmica de encontros reside o que Schwartz (2010b) e Mailliot e Durrive (2015) definem como um verdadeiro agir em competência. De acordo com esses autores, em toda situação de trabalho é preciso articular, colocar em sinergia seis distintos ingredientes, que envolvem: 1º ingrediente: o domínio do saber formalizado; 2º ingrediente: o conhecimento sobre o histórico de uma situação de trabalho; 3º ingrediente: a habilidade de fazer os dois primeiros dialogarem; 4º ingrediente: o debate de normas e valores que se estabelece na atividade; 5º ingrediente: a motivação pelo saber para melhor fazer; e, por fim, o 6º ingrediente: a competência de produzir, gerir e se beneficiar com sinergias individuais ou coletivas em situação de trabalho. A articulação desses ingredientes acontece no aqui e agora, na dimensão invisível da atividade real de trabalho entre o que se prescreve e o que de fato é realizado.

Assim, a Ergologia surge como uma forma de compreender a singular maneira como o trabalhador administra e vive dentro desse espaço e, assim, intervir e transformar a atividade de trabalho. Na Figura 5, é possível visualizar a visão ergológica sobre o trabalho, considerando a distância entre o prescrito e o realizado, com base em estudos manifestados por Schwartz (2006, 2010a, 2010b, 2011, 2013a, 2013b, 2014, 2016), Schwartz e Durrive (2008, 2010, 2015), Schwartz, Duc e Durrive (2010a, 2010b), Durrive (2011), Nouroudine (2002, 2011), Souza-e-Silva (2002, 2014, 2019), Faïta (2002) e Trinquet (2010).

Figura 5 – Síntese da perspectiva ergológica sobre o trabalho



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

Nesse espaço entre o prescrito e a atividade real, chamado de “distância” pelos estudos ergonômicos e ergológicos, residem as dimensões visíveis e invisíveis do trabalho que são impossíveis de se antecipar, pois é na gestão dessas variáveis que os protagonistas concretizam o trabalho como atividade.

Perceber as dimensões visíveis e invisíveis do trabalho, o que de fato acontece dentro do espaço que se configura entre o prescrito e o realizado e o modo como os sujeitos administram essas dimensões é, de fato, uma tarefa desafiadora, principalmente quando o foco de estudo recai sobre protagonistas de uma profissão tão hermética quanto é a de TST. Esses sujeitos vivenciam diariamente todas as dimensões, tanto visíveis quanto invisíveis, do trabalho, incluindo as que são experienciadas pelos outros trabalhadores, em razão de sua difícil tarefa de cuidar e proteger os demais atores do trabalho.

Enquanto estudante de um curso técnico, o sujeito percebe a formação como a porta de acesso para o trabalho, uma vez que fornecerá o embasamento teórico necessário para obter um diploma profissional; entretanto, a atividade real de trabalho pode revelar o vazio de normas e os sofrimentos da profissão a partir das dramáticas encontradas ao executá-la. Entender as dramáticas do uso de si por si e pelos outros, experienciadas por esse sujeito trabalhador, demanda que se considerem as

atividades languageiras que compõem o dia a dia do seu mundo de trabalho. Nas palavras de Schwartz (2014, p. 271), “A linguagem é o elemento no qual ocorre o real drama, sendo por isso que a colocação em linguagem, principalmente em situação de trabalho, nunca é uma operação neutra”.

A linguagem organiza e orienta os modos operatórios dos trabalhadores, além de manifestar uma centralidade fundamental na realização do trabalho prescrito nas organizações. Dessa forma, na sequência, discorreremos sobre a relevância da linguística e a responsabilidade do linguista de participar de uma discussão que visa compreender uma realidade singular, própria do contexto laboral.

4 A LINGUAGEM NA ATIVIDADE DE TRABALHO: UM AGIR DISCURSIVO

É indiscutível o substancial papel que a linguagem exerce como interventora e construtora dos diferentes espaços que envolvem o mundo do trabalho. Nesse sentido, a Ergologia julga necessário buscar auxílio nos estudos destinados ao campo das linguagens, para compreender aquilo que há de singular nas práticas profissionais dos sujeitos em situação real de trabalho. Uma análise ergológica, com base no que os protagonistas do trabalho têm a dizer sobre sua atividade, permitirá ampliar nossa visão sobre a singularidade no modo de fazer de cada trabalhador.

Assim, neste capítulo, buscaremos evidenciar o significativo espaço ocupado pelas ciências das linguagens nas investigações sobre as situações de trabalho, tendo como base as noções presentes em Schwartz (2006, 2010a, 2010b, 2011, 2013a, 2013b, 2014, 2016), Schwartz e Durrive (2008, 2010, 2015), Schwartz, Duc e Durrive (2010a, 2010b), Durrive (2011), Nouroudine (2002, 2011), Souza-e-Silva (2002, 2014, 2019), Faïta (2002), Boutet (1998), Boutet e Gardin (2001) e Trinquet (2010), os quais defendem a intervenção da linguística para melhor compreensão das questões envolvendo o trabalhador e o mundo do trabalho.

4.1 A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE O FAZER E O DIZER

Segundo Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010b, p. 131), “a ligação entre o dizer e o fazer é imemorial”. Souza-e-Silva (2002, p. 61), ao mencionar Boutet (1998), reitera que “na história da humanidade, a atividade de linguagem e a atividade de trabalho estão estreitamente ligadas, ambas transformam o meio social e permitem trocas e negociação entre os seres humanos”. Porém, o reconhecimento dessa relação foi esquecido durante o período taylorista, em que o trabalhador não precisava opinar ou pensar, bastava produzir, isto é, “obedecer e calar”.

O termo “taylorismo” faz referência a um método de produção criado, na década de 1980, por Frederick Taylor, nos Estados Unidos; de modo geral, consistiu em uma sistematização dos procedimentos e visava à operacionalização das máquinas de maneira mais eficiente e rápida, descartando, da situação laboral, qualquer interferência ou manifestação por parte do trabalhador. Boutet e Gardin (2001) enfatizam que, diferentemente do que se pregava no taylorismo, a linguagem faz parte

do trabalho, uma vez que não é possível impedir a fala e a comunicação entre os sujeitos em ambiente laboral. De acordo com esses autores, as falas produzidas no trabalho passam a ser assumidas como agentes de produtividade, que não prejudicam o desempenho econômico, mas o enriquecem.

Faïta (2002, p. 45) aponta que:

A heterogeneidade das condutas dos atores, por muito tempo dissimuladas pelas práticas de gestão herdadas da racionalidade tayloriana, é hoje admitida, assim como a multiplicidade dos saberes implicados nas atividades laboriosas, cotidianas.

Dessa forma, cabe reconhecer que a palavra escrita ou falada está presente no planejamento da atividade, nas normas e nos prescritos que a antecedem e/ou em qualquer técnica que seja necessária transmitir para orientar o fazer. Perceber a ação comunicativa que ocorre na atividade laboral é, de acordo com Figaro (2018, p. 181), “considerar que os sujeitos produzem, além de um produto ou de um serviço, a comunicação em sociedade, ou seja, produzem a própria sociedade”.

Diante disso e considerando o que fora posto por Boutet e Gardin (2001), ouvir o trabalhador sobre sua atividade e sobre os saberes mobilizados na realização do trabalho se torna fundamental; para isso, foi preciso considerar as atividades linguísticas desse sujeito. Conforme Faïta (2002), tendo em conta o caráter heterogêneo nas ações dos indivíduos em atividade de trabalho, verificou-se a necessidade de buscar o envolvimento do trabalhador, ouvindo-o sobre como ele exerce sua atividade e como administra as diferentes situações encontradas antes, durante e depois de realizá-la. Essa nova forma de pensar permitiu que o discurso do trabalhador fosse visto não apenas como uma ferramenta de comunicação instrutiva, mas como um “elemento essencial na construção da ação e da significação, na afirmação das identidades profissionais, no planejamento, na coordenação, na negociação das atividades e das tomadas de decisão” (FAÏTA, 2002, p. 47).

Nas palavras Boutet e Gardin (2001), é preciso identificar as particularidades dos discursos produzidos nessas situações sociais, em comparação com outras situações, como os relatórios diários, bem como compreender as relações que se constroem entre as diferentes formas de atividade no trabalho: atividade sobre o produto ou sobre a matéria-prima, atividade com outros, atividade de linguagem etc.

Nesse sentido, ao investigar uma situação de trabalho, não se deve desconsiderar, consoante a Durrive (2011, p. 53), o “ponto de vista do trabalhador, porque somente ele vive a tensão entre os dois polos, entre o que antecipa e o que não antecipa”; trata-se de ajudar o trabalhador a expressar aquilo que ele vivencia em situação real de trabalho. Isso significa considerar, nas palavras de Schwartz, em entrevista a Di Fanti e Barbosa (2016, p. 231), o “o uso da linguagem vinculado ao momento da atividade, ao agir no presente, aqui e agora, no momento do viver e do trabalhar”.

Sendo assim, Boutet e Gardin (2001) afirmam que estudar uma situação laboral é perceber onde as relações sociais são construídas, onde os grupos são constituídos e transformados etc., e essa investigação acontece por meio da análise das atividades linguageiras. Lima e Pessoa (2020, p. 94711) defendem que a integração “do pesquisador no ambiente laboral serve para observar, por meio de materialidades diversas, o que se diz e o que se faz”. Essa afirmação nos leva a considerar que a conexão entre o dizer e o fazer se estabelece a partir de diferentes modalidades da linguagem.

Nouroudine (2002, p. 17), guiado pelos estudos de Grant Johnson e Caplan (1979) e de Michèle Lacoste (1995), percebe a relação entre linguagem e trabalho sob a perspectiva da Filosofia e assevera que “a relação linguagem/trabalho, de acordo com essa abordagem, configura-se em três aspectos: a ‘linguagem sobre o trabalho’, a ‘linguagem no trabalho’ e a ‘linguagem como trabalho’”. Ainda, mencionando as concepções de Lacoste, Nouroudine (2002) assevera que essa distinção serviu para corrigir possíveis confusões e separar, de um lado, a verbalização, isto é, as falas motivadas e exteriores à situação de trabalho ou, melhor, sobre o trabalho, e, de outro, aquelas vistas como comunicação, ou seja, no e como trabalho, que fazem parte da atividade laboral.

Pela estreita ligação existente entre essas três modalidades, Nouroudine (2002) emprega o termo genérico “práticas linguageiras” como forma de unificar seu emprego em uma situação de trabalho. No entanto, esse autor assume que cada aspecto possui “problemas de ordem prática e epistemológica bem distintos” (NOUROUDINE, 2002, p. 18). Vejamos na Figura 6:

Figura 6 – A linguagem NO, COMO e SOBRE o Trabalho

Linguagem COMO Trabalho

É estratégica, planejada, considera as condições de realização e possui dois níveis: os gestos e as falas direcionados aos outros e às falas que orientam seus próprios gestos no momento da atividade.

Linguagem NO Trabalho

É parte constitutiva da situação de trabalho na qual a atividade acontece, mas nem sempre é útil à realização imediata da atividade, podendo veicular conteúdo de natureza variada.

Linguagem SOBRE o Trabalho

É a linguagem que fala do trabalho, que transmite saberes, avalia, justifica, critica, elogia, tanto no coletivo de trabalho quanto em relações pessoais.

Fonte: Adaptada de Nouroudine (2002).

Neste estudo, buscamos nos deter às concepções relacionadas à modalidade “sobre o trabalho”, visto que, segundo Nouroudine (2002), tal categoria possibilita que o protagonista do trabalho expresse sua opinião acerca de sua atividade laboral, avalie determinada situação ou problema e reflita sobre a sua própria atuação e a atuação do coletivo de trabalho. Entretanto, para esse autor, falar sobre o trabalho provoca questionamentos como “quem fala?”, “de onde ele/ela fala?”, “quando ele/ela fala?”, para que seja possível entender “onde se situa o campo de validade e de pertinência da ‘linguagem sobre o trabalho’” (NOUROUDINE, 2002, p. 26). Assim, falar sobre trabalho requer maior atenção quanto a singularidades reveladas pelo trabalhador, às suas experiências e aos seus valores, “pois o que está em jogo na tentativa de descrição e interpretação da experiência do outro não provém unicamente do método utilizado, mas também dos valores manifestados” (NOUROUDINE, 2002, p. 28).

Na perspectiva de Boutet e Gardin (2001, p. 111, tradução nossa):

[...] quando o linguista assume essas particularidades e as faz seu objeto de investigação, as situações de trabalho tornam-se verdadeiros “laboratórios de linguagem”, usando a expressão de Cl. Hagège⁶.

Pela complexidade da ação laboral realizada pelos TSTs e considerando a investigação aqui proposta, acreditamos ser necessário uma interface entre os estudos ergológicos e as teorias linguísticas, de modo que se permita uma reflexão minuciosa e integrada sobre as práticas languageiras em atividade de trabalho. Nesse sentido, identificamos, na Análise do Discurso, uma possibilidade de identificar materialidades linguísticas próprias e capazes de revelar singularidades pelas quais a Ergologia se interessa.

Dessa maneira, trataremos, na sequência, das possibilidades de interface entre os estudos ergológicos e os estudos discursivos.

4.2 A INTERFACE ERGOLOGIA E ANÁLISE DO DISCURSO

A visão tradicional de compreender e intervir na atividade de trabalho há muito não atende às exigências de um espaço heterogêneo, que se encontra em constante evolução e transformação. Novas formas de estudo são necessárias, entre elas aquelas que possibilitem uma análise aprofundada sobre a atividade de trabalho e valorizem o que o trabalhador tem a dizer sobre como ele realiza sua atividade.

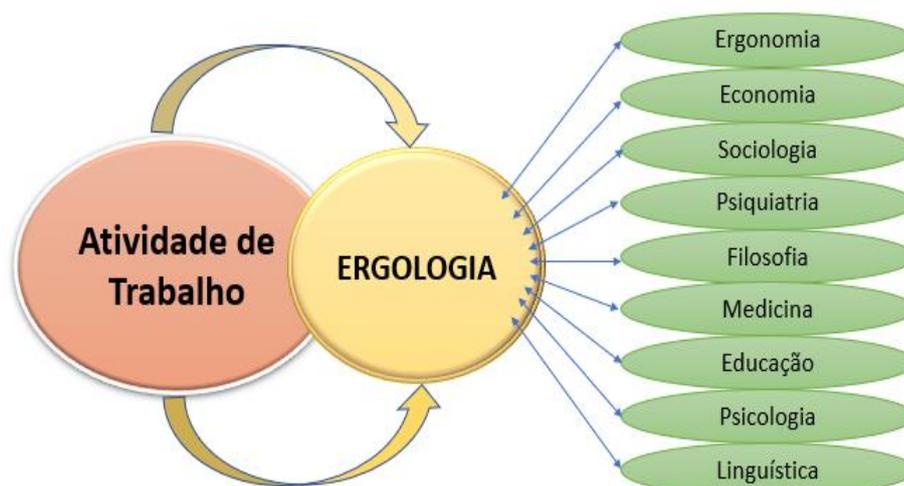
Trinquet (2010) evidencia que a Ergologia, como método de investigação pluridisciplinar, mostra-se altamente aberta para interfaces com perspectivas que contribuem para elucidar as particularidades da ação laboral. No entanto, esse autor assume que uma única disciplina, qualquer que seja ela, não seria suficiente para analisar e compreender a complexidade da atividade humana. Nessa perspectiva, colocar “em dialética os vários saberes, descubrem-se novos achados, novos conceitos, que abrem novas perspectivas e horizontes ao conhecimento. É esse o objetivo atribuído à ergologia” (TRINQUET, 2010, p. 95)

Na visão de Schwartz (2016, p. 255), a abordagem ergológica aceita estudos desenvolvidos com diversas disciplinas, desde que elas tenham interesse pelas “exigências quase ontológicas fora das quais haveria perda da humanidade no

⁶ Do original: “*Lorsque le linguiste assume ces spécificités et en fait son objet, les situations de travail apparaissent comme de véritables ‘laboratoires du langage’, pour reprendre em la déplaçant l’expression de Cl Hagège*”.

homem”. O esquema apresentado na Figura 7 permite identificar interfaces possíveis com a perspectiva ergológica.

Figura 7 – Ergologia e interfaces possíveis



Fonte: Adaptada de Trinquet (2010).

As especialidades apontadas no esquema da Figura 7 são evidenciadas por Trinquet (2010); no entanto, de acordo com esse autor, essas perspectivas não esgotam as possibilidades de se colocar em dialética outros conhecimentos necessários, que são capazes de apresentar um fundamentado interesse pelas questões voltadas ao contexto laboral.

Por acreditarmos no inquestionável papel das ciências das linguagens no contexto do espaço laboral, conforme apontado há pouco, e por ser esse o principal domínio de trabalho dos pesquisadores envolvidos nesta tese, priorizamos, na investigação desenvolvida, uma interface entre linguagem e trabalho, mais especificamente entre a abordagem ergológica e a Análise do Discurso, de base enunciativa, nas concepções desenvolvidas por Dominique Maingueneau, professor da Université Paris-Sorbonne, em Paris, na França.

Parece muito provável, como afirma Maingueneau (2015), que a Análise do Discurso tenha se desenvolvido mais efetivamente durante 1969, na França, com as publicações sobre o tema realizadas pela renomada revista *Langage*, pelo livro *Análise automática do discurso* (1997), de Pêcheux, e pela obra que insere a noção de discurso no centro das atenções, *Arqueologia do saber*, de Foucault (2008).

Além desses, outros estudiosos contribuíram para tornar a questão do discurso o foco das discussões. Porém, segundo Maingueneau (2013), eles apresentavam

entendimentos muito diferentes uns dos outros. Ao longo dos anos, a Análise do Discurso foi mesclando contribuições advindas de distintas correntes, como a pragmática, a teoria da enunciação, a teoria da linguística textual, entre outras. Como forma de exemplificar, Maingueneau (2013) cita estudos mais recentes desenvolvidos por Charaudeau (1983, 1997) sobre as mídias e por Moirand (1988, 2007) sobre o discurso científico e a imprensa escrita, além dos seus próprios estudos com relação ao discurso religioso ou ao discurso literário (MAINGUENEAU, 1995, 2008).

Tal como afirma Maingueneau (2015, p. 21), esses estudos conferem “um papel central à noção de gênero do discurso e se apoiam maciçamente sobre teorias da enunciação linguística”, enquanto trabalhos norte-americanos, como os realizados por Kerbrat-Orecchioni (1990, 1992), direcionam atenção a pesquisas diversas. Tais constatações nos possibilitam identificar pontos de vistas e interesses distintos, bem como uma heterogeneidade de materialidades possíveis ao longo da história. Maingueneau, em entrevista a Cano e Assis (2021, p. 212-213), afirma que os

[...] analistas do discurso, na França, compartilham a maioria dos conceitos e métodos, especialmente a referência a teorias de enunciação. Em poucas palavras, há mais convergências do que divergências e é difícil distinguir vertentes claramente identificadas.

No Brasil, o desenvolvimento da Análise do Discurso é marcado por um interesse diversificado em matéria de *corpus*. Como afirma Maingueneau, em outra entrevista, dessa vez para a revista *Organicom* (2021), o que chama muito a atenção no Brasil não é o número de pesquisadores, mas a variedade de temas e áreas de estudo. O autor descreve que

No Brasil você tem pessoas que pesquisam sobre discurso religioso, literatura, mídia, gênero, política, educação, justiça. Deve ser o único país no mundo que tem tanta abertura nos estudos do discurso. Há espaço para pesquisas originais, favorecidas por um sistema universitário com três redes de educação: a estadual, a federal e a particular. Isso dá mais competição, mais diversidade (FREITAS *et al.*, 2021, p. 255).

Entre os temas que chamaram atenção dos analistas do discurso do Brasil está o estudo das relações entre linguagem e trabalho. Di Fanti (2014) cita que Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, coordenadora do grupo Atelier Linguagem e Trabalho (PUC-SP/CNPq), destaca-se em pesquisas nesse sentido. Sousa-e-Silva

desenvolveu um núcleo de pesquisa e formação, envolvendo essas duas perspectivas de investigação,

[...] com especial destaque para a interface entre os estudos discursivos, em suas diferentes vertentes enunciativas, e os estudos do trabalho, como os desenvolvidos pela Ergologia, Clínica da Atividade e Ergonomia da Atividade (DI FANTI, 2014, p. 253).

Em seus estudos, Souza-e-Silva (2014, 2019) privilegia a perspectiva enunciativo-discursiva nos preceitos postulados por Dominique Maingueneau. Adotar o olhar desse autor sobre a Análise do Discurso significa, segundo essa autora, embrenhar-se no contexto enunciativo, o qual é organizado “[...] por condições socio-históricas, cujo funcionamento pode ser explicado levando em conta duas instâncias, que se afetam mutuamente, a materialidade do discurso e suas condições de produção”. (SOUZA-E-SILVA, 2019, p. 11).

Nesse sentido, analisar, pela perspectiva da Análise do Discurso, mais especificamente de cenografia e ethos discursivo, propostos por Maingueneau (2008), os discursos produzidos por egressos de um curso técnico considerando as funções socio-históricas e ideológicas assumidas por eles mediante as condições de produção do discurso e pelo gênero discursivo proposto traz, para esta pesquisa, a possibilidade de um olhar mais profundo e integrado. De acordo com Orlandi (2000), as condições de produção de um discurso englobam sobretudo os sujeitos e a situação em que se encontram, bem como a memória a qual é vista como interdiscurso, manifestando verbalizações que interferem na significação discursiva.

Dessa maneira, por meio de uma maneira de dizer específica, dos mecanismos interdiscursivos e intradiscursivos, da cenografia e do ethos, os dizeres dos egressos do curso TST podem revelar tanto um mundo real quanto um mundo figurativo, idealizado por esse sujeito na formação profissional.

Assim sendo, na próxima seção, refletiremos sobre pressupostos que se alinham à perspectiva da Análise do Discurso, de base enunciativa socio-histórica, mediante aportes teóricos revelados por Dominique Maingueneau (2008, 2013, 2015, 2018, 2019, 2020) sobre cenografia e ethos discursivo.

4.3 CENOGRAFIA: O TEMPO E O ESPAÇO EM QUE A ATIVIDADE ACONTECE

Considerando os propósitos deste estudo, entendemos que compreender o processo de formação e legitimação dos sujeitos e dos discursos e a maneira como os sentidos são construídos no contexto social, com base na perspectiva enunciativo-discursiva, requer que consideremos a definição de enunciação, especialmente na concepção de Maingueneau e Charaudeau (2018). Esses autores afirmam que:

A enunciação constitui o pivô da relação entre língua e o mundo: por um lado, permite representar fatos no enunciado, mas, por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2018, p. 193).

Dessa maneira, ao tomar a palavra, o enunciador cria, conforme Maingueneau (2018), um espaço no qual a enunciação se constitui e adquire sentido para encenar seu discurso e, dessa forma, conquistar a aceitação do público. Na perspectiva desse pesquisador, o locutor não apresenta uma maneira determinada de falar, ou seja, desse ou daquele modo, mas é considerado um enquadramento significativamente participativo, dentro de um contexto socio-histórico, e que envolve quem é o enunciador, quais espaços ele ocupa, as circunstâncias de enunciação e, sobretudo, as suas escolhas linguísticas.

Maingueneau e Charaudeau (2018) denominam esse enquadramento de “cena de enunciação”, diferenciando-a de situação de enunciação e de situação de comunicação. Segundo esses autores, a primeira corresponde a um conjunto de normas linguísticas no ato da fala; já a segunda seria as circunstâncias, ou seja, o contexto em que essa fala é proferida. Ao se falar em cena, reforça-se o fato de que a enunciação ocorre em um espaço determinado, “definido de gênero de discurso, mas também sobre a dimensão construtiva do discurso, que se coloca em ‘cena’, instaura seu próprio espaço de enunciação” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2018, p. 95). Maingueneau (2018, p. 75) assevera que:

O discurso pressupõe essa cena de enunciação para poder ser enunciado, e, por seu turno, ele deve validá-la por sua própria enunciação: qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação de enunciação que o torna pertinente.

De acordo com Maingueneau (2020), a cena da enunciação associa três cenas de fala interdependentes: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. A cena englobante determina o tipo de discurso, isto é, em qual condição discursiva o texto se insere: publicitária, religiosa, jurídica, científica, política, educacional, administrativa, entre tantos outros especificados conforme sua função social. É, como afirma esse teórico, aquela que define o estatuto dos parceiros em determinado espaço pragmático.

Desse modo, a cena englobante é o resultado das ações discursivas socialmente legitimadas e presentes na memória coletiva. Nas palavras de Maingueneau (2015, p. 118), “ela resulta do recorte de um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gêneros de discurso”, assim como o discurso político ou científico, que oferecem particularidades específicas que servem como referência para a recepção do discurso. Maingueneau (2015) alega que uma cena englobante política envolve um cidadão se reportando a outros cidadãos sobre temas de interesse coletivo, como a preocupação com educação, segurança pública etc. Já em uma cena englobante científica, a condição de homem da ciência é assumida pelo enunciador. A determinação da cena englobante instituída pelo texto possibilita definir a posição que o leitor deve ocupar, a fim de interpretar os sentidos disponibilizados pelos enunciados.

Logo, essa cena é constituída de discursos legitimados e de interesse comum entre os membros de uma sociedade, os quais se reconhecem como participantes da encenação. Maingueneau (2015, p. 120) também ressalta que, caso seja “conservado e reempregado em um novo contexto”, um mesmo texto pode participar de cenas englobantes distintas simultaneamente. Nesse caso, segundo o linguista, o pesquisador, em função dos seus objetivos, é levado a decidir qual cena englobante lhe é pertinente.

No entanto, conforme Maingueneau (2013), não basta apenas dizer que a cena de enunciação de um enunciado político é a cena englobante política ou, ainda, que a cena de um enunciado científico é a cena englobante científica. Isso seria insuficiente para definir a ação discursiva, dado que a cena de enunciação é feita por meio de um gênero de discurso determinado. O coenunciador não está tratando com o político ou com o cientista, mas sim com gêneros de discurso particulares. Dessa maneira, é preciso recorrer à cena genérica, para que se possa determinar o gênero ou subgênero do discurso: bula de remédio, sermão, guia turístico etc. Maingueneau

(2015, p. 120) esclarece que “As cenas genéricas funcionam como normas que suscitam expectativas”. O linguista aponta que cada gênero implica:

- **Uma ou mais finalidades:** a finalidade do gênero pode definir as estratégias de produção e de interpretação dos enunciados;
- **Papéis para os parceiros:** cada gênero assume determinado papel: uma receita de remédio, por exemplo, trata-se do médico se dirigindo ao paciente;
- **Um lugar apropriado para seu sucesso:** o lugar pode ser descritível, como escola, tribunal ou espaços de outro tipo, como nos casos de textos escritos, emissões de rádio, web etc. Alguns são predefinidos conforme sua finalidade, como cartórios e igrejas; já para reuniões informais ou festas não há essa preocupação. Para todos os efeitos, a escolha do lugar sempre deve ser levada em consideração, uma vez que contribui significativamente para a eficácia discursiva;
- **Um modo de inscrição na temporalidade:** a periodicidade ou a singularidade das enunciações, a sua duração e o seu prazo de validade;
- **Um suporte:** um modo de existência material;
- **Uma composição:** um “plano de texto” que define como o discurso se constitui;
- **Um uso específico de recursos linguísticos:** emprego de uma variedade linguística que lhe é própria.

As particularidades apresentadas pelo gênero discursivo devem ser consideradas pelo leitor, pois proporcionam produzir, segundo Fumagalli (2019, p. 82), “antecipações a respeito do universo de sentidos que a cena pode suscitar”. A cena genérica, juntamente à cena englobante, define o “espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido” (MAINGUENEAU, 2008, p. 116). No entanto, o teórico em menção alerta que, para dar conta da singularidade de um texto, não é suficiente saber o tipo (cena englobante) ou as normas constitutivas de um discurso (cena genérica), dado que enunciar é construir, sobre essa base prévia, “uma encenação singular da enunciação: uma *cenografia*” (MAINGUENEAU, 2015, p. 122).

A cenografia se constrói a partir do próprio enunciado, em outras palavras, a partir de elementos textuais em que o discurso é enunciado. De acordo com Maingueneau (2020, p. 19), “ela não é imposta pelo gênero, mas construída pelo próprio texto: um sermão só pode ser enunciado por meio de uma cenografia

magisterial, profética, amigável etc.". É a forma como o enunciador organiza sua situação de fala, tendo em vista a adesão do público.

Porém, a cenografia não é somente um cenário ou um elemento de decoração; ela está estreitamente associada ao lugar e momento da enunciação. "A enunciação também prevê papéis determinados para cada participante, bem como um lugar apropriado para sua manifestação" (RIBEIRO; BLANK; FREITAS, 2021, p. 207).

Maingueneau (2018, p. 77) defende que, em uma cenografia, como em qualquer outro momento comunicativo, "a figura do enunciador [...] e a figura correlativa do coenunciador são associadas a uma cronografia (um momento) e a uma topografia (um lugar) das quais supostamente o discurso surge". É, conforme esse autor, um "enlaçamento paradoxal", pois tanto a cenografia quanto o ethos que dela participa pressupõem certa cena de enunciação que a reconhece e legitima. Como bem coloca Souza-e-Silva (2019, p. 12), "o enunciador deve desenvolver, por meio de sua enunciação, a situação a partir da qual ele pretende enunciar".

Consoante a Maingueneau (2018, p. 77), a cenografia é o que "legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém". Nesse sentido, os gêneros do discurso possibilitam cenografias flexíveis e necessitam de uma cena de fala validada "já instalada na memória coletiva", seja em modelos valorizados, seja em modelos desvalorizados (MAINGUENEAU, 2018, p. 77).

Dessa forma, a cena englobante, a cena genérica e a cenografia juntas "compõem um quadro cênico dinâmico que torna possível a enunciação de um determinado discurso" (ARAÚJO; RUIZ, 2020, p. 5359). Freitas e Scariot (2019, p. 213) destacam que o discurso está "enquadrado em determinada cena enunciativa, que determina a posição do ethos".

O entendimento da função do ethos, de acordo com Maingueneau (2018), afasta-nos de uma concepção de discurso segundo a qual os conteúdos dos enunciados seriam independentes da cena de enunciação que os apoia. Para identificar quem é o sujeito da enunciação, é preciso atentar para um conjunto de ações, reveladas nos enunciados, que designam uma maneira de dizer, a qual é também uma maneira de ser e de participar de um mundo produzido no discurso.

Ante essa perspectiva, cabe refletir sobre a estreita relação que o ethos mantém com a cena enunciativa. Para tanto, expomos a categoria ethos discursivo,

tomada nesta investigação, como construção discursiva do enunciador, considerando características linguísticas e sociais.

4.4 ETHOS DISCURSIVO: COMO SE REVELA O PROTAGONISTA DA ENUNCIÇÃO?

O principal conceito sobre ethos é originário da retórica aristotélica, a qual se tornou a base teórica fundamental para as pesquisas contemporâneas sobre esse tema. Em sua obra, intitulada *Retórica*, Aristóteles nos apresenta o ethos como um aspecto persuasivo essencialmente relevante para conquistar o público, pois é ele que procura dar conta das emoções a serem despertadas nos ouvintes. Em outras palavras, na Antiguidade, o ethos era visto como a forma pela qual o orador se expressava, com o objetivo de seduzir o receptor.

Amossy (2018, p. 10) reitera que “Os antigos designavam pelo termo ethos a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório”. Ao mencionar Roland Barthes, essa autora define o ethos como as características de caráter que o orador revela ao seu público, a fim de conquistá-lo, independentemente da veracidade do que é mostrado. Segundo Amossy (2018, p. 315), Barthes (1970) declara ser uma maneira que o indivíduo encontra de causar uma boa impressão, ou seja, “O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não aquilo”. De acordo com essa estudiosa, Barthes assume a concepção de Aristóteles de que o discurso deve ao caráter moral quase todo o seu poder de adesão.

Embora saibamos que a noção de ethos há muito se tornou tema de reflexão de diversas pesquisas na área da Linguística, em Amossy (2018) descobrimos que esse termo somente se revelou na Pragmática Semântica de Oswald Ducrot, por meio de sua teoria polifônica da enunciação. Ducrot (1987, p. 188) esclarece que, tal como é percebido por Aristóteles, o poder de persuasão reside na imagem favorável que o orador exhibe de si mesmo, a qual “seduzirá o ouvinte e captará sua benevolência. Esta imagem do orador é designada como ethos”.

Esse pesquisador recorre à noção de ethos quando estabelece uma distinção entre o locutor em “L” – locutor de fato, enunciador – e “λ” – origem do enunciado. Dessa maneira, Ducrot (1987, p. 189) afirma que o “ethos está ligado a L, o locutor

enquanto tal: é enquanto fonte de enunciação que ele se vê dotado [*affublé*] de certos caracteres que, por contraponto, torna esta enunciação aceitável ou desagradável”.

Esse teórico apresenta uma teoria que prioriza a maneira de falar do orador, considerando aspectos como: entonação, escolha das palavras, argumentos, entre outras características. Amossy (2018) afirma que não se trata do que o enunciador pode dizer de si no discurso, mas da imagem que lhe conferem as peculiaridades de sua fala. Maingueneau (2020, p. 10) sustenta essas concepções afirmando que

Na elaboração do ethos, interagem ainda elementos de naturezas muito diversas: da escolha do registro linguístico e vocabular ao planejamento textual, passando pelo ritmo e pelo figurino... Não se trata de uma representação estática, mas de uma forma dinâmica, construída pelo destinatário por meio do próprio movimento da fala do locutor.

No campo da Análise do Discurso, Maingueneau (2018) retoma a noção retórica de ethos, no entanto toma direções que extrapolam o campo da argumentação. Enquanto a retórica tradicional vinculou o ethos à oralidade, ao caráter do orador em situação de fala, Maingueneau (2018) alarga seu alcance para qualquer tipo de enunciado, seja este oral ou escrito. O linguista defende que é preciso vencer a oposição entre o oral e o escrito, pois “todo texto escrito, mesmo que se negue, possui uma vocalidade específica: a instância subjetiva se manifesta por meio de um corpo enunciante, historicamente especificado” (MAINGUENEAU, 2020, p. 14). Dessa forma, a materialidade linguística fornece as informações necessárias para a elaboração do ethos pelo receptor que adere, ou não, ao mundo idealizado pelo orador/escritor.

Conforme Maingueneau (2020, p. 14), o poder persuasivo de um discurso decorre, “em boa parte, do fato de levar o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo investido de valores”. Esses valores, nos dizeres desse pesquisador, são determinados pela história de cada um. O ethos transmitido pelo enunciador remete a uma maneira de dizer que revela uma maneira de ser, permitindo ao leitor a construção de inúmeros sentidos. Nas palavras de Charaudeau (2008, p. 86), “a partir do momento que falamos, aparece (transparece) uma imagem daquilo que somos por meio daquilo que dizemos”. Esse autor afirma que, ao enunciar, o orador constrói uma imagem de si, isto é, revela o seu ethos.

É comum que o público produza representações do ethos do emissor antes mesmo que este possa se pronunciar, o que, de acordo com Maingueneau (2020),

constitui um ethos pré-discursivo. Essa concepção também é reconhecida por Ruth Amossy (2018), porém essa autora emprega a terminologia “ethos prévio”. Charaudeau (2008) afirma que o ethos se constrói por uma troca de olhares: o olhar de quem escuta sobre quem fala e o olhar de quem fala sobre como ele acredita que o outro o vê. Esse autor assevera que “para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato da linguagem” (CHARAUDEAU, 2008, p. 115).

Provavelmente, alguns discursos não possibilitam uma representação prévia do ethos do locutor; contudo, em ambientes como a política, o posicionamento ideológico ou o gênero textual gera expectativas em relação ao ethos. Nesse sentido, Maingueneau (2020, p. 12) assevera que o “Ethos efetivo de um enunciador resulta, então, da interação entre seu ethos pré-discursivo, seu ethos discursivo (ethos mostrado, os fragmentos do texto no qual ele evoca sua própria personalidade (ethos dito)”. Ademais, esse pesquisador atribuiu três dimensões, a fim de compreender como o ethos se apresenta: a dimensão categorial, marcada pelos papéis discursivos; a experiencial, a qual recobre as características estereotipadas do ethos; e a ideológica, que remete aos posicionamentos apresentados pelo sujeito no discurso. Nas palavras de Maingueneau (2020), perceber a instância subjetiva que se mostra por meio do discurso apenas como estatuto ou papel não é suficiente. É preciso percebê-la, também, como ser enunciante e inscrito em uma situação, de modo que sua enunciação, ao mesmo tempo, pressupõe e valida progressivamente.

No caso do texto escrito, Maingueneau (2018) sustenta que é possível perceber uma vocalidade específica relacionada a uma fonte enunciativa, por meio de um “tom” que indica quem o disse. O tom possibilita ao leitor construir, com base no texto escrito, a figura subjetiva do corpo do emissor, o qual não se apresenta fisicamente, mas na esfera da representação subjetiva. Nesse sentido, “a leitura faz emergir uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador” (MAINGUENEAU, 2018, p. 72).

O fiador, consoante Maingueneau (2018), é construído pelo leitor, a partir de inúmeros indícios textuais revelados pelo discurso, e não é, necessariamente, o enunciador legítimo. Desse modo, no campo discursivo, o intérprete pode construir a imagem do enunciador segundo suas escolhas lexicais, ou seja, o material linguístico utilizado pode elaborar um ethos de enunciador calmo e tranquilo, mesmo que

verdadeiramente ele não o seja. Ressaltamos que, em uma situação de comunicação oral, o comportamento do emissor e a sua forma de se vestir e gesticular influenciam a construção do ethos pelo receptor. De acordo com esse autor, o “fiador” se vê investido de um “caráter que corresponde a um feixe de traços psicológicos” e de uma corporalidade que está relacionada a uma constituição física, que inclui o modo de se vestir e se movimentar no meio social.

Assim, como aborda Maingueneau (2019), as duas dimensões do ethos, caráter e corporalidade, apoiam-se em um conjunto de representações sociais e de estereótipos, os quais circulam em um meio social e nos quais a enunciação encontra fundamentação. “O destinatário então se apropria do ethos (forma de mover-se no espaço social do fiador) através do que Maingueneau (2005) chama de incorporação” (BOAVENTURA, 2017, p. 73).

A incorporação, segundo Maingueneau (2005), designa o meio pelo qual o destinatário se ocupa do ethos. Esse teórico apresenta três registros nos quais a incorporação atua: a corporalidade do fiador, conferida pela formação discursiva; tal corporalidade permite aos sujeitos a incorporação de um conjunto de representações que determinam um modo próprio de habitar o mundo; por fim, esses dois primeiros registros da incorporação possibilitam a formação de um corpo comunitário, um grupo que compartilha, de forma imaginária, o “mundo ético” do fiador, ou seja, o público adere àquele discurso.

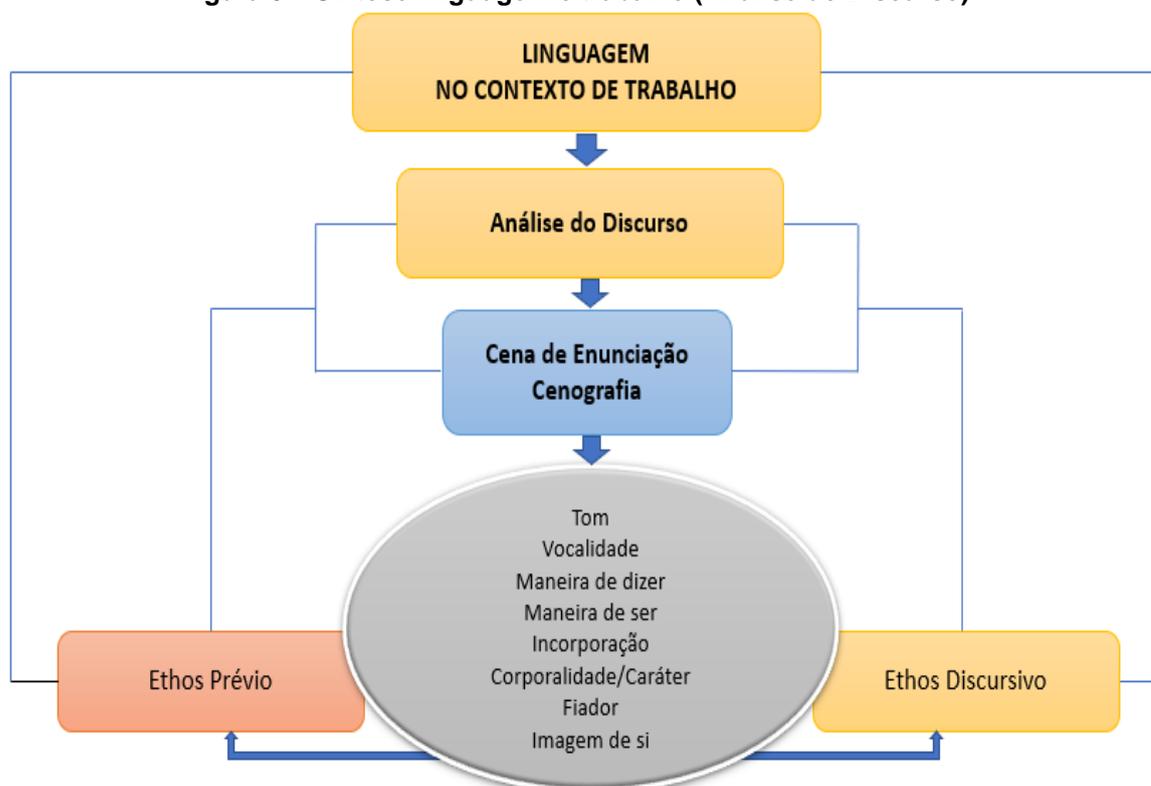
A qualidade do ethos leva à imagem desse fiador que, a partir do próprio enunciado, mostrará ser, ou não, o que ele aponta em seu discurso. O ethos deve ser compatível com o mundo construído no discurso pela cenografia, pois, quando nos referimos a um modo de dizer, estamos nos referindo a um modo de ser e de se movimentar no mundo, um mundo construído no e pelo discurso.

Os conceitos advindos da Análise do Discurso, de ethos e cenografia, mostram-se fundamentais para compreender o sujeito da Ergologia. Dar visibilidade à atividade de trabalho dos profissionais de TST, por meio da análise de seus discursos sobre o que fazem e o que não fazem na atividade real de trabalho, possibilita definir uma determinada construção identitária que é, da mesma forma, socio-histórica.

Na Figura 8, apresentamos ao leitor uma breve síntese da possibilidade de intervenção linguística na perspectiva da Análise do Discurso, que contribui para legitimar os sentidos apreendidos dos *corpora* selecionados, considerando as

categorias de análise que permitem revelar os ethos discursivos, mediante as cenografias instituídas pelo discurso em situação de trabalho.

Figura 8 – Síntese linguagem e trabalho (Análise do Discurso)



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

No âmbito desta tese, um estudo tendo em vista os preceitos da Análise do Discurso, nas concepções de Maingueneau (2008, 2013, 2015, 2018, 2019, 2020), especialmente o que concerne à cenografia e ao ethos discursivo, proporcionará ressaltar a fundamental importância das ciências da linguagem para a compreensão, ainda que não totalmente, da atividade laboral, mais especificamente da atividade do profissional de TST, egresso do IFC, *campus* Fraiburgo. As categorias de análise dessa linha de pesquisa permitem esmiuçar a materialidade linguística e identificar, por meio das noções de cenografia e ethos, o posicionamento identitário dos protagonistas desta investigação, após a formação no IFC, permitindo compreender as dramáticas vivenciadas por ele durante a atividade real de trabalho.

Em continuidade, apresentamos o percurso metodológico utilizado nesta investigação, o qual, a fim de atender ao objetivo proposto, demonstra os mecanismos de análise seguidos a partir das concepções teórico-metodológicas da interface linguagem e trabalho.

5 TESSITURAS INVESTIGATIVAS

Nosso propósito, neste capítulo, é descrever os procedimentos metodológicos que asseguram os caminhos percorridos pela investigação, expor os corpora selecionados, e, por fim, apresentar o roteiro teórico que sustenta a análise desenvolvida a fim de facilitar a compreensão dos sentidos apreendidos dos discursos coletados. Nesse sentido, inicialmente, caracterizamos a investigação quanto aos objetivos, aos procedimentos técnicos e seus planejamentos, como também o método de pesquisa para coleta e constituição dos corpora.

Em seguida, trataremos de elucidar ao leitor quem são os protagonistas do estudo que compõem os corpora de análise, bem como descrever o processo de pesquisa que conduziu as entrevistas e a pesquisa documental. Por fim, expomos o roteiro teórico-metodológico que sustenta o dispositivo de análise o qual orienta o processo analítico. Este capítulo mostra-se necessário para ilustrar a sistemática adotada e aclarar os rumos tomados na atividade investigativa.

5.1 ALINHAVOS METODOLÓGICOS: CLASSIFICANDO A INVESTIGAÇÃO

Esta tese nasceu entre o desejo de tratar sobre um tema que contribuísse positiva e significativamente para a formação profissional e, dessa forma, para a sociedade como um todo, bem como a descoberta da possibilidade de realização de interface entre dois temas que muito instigam e fascinam: a linguagem e o trabalho. A linguagem por ser a escolha profissional da pesquisadora, autora desta Tese, e pela qual possui grande admiração e carinho, o trabalho pela sua complexidade, ampla necessidade de escrutínios e por estar estreitamente ligada à formação profissional, área em que a autora do estudo atua na rede federal.

Questionar e ouvir o egresso que trabalha, que vive o real da atividade, as dramáticas do uso de si, por si e pelos outros em meio a uma multiplicidade de normas e renormalizações, que mobiliza formas diversificadas de saberes, sobre como ele vive, sente e percebe a profissão que a academia lhe ofertou, a partir de um olhar diferenciado e minucioso acerca da formação e do sujeito trabalhador formado pelo IFC, *campus* Fraiburgo, em situação laboral, permitirá refletir sobre o que escapa aos olhos de quem planeja e pensa a formação.

Abrir essa interrogação poderá servir de estímulo para que outros IFs e intuições de ensino reflitam e discutam novos caminhos para a formação profissional, prevendo e alertando sobre:

[...] comportamentos individuais, coletivos, os “estados do mundo” a partir de conhecimentos sobre o ser humano, seu meio ambiente técnico e sobre as diversas normas sociais, disponíveis e objetiváveis sobre os meios onde se exercem a atividade humana (SCHWARTZ, 2013a, p. 21).

Ajudar o aluno a se identificar como sujeito trabalhador antes do trabalho poderá contribuir para que ele vislumbre a situação laboral como uma “dimensão aventureira que faz com que precisamente uma experiência seja uma experiência” (SCHWARTZ, 2013a, p. 18).

Nessa ótica, uma análise ergodiscursiva sobre o técnico em Segurança do trabalho, formado pelo IFC, considerando as prescrições apontadas no planejamento do curso, poderá servir de embasamento para que os formadores assumam um papel de orientadores conscientes, que favorecem a aprendizagem e a reflexão do aluno sobre as situações de trabalho, conscientizando-o da sua formação, ajudando-o a identificar futuras adversidades e a planejar estratégias de resolução, considerando-se capaz de tomar para si a responsabilidade pelas decisões que afetam a sua prática profissional.

Diante dessa panorâmica, propomos, como objetivo geral, descrever e analisar as práticas discursivas manifestadas pelos profissionais Técnicos em Segurança do Trabalho, egressos do Instituto Federal Catarinense, campus Fraiburgo - Santa Catarina, em situação real de trabalho, que constroem cenografias das quais emergem ethos discursivos, como imagem de si, que mobilizam saberes e valores decorrentes das prescrições e das renormalizações do fazer laboral.

À vista disso, retomamos a tese antecipada na Introdução que as práticas discursivas discursivizadas pelos TSTs, egressos do IFC, campus Fraiburgo, em SC, constroem cenografias, em situação real de trabalho, que configuram ethos discursivos, como imagem de si, que mobilizam saberes e valores decorrentes das prescrições e das renormalizações do fazer laboral.

A metodologia assumida nesta investigação, quanto aos objetivos, caracteriza-se como exploratória, visto que iniciamos a pesquisa averiguando, junto à secretaria da instituição, as documentações relacionadas ao curso de TST e identificando quem

eram os alunos egressos dessa formação. Após isso, com auxílio de outros professores, buscamos contatos e informações que nos indicassem a efetividade de trabalho desses sujeitos como TST. Essa primeira averiguação permitiu retomar o contato com antigos alunos, proporcionando maior proximidade e facilitando a coleta de dados. Além disso, seguindo o que nos coloca Prodanov e Freitas (2013), a exploração inicial possibilitou maior segurança quanto à delimitação do tema da pesquisa, formulação de hipóteses e objetivos. Ademais, as informações coletadas nos levaram a contemplar outros sentidos para o estudo em foco.

Em relação aos procedimentos técnicos, o estudo é classificado como pesquisa bibliográfica, visto que embasamos nossa investigação em minuciosa revisão de materiais já publicados e reconhecidos, livros, teses, artigos, sites, que abordam as perspectivas ergológicas e da análise do discurso. Documental, pois consultamos o PPC do TST ofertado pelo IFC, *campus* Fraiburgo, em SC, a fim de analisar os prescritos/normas pensados para a formação profissional e averiguar os distanciamentos e aproximações entre a formação profissional e o real da atividade.

A pesquisa de campo destaca-se como forma investigativa para adentrar e conhecer a realidade pretendida na investigação. De acordo com Durrive (2011), para investigar uma situação de trabalho, é fundamental atentarmos para ponto de vista do trabalhador na atividade, isso significa conhecer a sua realidade de trabalho, o que ele faz e o que não faz durante a ação laboral. Outrossim, a pesquisa de campo apresenta, segundo Prodanov e Freitas (2013), maior flexibilidade, mesmo que seus objetivos sejam reformulados no decorrer do processo investigativo. Nesse método de pesquisa, utilizamos a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados, visto que esse instrumento permite um contato mais próximo com o sujeito em estudo. Além disso, seguindo a proposta da pesquisa de campo, a entrevista semiestruturada é flexível e, ainda que possua um roteiro prévio, abre espaço para que o pesquisador direcione o diálogo para questionamentos não previstos, mas que se revelam durante o processo, o que, por muitas vezes, torna a dinâmica mais natural.

Quanto à abordagem do problema, classificamos a pesquisa como qualitativa, visto que esta investigação apresenta como foco central a linguagem na atividade de trabalho, considerando a realidade laboral e os indícios subjetivos que dela se originam, fenômenos estes que não podem ser interpretados de forma quantificada. Conforme asseveram Prodanov e Freitas (2013, p. 70), “há uma relação dinâmica

entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Isso posto, na próxima seção, apresentamos os protagonistas deste estudo, os quais, com base nos discursos manifestados, permitiram a constituição dos corpora que serviram de base para as análises sobre a atividade de trabalho.

5.2 CONSTITUINDO OS CORPORA: EIS OS PROTAGONISTAS DO ESTUDO

Ao identificar as possibilidades de estudo envolvendo a interface linguagem e trabalho, a pesquisadora, quase que imediatamente, percebeu a necessidade de desvelar uma das profissões que, por sua complexidade, reclama por uma investigação acurada, a profissão do TST. Nesse sentido, esta tese toma como corpora de estudo a formação do TST no IFC com base no estudo do PPC e na atividade de trabalho desse profissional, tendo em vista as práticas languageiras sobre o trabalho manifestadas pelos egressos do curso que atuam na profissão.

Dessa forma, inicialmente, procuramos esmiuçar e compreender as prescrições estabelecidas pela instituição de ensino que protagoniza esta investigação. Assim, buscamos junto ao IFC uma cópia do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), instrumento que concentra a concepção de ensino e aprendizagem e orienta a formação, isto é, os princípios educacionais condutores de todas as ações a serem adotadas na condução do processo de ensino-aprendizagem e os fundamentos da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa. É importante sublinhar que a coleta dos dados documentais (PPC) foi devidamente autorizada pelo IFC mediante termo de anuência (ANEXO A), autorização n. 1, data de emissão: 02/09/2020 e o código de verificação: 777acf4401.

O projeto pedagógico do curso educação profissional técnica de nível médio em Segurança do trabalho, tomado como um dos corpora deste estudo, foi formulado e aprovado no ano de 2015. Até o momento desta investigação, essa era a versão utilizada pela instituição de ensino como documento orientador para oferta e desenvolvimento do curso TST. Convém destacar que esse documento pode ser revisto e reformulado sempre que for necessário adaptá-lo e atualizá-lo às novas realidades de ensino e de trabalho que possam impactar na vida profissional do aluno. O ato de reforma envolve alterações na carga horária, ementas e disciplinas, dados de identificação do curso, entre outras modificações. Além disso, qualquer

reformulação deve atentar aos ditames das Resoluções que estabelecem as Diretrizes Curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico.

Para tanto, a equipe diretiva do *campus* estabelece, mediante portaria, uma comissão responsável pela atualização do PPC e constituída por profissionais que atuam direta ou indiretamente no curso, entre eles: professores, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais etc. A produção textual do PPC deve contemplar diversos elementos, entre eles: apresentação e história do *campus*, missão e visão institucional, perfil do curso, justificativa, objetivos, perfil do egresso, matriz curricular, componentes curriculares, ementário, carga horária, avaliação, concepção e composição das atividades de estágio curricular, corpo docente, infraestrutura, certificação, entre muitos outros que especificam e normatizam o bom andamento das atividades formadoras.

Devido à quantidade de informações apresentadas pelo PPC e pelo fato de esse documento não ser nosso único objeto de análise, optamos por priorizar componentes específicos, que permitissem a interpretação das marcas linguístico-discursivas de acordo com os objetivos estabelecidos para esta investigação. Dessa maneira, como parte integrante dos corpora de análise, na pesquisa documental selecionamos os seguintes componentes:

- **Perfil do Egresso (ANEXO B):** revela um perfil pautado em competências e habilidades que a instituição de ensino, nesse caso o IFC, espera terem sido desenvolvidas durante a formação e adotadas pelo sujeito que concluiu o curso e pretende atuar na profissão;
- **Objetivo Geral (ANEXO C):** resume e apresenta a ideia central do curso ofertado pela instituição, descrevendo também sua finalidade;
- **Disciplinas Acadêmicas (ANEXO D):** serão três disciplinas acadêmicas que integram o quadro curricular da formação e apresentam os saberes técnicos com embasamento teórico, isto é, as normas que regem a atividade profissional e que serão repassadas e desenvolvidas ao longo do curso acadêmico.

As prescrições selecionadas compõem o quadro dos saberes acadêmicos/constituídos e fornecem possibilidade de análise quanto à dialética com os saberes da experiência/investidos. Além disso, os discursos manifestados pela instituição de ensino, através do PPC, poderão confirmar os possíveis distanciamentos e as aproximações entre a formação profissional no IFC, *campus*

Fraiburgo, e o real da atividade e apontar o vazio de normas e a constante renormalização realizada pelo sujeito em atividade.

Como constituinte dos corpora, integramos a este estudo entrevistas semiestruturadas (APÊNDICES C, D e E) aplicadas a três egressos do IFC. Na entrevista, abordamos um roteiro constituído por doze questões (APÊNDICE A) relacionadas à formação profissional no Instituto Federal Catarinense, à atividade real de trabalho e às adversidades encontradas pelo profissional durante a realização da prática laboral. Cabe frisar que cada pergunta que compõe o conjunto de questões foi elaborada visando adquirir informações que atendessem aos objetivos específicos idealizados para esta investigação.

A fim de explorar de forma mais ampla uma ou outra pergunta, utilizamos a entrevista semiestruturada, pois, conforme já exposto, essa técnica não padronizada possibilita maior liberdade para desenvolvê-la em qualquer direção.

A seleção dos profissionais entrevistados observou os seguintes critérios: ser egresso do curso de TST ofertado pelo IFC, *campus* Fraiburgo, e estar atuando como profissional da área no momento da entrevista. Isso significa que priorizamos sujeitos que vivenciam na prática o problema pesquisado, o que possibilitou uma contribuição mais significativa para o estudo.

Além disso, embora não tenha sido um critério de seleção, identificamos que cada profissional selecionado para a entrevista possui um tempo de ação laboral distinto e exerceram ou exercem a atividade em diferentes empresas ou setores empresariais. Faz-se necessário considerar que o meio laboral é singular e remete a vivências profissionais distintas, as quais revelam dramáticas particulares, o tempo de atuação e os diferentes cenários laborais experienciados por esses três sujeitos. Esse conjunto trouxe a essa investigação densa materialidade linguística, com informações enriquecedoras e pertinentes aos objetivos almejados, tornando a quantidade de entrevistados adequada ao estudo em questão.

A fim de preservar os direitos e integridade dos sujeitos envolvidos na investigação, adotaremos a nomenclatura entrevistado 1, 2 e 3, para nos referirmos aos protagonistas da atividade em TST, os quais buscaremos apresentar de forma breve a seguir:

O entrevistado 1 (E1) é homem de 38 anos, casado e tem um filho, é natural de Fraiburgo e residente na mesma cidade. Desconhecia a profissão de TST, no entanto viu na formação ofertada pelo IFC uma oportunidade de estudo e

conhecimento. Assim, iniciou o curso no ano de 2012, concluindo em dezembro de 2014. Em 2015, após a realização do registro no MTP, na época Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), participou de um recrutamento interno na empresa em que trabalhava para ocupar a vaga de TST. Tendo conquistado o cargo, passou a exercer a atividade no mesmo ano, atuando em diversos setores da organização. No momento da entrevista, o TST entrevistado atuava em outra instituição, de ramo diferente, oportunizando a ele outros conhecimentos e novos desafios. O egresso (E1) elegeu sua casa como local para a concessão da entrevista, sendo que, em determinados momentos, a interação familiar interferiu no diálogo entre os interlocutores (entrevistado e pesquisadora). Esse contexto e situação de enunciação, levou E1 a assumir não apenas o papel social de profissional TST que conhece e exerce atividade, mas também o papel de pai zeloso, preocupado e atento aos eventos familiares.

O entrevistado 2 (E2), também homem, tem 33 anos, casado e possui dois filhos, é natural e reside no mesmo município que o entrevistado 1. Iniciou seus estudos do ano de 2012 e concluiu em 2014. Entrou nas atividades como TST em 2015 em uma empresa do ramo alimentício. A formação despertou nele o desejo de se tornar engenheiro de Segurança do Trabalho. Para tanto, era preciso fazer um curso de especialização em que um dos pré-requisitos era possuir graduação. Dessa forma, voltou a cursar a graduação em Agronomia, interrompida anteriormente, e, logo após, realizou a pós-graduação que almejava. Nesse sentido, nas condições de produção discursiva ofertadas pelo gênero entrevista e pela situação de enunciação em que se encontrava, E2 se posicionou não apenas como um TST, mas também como engenheiro de Segurança do Trabalho.

O entrevistado 3 é mulher, tem 22 anos, solteira, não tem filhos e mora em Fraiburgo. Empeçou sua formação em 2018 e concluiu em 2019. Durante a realização do estágio curricular, despertou o interesse da empresa em que realizou essa etapa, uma prestadora de serviços e assessoria em Segurança do Trabalho, sendo contratada logo após a conclusão do curso. No momento da entrevista, E3 demonstrou estar inserida em um contexto socio-histórico profissional e assumiu sua função enquanto TST que exerce a atividade, pois manifestou atender a diversas empresas, orientando, ministrando cursos de capacitação, fiscalizando e intervindo em situações de risco, entre outras atividades próprias da profissão.

Devido ao momento pandêmico que assola o país e o mundo, desde o início de 2020, ano em que começamos a coleta de dados, e as medidas de isolamento social, dado que o vírus da *Coronav Virus Disease – 2019* (COVID-19) é transmitido de pessoa para pessoa, optamos por realizar as entrevistas por meio de reuniões agendadas via Google Meet. Ao longo da pandemia, essa ferramenta tecnológica passou a ser utilizada intensamente, principalmente como suporte profissional, em situações de *home office*, mantendo assim as relações de trabalho. A plataforma permite que os encontros sejam gravados e salvos no Google Drive, para posterior visualização e audição. Dessa forma, a fim de assegurar o bem-estar dos envolvidos na pesquisa e seguir as medidas de contenção do vírus, optamos por essa modalidade de encontro.

Cabe ressaltar que, antes da realização da entrevista, os participantes tiveram acesso ao TCLE (APÊNDICE B), que lhes possibilitou o conhecimento sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, direitos, riscos e potenciais benefícios. Após a leitura, esclarecimentos e entendimento do termo, os envolvidos manifestaram, por meio da assinatura do documento, a sua anuência à participação voluntária na pesquisa.

Assim, as entrevistas foram agendadas, realizadas e gravadas, tendo, cada uma delas, aproximadamente uma hora de duração e, embora os encontros on-line não apresentem a mesma dinamicidade de um encontro real, não houve perda significativa de informações que pudesse comprometer o sucesso da investigação. Em verdade, a gravação em vídeo permite ao pesquisador rever o sujeito entrevistado durante a sua fala, possibilitando identificar sinais não verbais despercebidos no momento real da ação verbal. No decorrer do diálogo, considerou-se o questionário pré-estabelecido, no entanto a conversa tomou direções diversas, abrindo espaço para novas indagações e informações, características próprias do método adotado.

Posterior à entrevista, as gravações foram transcritas para a prática investigativa proposta neste estudo. Por conseguinte, em virtude da extensão apresentada pelas transcrições, optamos por não as apresentar na íntegra, selecionando, para fins de análise, as questões e os recortes mais significativos para identificação e interpretação das marcas linguísticas de acordo com os objetivos estabelecidos nesta tese. Nesse sentido, para o processo analítico, selecionamos passagens referentes às respostas de nove indagações que estão divididas em três

blocos de análise, evitando, dessa forma, sobreposição textual e permitindo melhor organização e identificação de determinadas categorias teóricas.

Esse grupo de entrevistados e as prescrições selecionadas no PPC constituem os corpora de estudo desta pesquisa e nos fornecerão a materialidade linguística necessária para interpretar os sentidos mobilizados pelos egressos do curso de TST em situação de trabalho. Diante desses apontamentos e para que se tornasse possível atender aos objetivos aqui propostos, buscamos, na próxima seção, estabelecer os fundamentos teóricos que sustentam este estudo, bem como o dispositivo de análise que esteia e orienta o processo investigativo.

5.3 ALICERCES TEÓRICOS: A CONTRUÇÃO DO DISPOSITIVO ANALÍTICO

Reiterando o que fora exposto na introdução, as abordagens teórico-metodológicas que fundamentam esta tese envolvem uma interface entre a perspectiva ergológica – linguagem e trabalho – e a Análise do Discurso – mais especificamente ao estudo da cenografia e do ethos discursivo como imagem de si na situação real de trabalho. A análise dos discursos manifestados pelos egressos do curso TST, ofertado pelo IFC, *campus* Fraiburgo, na perspectiva ergológica, permite revelar a gestão de si realizada pelo sujeito a fim de superar as adversidades que surgem dentro do espaço entre o que se pede e o que se realiza. Ademais, poderá apontar distanciamentos e aproximações entre a formação profissional e a atividade real de trabalho.

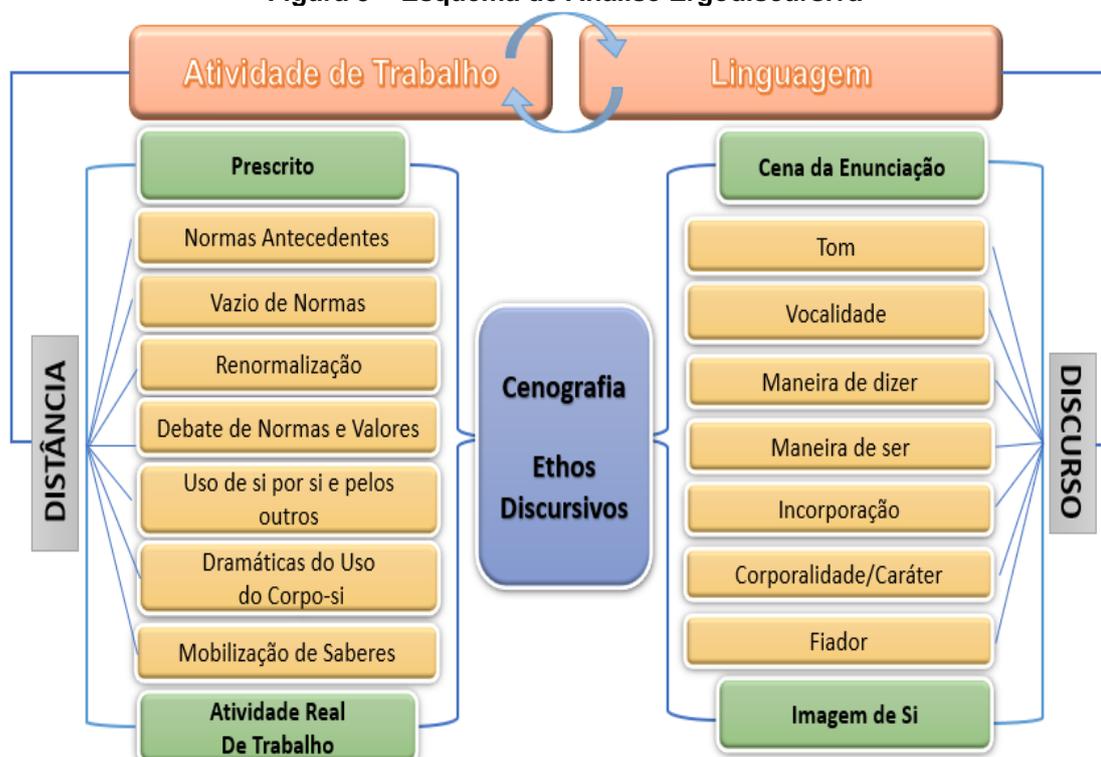
Assim, no que concerne à Ergologia, esta tese buscará ancorar-se em estudos desenvolvidos pelos criadores dos conceitos ergológicos e seus seguidores, os quais defendem essa perspectiva como abordagem para estudos aprofundados sobre a atividade de trabalho. Dessa forma, buscamos fundamentação nas concepções postuladas por Yves Schwartz (2006, 2010a, 2010b, 2011, 2013a, 2013b, 2014, 2016), Schwartz e Durrive (2008, 2010, 2015), Schwartz, Duc e Durrive (2010a, 2010b), Durrive (2011), Faïta (2002) e Souza-e-Silva (2002, 2014, 2019), Nouroudine (2002, 2011) e Trinquet (2010).

Por acreditarmos que o sujeito da ergologia pode ser mais bem compreendido em interface com concepções linguísticas que valorizem as práticas languageiras em contexto laboral, especialmente as dimensões que priorizam a heterogeneidade enunciativa, buscamos alicerce nos preceitos da Análise do Discurso. Essa

abordagem possibilita uma percepção analítica sobre a cenografia e o ethos discursivo, sendo possível identificar, no discurso do profissional TST, materialidades linguísticas confirmadoras da distância entre o prescrito e o real e da singularidade do sujeito em atividade laboral, premissas da perspectiva ergológica. Sob essa argumentação, nossos estudos linguísticos fundamentam-se nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, de linha francesa, em Dominique Maingueneau (2008, 2013, 2015, 2018, 2019, 2020).

À vista disso, o alicerce teórico desta tese está apoiado sobre duas bases: a Ergologia e a Análise do Discurso, sendo que ambas sustentam a interface linguagem e trabalho assumida nesta tese. Para que fosse possível realizar a análise dos corpora apresentados, considerando tanto a questão ergológica quanto a perspectiva da análise do discurso sobre cenografia e ethos discursivo, identificamos a necessidade de estabelecer um dispositivo analítico que ilustrasse com clareza e objetividade o percurso teórico-metodológico que adotamos e que fundamentam a ação investigativa. Assim, a Figura 9, na sequência, exhibe o esquema teórico Ergodiscursivo, isto é, nosso dispositivo de análise.

Figura 9 – Esquema de Análise Ergodiscursiva



Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2022).

A Figura 9 expõe o roteiro teórico de análise elaborado com a finalidade de apresentar os passos seguidos para atender aos objetivos desta pesquisa. Dessa forma, o itinerário de análise empregado neste estudo dispõe-se a partir das bases teóricas adotadas e organizadas dentro de uma mesma reflexão analítica que abarca a interface linguagem e trabalho entre a perspectiva ergológica – e a Análise do Discurso – mais especificamente no que concerne ao estudo da cenografia e do ethos discursivo.

Essas duas bases teóricas constituem a origem de todas as categorias de análise expostas no Esquema de Análise Ergodiscursiva (Figura 9). Torna-se pertinente destacar que, durante a ação analítica, essas categorias não seguem uma ordem pré-estabelecida sendo que, em cada bloco de questões e recortes, algumas se evidenciam de forma mais significativa que outras. Porém, todas estão, inevitavelmente, interligadas e esse diálogo possibilitará revelar o espaço ocupado e a imagem de si construída pelo sujeito trabalhador, ou melhor dito, pelo sujeito ergológico.

Isso posto, tendo como alicerce o roteiro teórico-metodológico apresentado neste estudo e o dispositivo de análise exposto na Figura 9, comprometemo-nos, nas páginas que seguem, investigar os sentidos depreendidos das materialidades discursivas a fim de alcançar o objetivo proposto nesta tese. Desse modo, dedicamos o próximo capítulo à análise dos corpora.

6 AS DIMENSÕES SUBJETIVAS DO TST: UMA ANÁLISE ERGODISCURSIVA

Esta análise apoia-se na modalidade “falar sobre o trabalho” a partir dos estudos de Nouroudine (2002). Falar “sobre o trabalho” possibilita aos protagonistas refletir sobre a atividade utilizando a linguagem como forma de abordar o que faz e o que não faz durante sua ação. Além disso, a linguagem sobre o trabalho é uma linguagem que interpreta, que permite manifestar, conforme Nouroudine (2002), um discurso com informações importantes sobre ele. Nesse sentido, a partir dessa seleção, descrevemos e analisamos a(s) cenografia(s) e o(s) ethos discursivo(s) que se constroem nos dizeres dos sujeitos que planejam a atividade profissional, ou seja, que pensam sobre o trabalho com base nos discursos selecionados no documento investigado – Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – e nas práticas languageiras sobre a ação laboral, conforme depoimentos compilados nas entrevistas realizadas com os protagonistas da pesquisa: os egressos do Instituto Federal Catarinense (IFC), *campus* Fraiburgo, e atuais técnicos em Segurança do Trabalho (TSTs) em atividade laboral. Assim, na próxima seção, apresentamos ao leitor a análise dos documentos selecionados.

6.1 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TST

Profundas transformações ocorridas nos cenários econômico e produtivo marcam o final da década de 70 no Brasil. O avanço tecnológico e o fortalecimento da indústria e emprego, ocasionado pelo declínio do sistema de produção taylorista/fordista, impulsionaram o surgimento de novas formas de trabalho. Esse novo contexto exigia profissionais qualificados e investir na formação profissional tornou-se essencial para atender a demanda.

Posto isso, por meio da Lei n. 11.892 (BRASIL, 2008) e com o propósito de contribuir com os demais sistemas de ensino para o fortalecimento da oferta de Educação Profissional Tecnológica (EPT), bem como responder de maneira eficaz às novas exigências do mundo do trabalho, criaram-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A fim de atender os objetivos determinados pela referida lei, torna-se necessária a elaboração de documentos que normatizem as funções e atividades formativas, os quais devem ser construídos em sintonia com os demais documentos institucionais. Nessa perspectiva, formulou-se o Projeto

Pedagógico do Curso (PPC) com o intuito de expressar os principais parâmetros para a ação educativa.

A formulação e construção do PPC integra diversos componentes prescritivos, assim sendo, inicialmente, realizamos a leitura do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho e selecionamos as prescrições/normas estabelecidas pelo perfil do egresso, pelo Objetivo Geral e por três Disciplinas Acadêmicas. Por isso, na sequência, apresentamos, no Quadro 2, as prescrições compiladas do PPC do curso em estudo e vislumbradas pelo Instituto Federal Catarinense, *campus* Fraiburgo, para o aluno formado no curso TST.

Quadro 2 – Perfil do Egresso, Objetivo Geral e Disciplinas Acadêmicas

Perfil do Egresso: O profissional com a formação técnica desenvolverá habilidades que lhe garantam autonomia intelectual no desempenho de sua função. Associado a essas habilidades, precisará estar sensível às mudanças acerca do cotidiano da vida e do trabalho, disposto a aprender e contribuir constantemente para o seu aperfeiçoamento. Na sua atuação como cidadão e como profissional, adotará uma atitude crítica e reflexiva no que se refere aos problemas ambientais e ocupacionais, atuando como agente social que promova alternativas para melhorar a qualidade de vida das populações, buscando manter a saúde ambiental e ocupacional.

Objetivo Geral: Formar e capacitar profissionais na área de Segurança do Trabalho que apliquem e conduzam atividades técnicas visando à melhoria do ambiente laboral e da condição do trabalho, proporcionando maior qualidade de vida no trabalho, por meio de métodos de prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, bem como a valorização da figura humana nos espaços de produção.

Disciplinas Acadêmicas:

ERGONOMIA

Ementa: Conceito e evolução da história da ergonomia e seu desenvolvimento. NR17 princípios e objetivos. Ergonomia física, cognitiva e organizacional. Antropometria. Sistema homem máquina, fadiga, trabalho muscular, monotonia e trabalho em turnos. Análise ergonômica em postos de trabalho e projeto ergonômico. Principais métodos utilizados em ergonomia.

INTRODUÇÃO À SEGURANÇA DO TRABALHO

Ementa: Noções sobre o funcionamento do curso. Perfil do técnico em Segurança do Trabalho. Mercado de trabalho e atuação profissional. Definições de termos utilizados na área de Segurança do Trabalho. Evolução da Segurança do Trabalho.

LEGISLAÇÃO

Ementa: Hierarquia das leis. Normas pertinentes à Segurança do Trabalho (Convenções da OIT, CF/88, CLT e regulamentos). Medidas preventivas de Segurança no Trabalho. Condições de Segurança no Trabalho. Órgãos de Segurança e Medicina do Trabalho nas empresas. Acidentes do Trabalho. Seguro. Proteção do trabalho da criança, do adolescente e da mulher. Assédio moral. Aspectos jurídicos formais da atuação na proteção da saúde e segurança do trabalhador: pareceres, laudos técnicos e perícias. Responsabilidades na atuação do profissional em Segurança do Trabalho. Seguridade e previdência e social: histórico, noções e conceitos. Benefícios e seguros. Critérios de acesso. Nexos técnico epidemiológico.

Fonte: Adaptado de IFC (2016).

Conforme já explicitado no capítulo anterior, o Perfil do Egresso prescreve as características profissionais que o sujeito, possivelmente, adquire ao longo da formação e que o torna apto para exercer a atividade de trabalho; o Objetivo Geral descreve o propósito da formação; e as Disciplinas Acadêmicas que integram o quadro curricular apresentam os saberes acadêmicos a serem abordados durante a formação profissional.

Nessa tríade de orientações, identificamos os pressupostos teóricos reconhecidos pela perspectiva ergonômica e enfatizada pelos estudos ergológicos sobre trabalho prescrito. Trata-se daquilo que é antecipado antes que a atividade seja realizada. Conforme Schwartz e Durrive (2010), o trabalho prescrito refere-se às normas antecedentes à atividade laboral e que compreendem os conceitos, procedimentos técnicos, regulamentos, condições de trabalho, os saberes considerados instituídos ou acadêmicos e produzidos em desaderência com a atividade de trabalho. Nos enunciados em análise, o trabalho prescrito é visivelmente marcado por um conjunto de normas, regras já estabelecidas, a fim de determinar algumas das diretrizes que orientam o processo formativo e o modo de organização tanto da instituição de ensino – o IFC – quanto do aluno em relação às condutas necessárias à formação e à atividade profissional.

Ao utilizar a linguagem como forma de prescrever e falar sobre o trabalho, o IFC se institui como enunciador e define um espaço delimitado no qual se encontram elementos intradiscursivos relativos à situação em que o discurso é produzido. Maingueneau (2020, p. 19) define esse espaço como “cena de enunciação, divisível em cena englobante, cena genérica e cenografia”. Logo, os excertos em análise (Quadro 2), como partes constituintes de um PPC e por marcas linguísticas como: “egressos”, “formação”, “disciplinas acadêmicas” e “ementa”, determinam, na qualidade de cena englobante, um discurso que corresponde ao campo educacional. Já a cena genérica se institui pelo documento do qual os excertos em análise fazem parte, o PPC. Este se caracteriza pelas normas e prescrições que compõem o planejamento, a organização pedagógica e curricular de um curso acadêmico, em outras palavras, o trabalho prescrito. “Essas duas ‘cenas’, englobante e genérica, definem em conjunto o espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido” (MAINGUENEAU, 2008, p. 116).

Entretanto, outra cena não prevista nos tipos de discurso nem nas práticas instauradas pelos gêneros, mas construída na intenção discursiva, surge da

enunciação, a cenografia. Em relação aos excertos Perfil do Egresso, Objetivo Geral e Disciplinas Acadêmicas, retirados do PPC do curso TST, a cenografia se vale de uma cena de fala já reconhecida pela memória cultural coletiva, conforme designa Maingueneau (2013, p. 102), uma “cena validada”. Trata-se de uma cena estereotipada com a qual o coenunciador já mantém contato e não demanda explicações. Em relação aos recortes em estudo, a cena validada é a dos discursos educacionais, que regem e orientam a ação pedagógica e posicionam a instituição de ensino como destaque na cena de enunciação. A cenografia que daí se depreende anuncia o local efetivo de aprendizagem e possibilita ao leitor construir uma imagem do enunciador a partir de uma dimensão externa e anterior ao discurso e que revela um ethos pré-discursivo de instituição formadora, organizada, que planeja pedagogicamente o processo formativo.

Esse ethos pré-discursivo pode ou não ser confirmado pelo ethos discursivo, o qual só é possível identificar pela interação entre o “ethos mostrado, decorrente da maneira de falar”, e o ethos dito, “os fragmentos do texto no qual ele evoca sua própria personalidade” (MAINGUENEAU, 2020, p. 11-12). Nesse sentido, ao atentarmos para palavras como: “desenvolverá” e “adotará”, encontradas no item Perfil do Egresso (Quadro 2), notamos que essas pistas linguísticas permitem revelar uma vocalidade específica dotada de um tom confiante, seguro, que garantem o que Schwartz (2010b, p. 207) denomina como o primeiro ingrediente de um agir em competência: “o relativo domínio dos protocolos numa situação de trabalho”, ou, nas palavras de Mailliot e Durrive (2015, p. 170), “o domínio de uma linguagem formal, de saberes gerais identificáveis e estocáveis”.

De acordo com Maingueneau (2019), o tom dado ao discurso atribui um corpo ao seu enunciador, o qual exerce a função de fiador que é construído mediante o uso das pistas discursivas deixadas na enunciação e acometido de um caráter e de uma corporalidade que se modificam de acordo com os textos. Segundo esse autor, o rosto que sustenta o tom deve ser caracterizado psicologicamente conforme os devotos que o modo de enunciação idealiza (MAINGUENEAU, 2008). Assim, identificamos que o modo de dizer confiante, revelado nas marcas linguísticas evidenciadas no discurso do IFC, demonstra claramente a imagem de um fiador de autoridade em educação baseada nos conhecimentos relativos à qualificação profissional. Esse fiador promove a incorporação de um discurso de confiabilidade ao IFC, que se declara como instituição que oportunizará a formação almejada.

Constatamos, ademais, que o uso dos verbos “desenvolver” e “adotar” no futuro e o tom de segurança dado às palavras reafirmam “a aquisição das competências necessárias ao exercício de um ofício” (MAILLIOT; DURRIVE, 2015, p. 151), as quais serão possivelmente assimiladas pelo aluno que ingressar no curso. Dessa forma, o IFC, enquanto enunciador, aproxima-se do coenunciador, o futuro aluno, pois confere a ele um ethos pré-discursivo de sujeito formado, qualificado, de realização profissional. O leitor produz a figura do fiador a partir de uma imagem de si construída na maneira de dizer que remete a uma maneira de ser (MAINGUENEAU, 2018). Desse modo, o IFC (enunciador) estabelece uma inter-relação com o futuro aluno (coenunciador), que se percebe o futuro técnico em Segurança do Trabalho fortificando, assim, o ethos pré-discursivo atribuído à instituição.

O tom confiante e seguro manifestado no discurso do IFC por meio do Perfil do Egresso pode, do mesmo modo, ser identificado no Objetivo Geral, em que as pistas linguísticas identificadas pelos verbos “formar e capacitar” reforçam a imagem de instituição que promoverá a capacitação profissional. Esses verbos no infinitivo, usados com um valor de imperativo, apontam uma missão, um compromisso e reforçam o comprometimento e a competência do IFC em formar e capacitar indivíduos para exercer a atividade de TST a partir da aquisição do aspecto protocolar, que pode ser avaliado, determinado, fixado “antes mesmo que a ação ou a situação seja criada” (SCHWARTZ, 2010b, p. 208).

O ethos discursivo revelado pelo Perfil do Egresso e Objetivo Geral é igualmente e ainda mais reforçado pelos enunciados manifestados no recorte Disciplinas Acadêmicas. Esse excerto aponta os conhecimentos técnicos, conceituais, científicos, e são, conforme os preceitos ergológicos, os saberes constituídos ou mais bem produzidos em desaderência com o real da atividade e que constituem as normas, conteúdos, fundamentos teóricos que regem a atividade profissional e que serão repassados e desenvolvidos ao longo do curso de TST. De acordo com Trinquet (2010, p. 100), “Trata-se do que, em geral, chama-se, simplesmente, de saber, ou dito de outro modo: saber acadêmico”. Os discursos externados por esses saberes fortalecem a cenografia institucional e os ethos construído pela instituição. Assim, o enunciador se confere e confere ao seu destinatário uma determinada condição para legitimar seu dizer: ele atribui ao seu discurso uma posição institucional, assinalando sua relação com um saber (AMOSSY, 2018).

Nesse sentido, identificamos que a cenografia instituída pela cena validada confere à instituição de ensino um ethos prévio que é consolidado por uma imagem de si revelada no discurso da instituição em estudo. Essa afirmação torna-se possível pelas distintas formas com que o fiador evoca o ethos do discurso (ethos dito) (ethos mostrado). Portanto, inferimos que o ethos pré-discursivo de instituição formadora, organizada, que planeja pedagogicamente o processo formativo, é confirmado e intensificado por um ethos discursivo de instituição competente e comprometida com o aluno.

Não obstante, no decorrer do processo analítico, é possível afirmar que as pistas linguísticas encontradas nos excertos Perfil do Egresso e Objetivo Geral, exibidos no Quadro 2, constroem cenografias distintas que refletem não somente as imagens de si da instituição, mas também do sujeito formado. O item Perfil do Egresso apresenta competências e habilidades adquiridas por um aluno considerado “pronto”, isto é, apto a colocar em prática os saberes instituídos adquiridos na formação e exercer a profissão de TST com toda carga de exigências que a função exige. Enunciados como “profissional com a formação técnica”, “autonomia intelectual”, “sensível às mudanças”, “disposto a aprender”, “contribuir [...] para o seu aperfeiçoamento”, “atitude crítica e reflexiva”, “agente social”, “melhorar a qualidade de vida das populações” e “manter a saúde ambiental e ocupacional”, manifestados nesse referido item, prescrevem não somente as normas antecedentes, mas as condutas laborais que o futuro TST deverá seguir ao exercer a atividade; em outras palavras, seu ethos profissional. Sendo assim, observamos que o discurso evidencia não somente o trabalho prescrito, mas também a imagem de si idealizada pelo instituto para o aluno concluinte do curso direcionando a cenografia construída no IFC para o local efetivo de trabalho. Nessa cenografia, que se configura no espaço em que o sujeito colocará em prática os saberes instituídos adquiridos na formação, a instituição de ensino (IFC) atribui ao sujeito formado um ethos prévio de profissional capacitado, autônomo intelectual, flexível no trabalho, resiliente, aprendiz constante, cidadão responsável, agente social e ambientalista.

Da mesma forma, nos excertos “profissionais na área de Segurança do Trabalho”, “apliquem e conduzam atividades técnicas”, “melhoria do ambiente laboral e da condição de trabalho”, “maior qualidade de vida no trabalho”, “prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho” e “valorização da figura humana”, encontrados no Objetivo Geral (Quadro 2), constatamos ser enunciados que remetem

o aluno à situação de atividade laboral, ocorrendo mudança de ambiente que, assim como no Perfil do Egresso, institui o espaço de trabalho como a cena de enunciação e constrói uma imagem de si do egresso formado pelo IFC. Desse modo, a cenografia novamente se institui no local de atuação do profissional e, de certa maneira, prevê a ele um ethos profissional, de TST qualificado, que possui e aplica os conhecimentos técnicos, produtor de melhorias, preocupado com a qualidade de vida, com a prevenção de acidentes e doenças laborais e reconhecedor do valor humano.

No entanto, o ethos previsto pelo IFC para o sujeito formado parece ancorar-se somente no domínio do primeiro ingrediente de um agir em competência. De acordo com a perspectiva ergológica, a norma antecedente é indispensável, pois constitui e determina a atividade e orienta o sujeito em relação às práticas laborais. Nas palavras de Schwartz e Venner (2015, p. 71), “É preciso que ela exista como antecedente, caso contrário não há vida coletiva”. Todavia, o trabalho enquanto atividade industriosa não se restringe à dimensão conceitual, protocolar, “jamais é puro encadeamento de normas, de procedimentos, pensados anteriormente e sem a pessoa que vai trabalhar, porque isso é simplesmente impossível e ao mesmo tempo muito difícil de ser vivido” (SCHWARTZ, 2011, p. 33).

Conforme afirmam Schwartz, Duc e Durrive (2010a, p. 42), existe uma distância entre o prescrito e o real, em outros termos, em “qualquer que seja a situação, entre o trabalho que a gente pensa antes de executá-lo e a realidade desse trabalho, haverá sempre uma distância”. Essa distância se expressa nas estratégias utilizadas pelo trabalhador na atividade laboral e que considera uma cenografia expressa em tempo real, em meio às adversidades do momento presente, o qual pode sofrer interferências diversas e impossíveis de serem antevistas.

Isso significa que toda atividade industriosa abriga um espaço invisível que, segundo afirma Schwartz (2014, p. 261), “envolve arbitragens, debates, imersos num mundo social em que a comunidade de destino é sempre eminentemente problemática, em permanente reconstrução”. Conforme esse autor, dessas arbitragens, desses debates e decisões relativamente não antecipáveis, resultam renormalizações, isto é, uma reconstrução das normas antecedentes, com a intenção de adaptá-las às particularidades da cenografia imposta pelas condições reais da atividade.

Nesse cenário, surge a presença do sujeito da ergologia – o corpo-si – um ser enigmático que faz uso não somente de si mesmo, mas de todo seu corpo biológico,

histórico e singular, a fim de realizar sua própria gestão diante das situações vivenciadas. Eleger ou remeter-se a si, ao seu corpo-si, significa viver o dilema do encontro das normas antecedentes com as imposições do meio e ter que fazer escolhas para ajustar essas normas ao momento presente vivenciando o que Schwartz (2014) caracteriza como “dramáticas do uso do corpo-si”, não necessariamente algo trágico, mas algo voltado para a sequência, “uma espécie de destino a viver” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 191).

Essas dramáticas do uso do corpo-si podem, de certa forma, ser antecipadas no discurso do IFC em que o excerto Perfil do Egresso evidencia, ainda mais, os distintos ethos que devem ser manifestados pelos protagonistas do trabalho ao exercerem a atividade laboral. Ao atentarmos para os sentidos da pista linguística “autonomia intelectual”, identificamos que, conforme o dicionário on-line Priberam (2021, n.p.), a palavra “autonomia” traz como definição: “liberdade para usar leis próprias, Independência”. O Dicio – Dicionário Online de Português (2021) amplia esse conceito para: “Direito ao livre-arbítrio, à tomada de decisões por vontade própria, que faz com que alguém esteja apto para tomar suas próprias decisões de maneira consciente; independência, liberdade”. Todavia, em cenografias carregadas de normas antecedentes em todo agir, e suscetível às inconstâncias diárias, como a do TST, tomar decisões livremente, baseando-se apenas no próprio julgamento, torna-se demasiado difícil, se não impossível.

Ainda no Perfil do Egresso, sublinhamos a expressão “estar sensível às mudanças”, a qual pode ser compreendida como aceitação às alterações que ocorrem no meio laboral; no entanto, mudanças nem sempre são positivas e podem gerar contratempos capazes de prejudicar ou, até mesmo, impedir a ação do profissional TST.

As palavras “formar e capacitar”, enunciadas no Objetivo Geral, marcam o ethos institucional formador de profissionais na área de Segurança do Trabalho, mas não garante que os sujeitos formados realizem as demais prescrições enunciadas nesse item como: “apliquem e conduzam atividades técnicas”, “melhorias do ambiente laboral e da condição do trabalho”, “proporcionando maior qualidade de vida”, “prevenção de acidentes e doenças” e “valorização da figura humana”, visto que não preveem, e nem poderiam, as adversidades encontradas em uma cenografia instituída pela situação real de ação, tais como falta de experiência do sujeito trabalhador, falta

de materiais adequados, falta de estrutura, falta de autonomia e a capacidade do egresso em administrá-las.

Cabe, ainda, ressaltar que as marcas linguísticas apontadas são prescrições condicionadas à atuação do TST em relação ao outro com quem ele irá trabalhar, porém não consideram quem são os outros e como eles reagem à ação do profissional. Conforme Schwartz, Duc e Durrive (2010b, p. 191-192), “jamais se trabalha sozinho, mesmo quando se tem essa impressão, por que os outros estão lá através da preparação do trabalho, da prescrição, da avaliação”. Isso significa que, de acordo com esses autores, a atividade de trabalho é, em grande medida, atravessada pelos outros que estão envolvidos direta ou indiretamente na ação.

No caso do TST, os outros que atravessam a atividade são muitos, pois todos os envolvidos em uma determinada prática laboral encontram-se, de alguma forma, relacionados à sua própria atividade. Pode-se dizer que em grande maioria estão os funcionários, mas também podem ser os próprios empregadores, trabalhadores terceirizados que prestam serviços à empresa onde o TST atua, entre outros, visto que “Em uma organização de trabalho, há uma realidade coletiva” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 192). Esses profissionais podem não acatar as decisões tomadas pelo profissional em relação à segurança, aos cuidados e à proteção, anulando sua atuação enquanto TST.

Quanto ao discurso expresso no recorte Disciplinas Acadêmicas, em que se identificam os saberes constituídos apontados nos enunciados, retomamos a premissa de que “nenhuma situação de trabalho pode ser abordada unicamente com esse patrimônio conceitual, porque esse patrimônio conceitual não pode antecipar as renormalizações” (SCHWARTZ, 2013b, p. 336), aquilo que o sujeito vive e não vive no ambiente real de trabalho, suas escolhas, seus debates, suas dramáticas e o uso que ele faz de seu corpo, de si mesmo.

De acordo com Trinquet (2010, p. 99), uma situação real de trabalho “obriga os detentores dos saberes constituídos (eruditos) de se aproximarem” de um outro tipo de saber, um saber investido, construído no momento da ação, nas “questões práticas, derivadas da atividade profissional” para, só então, encontrar “respostas pertinentes e saírem de seus saberes genéricos, para se implicarem na realidade da situação analisada”. É, conforme designa a ergologia, um “processo socrático de duplo sentido”, em que o saber é compartilhado entre os dominantes dos saberes

anteriores e externos ao trabalho (constituídos) e os que vivenciam e constroem os saberes da prática laboral (investidos) (TRINQUET, 2010, p. 100).

Mediante as considerações explicitadas nesta seção e objetivando proporcionar melhor visualização das reflexões realizadas sobre as prescrições selecionadas do PPC, apresentamos, no Quadro 3, a síntese ergodiscursiva dos excertos analisados.

Quadro 3 – Síntese ergodiscursiva: Perfil do Egresso, Objetivo Geral e Disciplinas Acadêmicas

	CENOGRAFIA	ETHOS DISCURSIVO	COMENTÁRIO
Perfil do Egresso	Instituição de ensino (IFC) Evidenciada pela cena validada e pelas marcas linguísticas deixadas no discurso.	IFC Ethos pré-discursivo de instituição formadora, organizada, que planeja pedagogicamente o processo formativo. Competente Comprometida com o aluno.	A cenografia instituída pela cena validada confere ao IFC um ethos pré-discursivo confirmado pelo ethos efetivo (dito e mostrado) construído nas pistas verbais e não verbais deixadas no discurso. No decorrer do discurso, a cenografia é direcionada para o local de trabalho atribuindo diferentes ethos, como imagem de si, ao futuro profissional formado pela instituição. No entanto, a análise ergológica dos discursos analisados revela que os prescritos manifestados pela instituição (IFC) parecem ignorar a cenografia instituída na atividade real de trabalho, a qual se inscreve na distância entre o prescrito e o real. Nas situações reais de trabalho, a cenografia será instituída não somente por um determinado espaço laboral, mas por tudo o que nele se insere no momento real da ação. Nesse contexto, os saberes instituídos pela formação acadêmica podem ser insuficientes e as arbitragens necessárias e não antecipáveis pelo PPC podem dificultar as escolhas e desencadear dramáticas do uso do corpo-si capazes de invalidar o ethos prescrito para o aluno formado e, simultaneamente, enfraquecer o ethos discursivo revelado pelo PPC para a instituição de ensino.
Objetivo Geral	Local de trabalho A imagem de si idealizada pelo instituto para o aluno concluinte do curso direciona a cenografia construída no IFC para o local efetivo de trabalho.	Profissional formado pelo IFC Profissional capacitado, autônomo intelectual, flexível no trabalho, resiliente, aprendiz constante, cidadão responsável, agente social e ambientalista. Ethos profissional, de TST qualificado, que possui e aplica os conhecimentos técnicos, produtor de melhorias, preocupado com a qualidade de vida, com a prevenção de acidentes e doenças laborais e reconhecedor do valor humano.	
Disciplinas			

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

Com base no Quadro 3, constatamos que os itens Perfil do Egresso, Objetivo Geral e Disciplinas Acadêmicas, retirados do PPC do curso TST do Instituto Federal

Catarinense, *campus* Fraiburgo, revelam cenografias distintas que se constroem tanto na instituição de ensino como no local de trabalho. Tanto a cenografia instituída no IFC quanto a que se estabelece no local de trabalho se fundamentam no primeiro ingrediente de um agir em competência. Conforme Schwartz (2010b, p. 220), para que o “agir em competência” ocorra de fato, “Um certo número de ingredientes é necessário”, os quais ultrapassam o domínio dos saberes formalizados e colocam em diálogo “dimensões totalmente heterogêneas: as do saber, do saber codificado; as do saber da história e na história; e a minha relação – em termos de valores – com o meio”.

Nesse sentido, julgamos ser preciso estabelecer a cenografia que se institui na articulação entre os demais ingredientes do “agir em competência”, na atividade real de trabalho e, dessa forma, inferir qual será de fato o ou os ethos construídos pelo TST egresso do IFC em situação real de ação. Dessa forma, na próxima seção apresentamos ao leitor as verbalizações sobre a atividade de TST, manifestadas pelos egressos do curso ofertado pelo IFC, e a partir dessa materialidade linguística compreender, ainda que não totalmente, quem são esses protagonistas do trabalho, identificados pelos ethos discursivos revelados nas cenografias instituídas pela situação real de trabalho.

6.2 O TST E OS DIZERES SOBRE O TRABALHO

Nesta seção, apresentamos os depoimentos coletados na realização de entrevistas que compõem os corpora deste estudo. Os enunciados expostos foram selecionados com base nessas entrevistas feitas com três alunos egressos do curso TST ofertado pelo IFC, *campus* Fraiburgo, em Santa Catarina. Além de possuírem formação nessa instituição de ensino, nosso interesse por esses profissionais inclui o fato de estarem, no momento da coleta de dados, exercendo a atividade de TST em diferentes cidades da região de Fraiburgo, SC, e em distintos momentos de atuação. A experiência formativa e as vivências laborais de sujeitos em situação real de trabalho trouxeram informações relevantes e indispensáveis para o êxito do objetivo geral estabelecido à pesquisa.

Com base nas práticas languageiras manifestadas pelos egressos e apoiados nas concepções teórico-metodológicas que envolvem a perspectiva ergológica, visamos apontar as dimensões visíveis e invisíveis que emergem do e no espaço em

que se configura o prescrito e o real da atividade de trabalho. Esta investigação propõe um olhar mais atento e minucioso e, dessa forma, ampara-se nos pressupostos da Análise do Discurso para destacar, com base na materialidade linguística que remete ao discurso sobre o trabalho, quem é sujeito da ergologia, os saberes por ele mobilizados, as renormalizações, o debate de normas e valores, as dramáticas do uso do corpo-si por si e pelos outros para, enfim, identificar o ethos discursivo revelado por esse sujeito nas cenografias instituídas pela situação real de trabalho.

Nesse sentido, a partir dessa seleção, descrevemos e analisamos a(s) cenografia(s) e os ethos discursivos que se constroem nos dizeres dos sujeitos que falam sobre o trabalho, com base nos depoimentos dos protagonistas da pesquisa: os profissionais TST que foram entrevistados.

Diante dessas considerações e apoiados nas questões previamente elaboradas (APÊNDICE A), inteiramo-nos sobre a formação profissional no IFC, *campus* Fraiburgo, a atividade real de trabalho e as adversidades encontradas por esses profissionais durante a realização da prática laboral como TST. As respostas dadas às perguntas geraram novos questionamentos possibilitando que a prática discursiva tomasse outros rumos, o que é possível acontecer quando se trata da técnica de coleta de dados em entrevista semiestruturada. Em vista disso, as conversas resultaram extensas transcrições e, dessa forma, foi necessário selecionar, para fins investigativos, os recortes e as questões mais relevantes quanto à identificação e à interpretação das materialidades linguístico-discursivas que atendessem ao escopo desta pesquisa.

Assim sendo, selecionamos, para fins de análise, depoimentos de três entrevistados conforme excertos relacionados a nove perguntas que compuseram o questionário apresentado no Apêndice A. Conforme está explicitado na seção metodológica, mais especificamente na seção 5.2 em que tratamos da constituição dos corpora de estudo, essas nove questões são divididas em três blocos sendo o primeiro bloco formado pelas seguintes indagações:

4. Você se sentiu preparado para exercer a profissão após concluir o curso em TST?
5. Ao ingressar no mercado de trabalho, quais foram as maiores adversidades encontradas? Quais foram os momentos de tensão e de dúvidas?

6. Nesses momentos, as disciplinas desenvolvidas em aula lhe forneceram conhecimento suficiente para tomar decisões que solucionassem o(s) problema(s)?

Das respostas obtidas, sobressaíram passagens que apontam as bases teóricas adotadas no dispositivo de análise (Figura 9) revelando as dimensões visíveis e invisíveis que se instauram na distância entre o prescrito e o real na atividade de trabalho. Assim, com base nas categorias de análise, iremos desvelar como se constroem os ethos discursivos, como imagem de si, dos profissionais TSTs, mediante as cenografias que se instituem em situação real de trabalho. Nessa perspectiva, expomos no Quadro 4 os trechos selecionados.

Quadro 4 – Excertos das verbalizações manifestadas pelos entrevistados 1, 2 e 3⁷, com base nas questões 4, 5 e 6

Entrevistado E1

Com certeza, aquele frio na barriga teve bastante. Porque eu sou um técnico recém-formado, não tenho experiência na área e agora sou um técnico, onde você está falando com o encarregado, um líder, um gerente, o diretor, que está errada aquela forma de trabalhar. Aquele medo, com certeza, aquele frio na barriga com certeza existe, com certeza existe. Se hoje está tranquilo, tem situações que sim e situações que não [...] tem situações em que “não, é dessa forma e acabou a história”. [...] o gerente, o gestor, ele está lá, digamos, para indagar e, se você não respondeu o que ele quer ouvir, ele vai dizer “não, não vai ser feito” e acabou a história. E pode até demitir você. Então também tem essa outra parte da insegurança. Eu não vou contrariar o gestor, meu gerente, meu diretor porque, se não, ele vai me mandar embora.

Entrevistado E2

Tem que “se espichar” [...] porque o curso dá uma base. Ele dá, digamos, uma base mais bruta, na minha opinião. O conhecimento do curso traz uma base boa, mas nada como o dia a dia para você fixar, mesmo. [...] tive sorte, também, porque eu tinha uma dupla muito boa. Então essa pessoa trabalhou esse período ali junto comigo, e também era novato. Então nós dois éramos novatos com vontade de fazer as coisas. E então a gente se ajudava bastante nessa parte. Sempre estávamos trocando ideias, nos envolvendo de parte igual. [...] então ali a gente, por exemplo, pegava corda, pegava EPI, treinava dentro da sala, descia para a fábrica e, às vezes, quando dava uma acalmada, treinava.

Entrevistado E3

Porque eu tinha muita dúvida. Eu perguntava e perguntava. Às vezes, eu ia lá na sala do Silva e da Joana e “eu sei que eu já perguntei isso para vocês, mas eu estou aqui perguntando de novo para ter certeza que é isso que devo fazer, que é assim que eu devo fazer”. Hoje eu me sinto mais confiante. Hoje eu não tenho essa dificuldade. Até para tomar uma decisão eu consigo tomar sozinha. Mas, no início, eu tinha muita dúvida. Não me sentia preparada. Eles tinham essa vivência, eles conheciam a empresa. E eu não conhecia e, por isso, às vezes eu não tinha exemplos para dar ou o que falar sobre aquilo.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

⁷ A fim de preservar os direitos e a integridade dos sujeitos envolvidos na investigação, bem como de outros indivíduos e/ou empresas que porventura foram mencionados, todos os nomes citados durante a entrevista foram modificados e/ou excluídos.

Os questionamentos realizados instigaram o falar sobre o trabalho considerando como espaço enunciativo o local de atividade laboral. A fim de confirmar esse cenário, buscamos, na análise dos discursos manifestados pelos profissionais TST, conforme expostos no Quadro 4, identificar marcas linguístico-discursivas que confirmam o local efetivo de atividade de trabalho como a cena de enunciação. Logo, observamos a interação entre as três cenas que, segundo Maingueneau (2018), integram a cena de enunciação e possibilitam a situação enunciativa. Desse modo, consideramos que o tipo de discurso, ou melhor, a cena englobante determinada pelos excertos /selecionados é definida pelo discurso laboral, evidenciado nas marcas linguísticas: “técnico”, “encarregado”, “líder”, “gerente”, “diretor”, “trabalhar” (E1); “trabalhou”, “fábrica” (E2); “empresa” (E3).

Por se tratar de transcrições originárias de entrevistas, temos, no Quadro 4, enunciadores falando de si, de suas ações enquanto trabalhadores, utilizando a linguagem como forma de expressar aquilo que vivenciam em ação laboral, fazendo “emergir uma fala portadora de informações relevantes sobre o trabalho” (NOUROUDINE, 2002, p. 26). De acordo com Faïta (2002, p. 46), para que seja possível analisar uma situação de atividade industriosa, verifica-se necessário ouvir o sujeito que trabalha para então “compreender como ele realiza as tarefas, informa-se e raciona, administra os imprevistos etc.”. Por consequência, a cena genérica que se estabelece nos discursos do Quadro 4 é o gênero relato e pode ser identificado por falas em 1ª pessoa: “eu sou”, “tenho” (E1); “minha opinião”, “tive sorte” (E2); “eu tinha” “eu sei”, “eu consigo” (E3); por verbos que oscilam entre o presente e o passado: “teve”, “está” (E1); “dá”, “éramos”, “ajudava” (E2), “perguntava”, “sinto”, “sentia”, “consigo” (E3), por priorizar ações: “falando” (E1); descrever ou citar o lugar onde elas aconteceram: “o curso”, “a fábrica” (E2), “lá na sala” (E3); e o uso de advérbios para marcar a sequenciação das ações: “agora”, “hoje” (E1); “ali” (E2), “já”, “lá” (E3).

A diversidade de ambientes, tempo e ações mobilizada nos discursos dos protagonistas deste estudo, características de um relato, tornam o gênero suscetível à terceira cena da enunciação: a cenografia, a qual se afasta de um modelo pré-definido, pois, de acordo com Maingueneau (2020), é construída pelo próprio texto que, a partir de suas escolhas lexicais, determina a situação de enunciação. Nesse sentido, ao atentarmos para o discurso dos entrevistados, observamos que marcas linguísticas como: “gestor”; “diretor” (E1); “fábrica”, “trabalhou” (E2) e “empresa” (E3), determinam como lugar de enunciação o espaço laboral, enquanto os verbos no

passado exteriorizados nas expressões “teve bastante” (E1); “a gente se ajudava”, “era novato” (E2); “tinha muita dúvida”, “eu perguntava e perguntava”, “não me sentia preparada” (E3), instituem o primórdio profissional como o momento de enunciação. Assim, a cenografia construída nos discursos dos egressos (Quadro 4) apoia-se em uma cena validada pelo espaço laboral e considera, sobretudo, o momento inicial de carreira. Essa cenografia concorda, em certa medida, com a prescrita pelo IFC no Quadro 2, pois, embora o espaço laboral seja evidenciado como cenografia nos prescritos da instituição de ensino, ela não prevê as adversidades encontradas pelo profissional na atividade real de trabalho, a qual, de acordo com os estudos ergonômicos e ergológicos, distingue-se do conceito de tarefa. Conforme Guerin *et al.* (2001), enquanto a tarefa prescreve as condições e os resultados prévios, a atividade real revela o que de fato o trabalhador realiza e o que obtém como resultado. Isso significa que entre a tarefa (prescrições) e atividade (real) existe uma distância a qual é sempre ressingularizada (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010).

Por conseguinte, a cenografia construída mediante a situação de enunciação, isto é, o real da atividade de trabalho após a formação acadêmica e as particularidades apresentadas por essa situação, nos permitirão refletir sobre quem é o sujeito da enunciação. Dessarte, ao observarmos o enunciado “sou um técnico recém-formado” no discurso de E1, Quadro 4, depreendemos que, embora o vocábulo “formado” denote uma presumível competência sobre a atividade laboral, nos dizeres do egresso (E1) essa palavra refere-se somente às normas antecedentes, às prescrições, aos saberes instituídos durante o curso de TST e que Schwartz (2010b) considera como o primeiro ingrediente de uma competência. Essa ideia é intensificada pela marca linguística “recém”, que indica a formação recente e a possível falta de experiência.

O escasso conhecimento de E1 sobre o que de fato ocorre em uma cenografia construída na atividade real de trabalho de um TST é comprovada pelos dizeres “não tenho experiência na área”, em que o egresso (E1) revelou a imagem representativa de um fiador inexperiente, principiante e inseguro em relação à atividade de trabalho. Conforme Maingueneau (2020, p. 14), o fiador é aquele que se revela no discurso e não corresponde necessariamente ao enunciador efetivo, mas de um corpo de enunciador, “que, por seu tom, atesta o que é dito”. O tom de insegurança, imperícia, revela-se principalmente pela escolha de determinadas expressões como: “recém-formado” e “não tenho experiência” em que E1 reconhece a falta dos saberes investidos, isto é, os saberes que estão aderência com a atividade, que são

construídos, aperfeiçoados na vivência laboral e que possibilitam, de acordo com Schwartz (2010b, p. 208), o segundo ingrediente necessário para um agir em competência: “a relativa incorporação do histórico de uma situação de trabalho”. Nesse contexto, em que a cenografia se inscreve em fase inicial de carreira como TST, identificamos a “distância entre o prescrito e o real” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, 2015), visto que o domínio protocolar da prática laboral manifestado pela imagem de um sujeito formado mostra não ser suficiente para atender as necessidades não antevistas e impostas pela situação real de atividade. Nesse sentido, o egresso assume um ethos de inexperiente mediante a cenografia estabelecida no ingresso da profissão.

Contudo, mesmo sem possuir o conhecimento sobre o histórico da atividade em que se formou no IFC, quando externou “e agora eu sou um técnico”, E1 assumiu que, naquele momento, mediante a cenografia em que se encontrava, ele era o profissional da área e, de uma forma ou de outra, precisava desempenhar sua tarefa marcada nos dizeres “onde você está falando com o encarregado, um líder, um gerente, o diretor, que está errada aquela forma de trabalhar”. Dessa forma, o profissional precisou suprir o “vazio de normas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 190), pois as “normas antecedentes” prescritas pelo IFC, durante a formação acadêmica (Quadro 2), mostraram-se insuficientes. Ao gerir essa lacuna de prescrições, E1 precisou fazer escolhas conscientes ou inconscientes, que o levaram, segundo Schwartz e Durrive (2010, p. 190), a recorrer ao “uso de si”, isto é, ao uso de suas próprias capacidades, seus próprios recursos, convocando a si mesmo para assumir o ethos de TST capacitado, autônomo intelectual, previstos pelo IFC, e falar com seus superiores sobre a maneira adequada de trabalhar. De acordo com Schwartz (2014), essa arbitragem do uso de si implica obrigatoriamente uma escolha, e por mínima que ela seja, sempre irá desencadear uma espécie de drama. Schwartz e Durrive (2010) asseveram que o desempenho de qualquer tarefa passa pela subjetividade do sujeito, pelo uso de si, por si e pelo uso de si pelo outro.

À vista disso, o uso de si realizado pelo egresso resultou em “dramáticas do uso de si” (SCHWARTZ, 2014, p. 261), visto que, ao se deparar com o vazio de normas instaurado na cenografia constituída na atividade real no início da carreira, E1 vivenciou o drama do encontro das normas antecedentes (prescrições do IFC) com as imposições do meio (real da atividade). Cabe aqui ressaltar o que asseveram Mencacci e Schwartz (2015, p. 39): “Quando se entra num lugar de trabalho, há uma

pluralidade de normas antecedentes” de diferentes âmbitos que levam o sujeito a um contínuo e singular debate de normas, sejam elas impostas ou instituídas, e ao debate de valores. E é nesse debate que, conforme Schwartz (2010b), depreende-se o quarto ingrediente de um agir em competência.

Em relação ao E1, o debate de normas e valores se mostrou no confronto entre o que aprendeu no processo formativo e o que encontrou na cenografia imposta pela situação laboral logo após a formação, ou seja, na distância entre o prescrito e o real. Quando expressou “Com certeza, aquele frio na barriga teve bastante”, o profissional (E1) evidenciou seu drama, sua angústia, insegurança, preocupação em não executar bem sua tarefa em consequência de sua inexperiência. Conforme Freitas (2010, p. 191), “trabalhar é sempre um drama no sentido de que envolve o trabalhador por inteiro; é o espaço de tensões problemáticas, de negociações de normas e valores”. Assim, com base na cenografia instituída pela atividade real de trabalho no início da carreira do egresso (E1), percebemos que a imagem de um profissional TST recém-formado (ethos dito) interatua com a imagem revelada no discurso (ethos mostrado) evidenciando um ethos discursivo de profissional TST ansioso, preocupado, ou seja, não totalmente pronto para a prática laboral.

Nesse contexto, convém destacar que as dramáticas experienciadas por E1, na cenografia construída em ambiente real, ultrapassam o uso de si por si, mas consideram também ao uso de si pelos outros, visto que, de acordo com Schwartz, Duc e Durrive (2010b, p. 191), o trabalho por si só é uma ação coletiva, pois ao fazermos escolhas “engajamos os outros com os quais trabalhamos”. Nesse sentido, as marcas linguísticas “encarregado”, “líder”, “gerente”, “diretor” expressas no discurso do E1 permitem identificar um coletivo de trabalho que enfatiza o uso de si pelos outros. Ao mencionar os “outros” com quem trabalha e expressar “está errada aquela forma de trabalhar”, E1 evidenciou sua relação com o coletivo e o uso que fez de si pelos outros ao escolher, enquanto profissional responsável, orientar a prática laboral considerando os prescritos da formação enquanto vivenciava a dramática do medo, da insegurança, conforme evidenciamos em “Aquele medo, com certeza, aquele frio na barriga com certeza existe”.

Ademais, no caso de E1, concerne ainda destacar que os outros referem-se aos que “avaliam seu trabalho, aqueles que esperam um trabalho de qualidade, aqueles que o julgam ou que lhe pagam” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 192), o que pode ser comprovado nas passagens “falando com o encarregado, um

líder, um gerente, o diretor”, bem como em “o gerente, o gestor, ele está lá, digamos para indagar”. Quando citou esses profissionais, E1 utilizou-se de uma maneira de dizer que deixa transparecer que ser um TST significa estar abaixo de quem exerce as funções de encarregado, líder, diretor, gerente e gestor, assumindo, dessa forma, um ethos de profissional subordinado, dependente. De acordo com Schwartz, Duc e Durrive (2010b, p. 194), em um ambiente de atividade de trabalho “reinem normas de todos os tipos: quer sejam científicas, técnicas, organizacionais, gestionárias, hierárquicas, quer remetam a relações de desigualdade, de subordinação, de poder”, e isso é o que torna todo trabalho frágil, ou, em outras palavras, dramático.

O ethos de subordinação, marcado pelas dramáticas do uso de si pelos outros, é identificado de forma ainda mais expressiva no discurso de E1. Ao enunciar “se você não respondeu o que ele quer ouvir, ele vai dizer ‘não, não vai ser feito’ e acabou a história”, o profissional TST (E1) indicou como a cenografia em que se encontra é atravessada pelo outro, no seu caso pelos sujeitos que ocupam cargos de chefia. Ao mencionar o pronome “você”, E1 refere-se ao TST iniciante e inexperiente e os dramas que ele pode vivenciar por não possuir argumentos que validam as falhas e necessidades que evidenciou no meio laboral. Desse modo, observamos que as orientações apontadas pelo sujeito iniciante, quanto à segurança e à saúde do trabalhador, ficam condicionadas à decisão do gestor que poderá decidir por não atender, limitando ou, até mesmo, anulando a ação profissional do TST. De acordo com Schwartz e Durrive (2010, p. 194), em um meio laboral “as imposições são muito fortes. Não se faz o que se quer – muito longe disso”.

Nesse sentido, percebemos que E1, em seu discurso, não valida o ethos de autônomo intelectual (Quadro 3) previsto pela instituição de ensino (IFC) para o sujeito formado, visto que, na cenografia que se configurou no início da ação profissional e manifestou a dramática do uso de si pelos outros, a atuação do TST é subordinada aos gestores do local em que o profissional exerce a atividade. Na passagem “pode até demitir você, tem essa parte da insegurança”, E1 manifestou o drama das escolhas de um TST recém-formado, entre o que determina as normas da sua profissão e os seus próprios valores, ou aceitar a determinação do gestor e não sofrer com uma possível demissão. Conforme expressou na passagem “Eu não vou contrariar o gestor, meu gerente, meu diretor porque, senão, ele vai me mandar embora”, o egresso (E2) assume que ser TST em uma cenografia que se estabelece na ação real

de trabalho em início de carreira é viver a dramática do medo, da insegurança, da demissão e estar sujeito ao ethos de subordinação perante a situação laboral.

Ao voltarmos nossa atenção ao discurso do Entrevistado 2 (E2), percebemos que a lacuna – falta de experiência – revelada na cenografia instituída pela atividade real de trabalho em início de carreira se destaca também, em seu discurso. A pista discursiva “ali” bem como a palavra “fábrica” no excerto manifestado pelo egresso (E2) marca a cena validada pelo espaço laboral, no entanto, o termo “novato” proferida por E2 institui a fase inicial do egresso como TST, visto que vocábulo em menção – novato – é utilizado como forma de caracterizar o sujeito que acabou de sair da formação e ingressou na carreira profissional. Ao expressar “éramos novatos”, E2 utilizou o verbo na primeira pessoa incluindo-se entre aqueles que não possuíam o conhecimento do histórico da situação profissional, dos saberes investidos, obtidos na prática, na experiência laboral. Então, o próprio discurso constrói uma figura representativa do enunciador, a qual exerce a função de fiador. Esse fiador é investido de um caráter e de uma corporalidade, que “apoiam-se em um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia” (MAINGUENEAU, 2018, p. 72). Nesse sentido, o egresso (E2) assume um ethos de novato, iniciante no trabalho, inexperiente e possibilita a incorporação daqueles que aderem ao seu discurso.

Essa imagem de si, de certa maneira, caracterizou-se como uma espécie de drama para o Egresso (E2), visto que, como profissional formado em TST, ele queria ser visto e respeitado como tal. Assim, como forma de alterar ou ao menos amenizar o ethos construído mediante a cenografia que evidenciou o “vazio de normas”, E2 precisou buscar seus próprios meios, suas próprias formas de realizar determinada atividade, ou seja, foi preciso fazer “uso de si” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010), dito de outro modo, uso de si mesmo, das suas experiências, seus conhecimentos, seus recursos intelectuais e corporais para dar conta da atividade laboral. Esse uso de si realizado pelo egresso é marcado pela expressão discursiva “se espichar”, a qual possui – principalmente na região de convívio de E2 – um sentido popular que indica a necessidade de o sujeito encontrar seus próprios meios para tratar de uma determinada situação, seja ela individual, coletiva, de trabalho ou não.

A necessidade de se remeter a si mesmo, ou como enunciou E2: de “se espichar”, deve-se à renormalização exigida pela distância entre o prescrito e o real, posto que o curso Técnico em Segurança do Trabalho, ofertado pelo IFC, não prevê

a cenografia que se molda na atividade real de trabalho e as particularidades que ela apresenta. Essa afirmação pode ser confirmada na passagem “o curso dá uma base. Ele dá, digamos, uma base mais bruta, na minha opinião”, em que E2 evidenciou receber, durante a formação, os fundamentos que regem a profissão de TST, os saberes tidos como instituídos na academia (TRINQUET, 2010). No entanto, ao declarar “O conhecimento do curso traz uma base boa, mas nada como o dia a dia para você fixar, mesmo”, o egresso reconhece a necessidade de vivência diária em situação laboral, da construção dos saberes investidos na atividade de trabalho (TRINQUET, 2010), visto que o prescrito pela formação não deu conta das invariabilidades apresentadas pela cenografia inscrita na atividade real de trabalho e, para tanto, foi preciso “se espichar”.

Logo, ainda que E2 considere a base adquirida na formação e sua importância em determinar as maneiras de fazer, em uma cenografia estabelecida na situação real de trabalho, as adversidades não antevistas precisaram ser geridas e, para tal, ele precisou invocar os saberes do corpo-si, ou melhor, os saberes em aderência com a atividade, conforme preconizam Schwartz e Durrive (2010) e Trinquet (2010). Nisso reside a distância entre o prescrito e o real a qual é sempre parcialmente ressingularizada, sempre acontece algo novo obrigando o sujeito a fazer escolhas o que leva à “atividade do corpo-si”, a um “debate sobre os valores” e, conseqüentemente, às “dramáticas do uso de si” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 45).

Entretanto, nunca se trabalha sozinho e, dessa forma, a atividade de trabalho é sempre “uso de si, por si e por outros”. De acordo com Schwartz, Duc e Durrive (2010b, p. 192), os outros estão presentes no uso que cada pessoa faz de si no trabalho. Isso significa que quando alguém trabalha não está totalmente sozinho e, tampouco, imune de ser influenciado, posto que, de uma forma ou de outra, os outros “estão presentes na intimidade de suas escolhas”. Nesse sentido, ao expressar “eu tinha uma dupla”; “essa pessoa trabalhou esse período ali junto comigo” e “nós dois éramos novatos”, identificamos que o profissional busca suprir a dramática da carência de conhecimento e experiência mediante o apoio que recebia do outro TST com quem trabalhava. Nessa direção, as escolhas realizadas por E2 tinham como base a relação que mantinha com o colega de profissão, o que, em certa medida, amenizava a dramática instaurada por ser “novato” e, conseqüentemente, o ethos de iniciante no trabalho, de inexperiente, de não totalmente pronto para a atividade.

Dessa forma, o uso de si acontecia a partir do uso de si pelos outros, visto que juntos buscavam formas de suprir o vazio de normas, o que pode ser verificado na passagem “a gente se ajudava bastante”, bem como em “Sempre estávamos trocando ideias, nos envolvendo de parte igual”.

Desse modo, o ato de renormalização da atividade perpassa tanto o uso de si por si como o uso de si pelos outros, visto o trabalho desenvolvido em conjunto entre E2 e o colega de trabalho. A valorização e cooperação entre colegas e o reconhecimento da importância de se trabalhar em equipe, demonstrado por E2, aponta o sexto ingrediente de uma competência: “tirar partido das sinergias de competências, em situação de trabalho” (SCHWARTZ, 2010b, p. 219).

No depoimento “Então ali a gente, por exemplo, pegava corda, pegava EPI, treinava dentro da sala, descia para a fábrica e, às vezes, quando dava uma acalmada, treinava”, notamos um discurso em aderência com a atividade de trabalho, posto que E2 busca “suprir o ‘vazio de normas’, as deficiências de orientações, de conselhos, de experiências adquiridas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 190), na ação laboral. Dessa forma, o egresso convocou a si mesmo, seus saberes produzidos ao longo da sua história, fazendo “uso de si, por si e pelos outros”, posto que buscava no outro, no trabalho em equipe, na cooperação entre as competências de si e do outro, o apoio de que precisava para aprender enquanto vivenciava a “dramática” da escolha entre assumir o ethos de iniciante no trabalho, de inexperiente, de não totalmente pronto para a atividade ou buscar adquirir o conhecimento necessário para renormalizar e ser reconhecido como profissional TST capacitado.

Conforme Schwartz (2014, p. 264), uma determinada pessoa pode “renormalizar” as tarefas atribuídas a ela de acordo com sua própria avaliação das dificuldades, “do uso que se espera dela, e de preservação de seus recursos físico-mentais”. Nisso reside o quinto ingrediente de uma competência, a capacidade de engajar mente e corpo em uma situação de trabalho, tirando proveito da situação de trabalho e, ao mesmo tempo, potencializando os demais ingredientes desenvolvidos (SCHWARTZ, 2010b).

A escolha de E2 em encontrar o conhecimento que lhe faltava corrobora com a dinâmica do Dispositivo de Três Polos, apresentado pela perspectiva ergológica (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a, 2010b; TRINQUET, 2010), a renormalização das normas antecedentes ocorre na interação entre os saberes investidos e os saberes instituídos, ou seja, um novo saber surge na relação que se estabelece entre

os dois primeiros de maneira cooperativa dentro do espaço de trabalho. Nessa interação de saberes, E2 se apropria do terceiro ingrediente de uma competência: “a capacidade de articular a face protocolar e a face singular de cada situação de trabalho” (SCHWARTZ, 2010b, p. 210).

Dessa maneira, a cenografia estabelecida pela atividade real proporcionou ao E2 um espaço de aprendizagem, de mobilização de saberes, de busca pelo saber investido no fazer laboral, de usos de si por si e pelos outros, possibilitando ao egresso a construção de um ethos de aprendiz constante, resiliente, flexível no trabalho, validando o ethos previsto para o sujeito formado apontado nas prescrições do IFC (Quadro 3).

As dramáticas do uso do corpo-si, apontadas no discurso do E1, bem como no depoimento de E2, podem ser igualmente identificadas na entrevista com E3. Baseado nas marcas linguísticas “eu tinha”, “eu perguntava e perguntava” e “no início”, a profissional (E3) demonstrou que na cenografia configurada na situação laboral no início da carreira – marcada pelos verbos no pretérito, bem como pelo vocábulo “início” – não se sentia confiante no exercício da profissão. A falta de confiança de E3 deve-se ao “vazio de normas” apontado em passagens como “eu tinha muita dúvida” ou “no início eu tinha muita dúvida”, e confirmam a dramática vivenciada na situação concreta de trabalho, isto é, que as prescrições antecipadas, com o objetivo de instruir sobre determinada ação laboral, são insuficientes para compreender a cenografia que se configura em situação real de trabalho, em meio às invariabilidades e às arbitragens necessárias.

Pela perspectiva enunciativa, identificamos que o modo de enunciação apresentado no enunciado por E3: “Eu perguntava e perguntava. Às vezes, eu ia lá na sala do Silva e da Joana e ‘eu sei que eu já perguntei isso para vocês, mas eu estou aqui perguntando de novo’”, revela um modo de dizer que remete a um modo de ser. Conforme Maingueneau (2020), a figura do fiador apoia-se em representações estereotipadas, valorizadas ou desvalorizadas, que a enunciação contribui para reforçar. A enunciativa (E3) valida a imagem de que ser nova na profissão implica buscar ajuda, orientação de quem já faz parte do meio laboral e possui os “saberes investidos” obtidos na prática em aderência com a atividade laboral, conforme declara em “Eles tinham essa vivência, eles conheciam a empresa”. Assim, na cenografia instituída no início profissional, E3 expressou em “Não me sentia preparada” não estar totalmente preparada para a atividade, para administrar as “infidelidades do meio”,

para gerir a “dramática” do “vazio de normas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010), evidenciando um ethos de profissional inseguro, iniciante no trabalho, inexperiente e que escolhe buscar o auxílio, a orientação dos seus empregadores para estar convicta quanto ao que deveria ser feito, conforme podemos inferir em “para ter certeza é que isso que devo fazer, que é assim que eu devo fazer”.

Sendo assim, E3 evidenciou, no seu depoimento, as dramáticas do uso de si pelos outros ao indicar dependência em relação aos seus empregadores. O enunciado “eu sei que já perguntei isso para vocês, mas eu estou aqui perguntando de novo” parece demonstrar falta de confiança em si mesma e a influência que os outros exercem sobre as escolhas dessa profissional. Além disso, E3 revela nas passagens “Eles tinham essa vivência, eles conheciam a empresa. E eu não conhecia e, por isso, às vezes, eu não tinha exemplos para dar ou o que falar sobre aquilo”, que buscava no coletivo de trabalho suporte em relação aos saberes investidos os quais não dispunha e necessitava para executar sua tarefa com sucesso. Conforme Trinquet (2010), o resultado satisfatório em uma situação laboral depende do diálogo entre os saberes constituídos e investidos, visto que um complementa o outro. Por isso, a carência da profissional (E3) em relação aos saberes investidos e sua insegurança mediante a cenografia que se configurou na atividade de trabalho real ao ingressar na profissão de TST levaram-na a assumir um ethos subordinado e dependente.

Diante das circunstâncias enunciativo-discursivas, torna-se possível depreender, pela configuração das marcas discursivas expressas no conteúdo das entrevistas realizadas que o ethos manifestado pelos protagonistas do estudo se modifica de acordo com o momento enunciativo no qual o locutor se encontra. Maingueneau (2018) assevera que é preciso posicionar o discurso e os envolvidos na enunciação em concordância com um determinado lugar e momento de fala. Nesse sentido, pelas pistas linguísticas deixadas no discurso, verificamos que, embora a cenografia se mantenha no espaço laboral, algumas materialidades discursivas revelam que a situação enunciativa se modifica.

Nessa perspectiva, identificamos que o vocábulo “hoje”, registrado nos dizeres de E1, bem como de E3, afastam a situação enunciativa da cenografia instituída pelo início de carreira, posicionando os protagonistas do estudo no período em que se encontravam quando entrevistados. A mudança de cenografia ocasionada pelo espaço de tempo entre o início da carreira e o momento da entrevista possibilitou a construção de uma nova imagem para os enunciadores. Após um período em

atividade de trabalho, cada egresso vivenciou encontros consigo mesmo, com os outros e com o meio laboral, decorrendo desse processo experiências coletivas e singulares que suscitaram o desenvolvimento, a mobilização e o compartilhamento de novos saberes. De acordo com Trinquet (2010, p. 105), em “uma situação particular de trabalho, ambos os saberes são complementares”, visto que o diálogo entre eles se torna necessário e indispensável.

Com base nos dizeres do E1: “não é dessa forma e acabou a história”, o modo seguro, firme e decidido de dizer ressalta que ele possui autonomia nas suas decisões e detém total domínio das normas que regem a ação laboral. Assim, o tom de segurança e confiança dado às palavras afirmam quem retém o domínio sobre as normas que regem a ação do TST e, conseqüentemente, as que orientam o cuidado com a segurança e a saúde do trabalhador, abrindo espaço para a construção de um ethos de profissional confiante, autônomo em suas decisões, preocupado com a segurança no ambiente de trabalho, aproximando enunciatador e coenunciador que constrói a figura do fiador/enunciador a partir de uma imagem de si construída na maneira de dizer que remete a uma maneira de ser (MAINGUENEAU, 2018). O enunciatador estabelece uma inter-relação com o coenunciador que atende as orientações sobre a segurança no trabalho.

No depoimento da Entrevistada 3, identificamos que a profissional utiliza a palavra “Hoje” como um advérbio de tempo, indicando, assim, as circunstâncias em que ocorre a ação verbal. Nesse sentido, a marca temporal atualiza o discurso e organiza o tempo para a instância enunciativa em que a cenografia se estabelece, ou seja, o momento presente. Se no início da carreira a Entrevistada 3 apresentava um ethos de profissional insegura, inexperiente e despreparada, os enunciados “Hoje eu me sinto mais confiante” e “Hoje eu não tenho essa dificuldade” evidenciam a construção de uma nova cena da qual emerge a imagem de um ethos confiante, capacitada, segura de suas decisões, baseado em saberes que foram construídos ao longo da trajetória profissional, no tempo de serviço, na história pessoal e na dialética entre os saberes instituídos e os saberes investidos. Além disso, a nova cenografia construída no discurso de E3 permite identificar a conquista de um ethos efetivo de autonomia nos dizeres “Até para tomar uma decisão eu consigo tomar sozinha”, muito distinto do ethos dependente apresentado pela egressa no início da profissão e compatível com o ethos prescrito pelo IFC.

Nesse cenário, tanto E1 quanto E3 incorporam o discurso do IFC apresentado no Quadro 2 pelos excertos Perfil do Egresso, Objetivo Geral e Disciplinas. Ao assumir o ethos de TST capacitados, preocupados com a saúde e a segurança do trabalhador, que orientam e previnem, são confiantes e autônomos em suas decisões, os egressos entrevistados se identificam com o perfil do profissional TST preceituado nos documentos da instituição para o sujeito formado. De acordo com Maingueneau (2020, p. 14), o poder de persuasão de um discurso resulta “do fato de levar o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo, mesmo muito esquemático, investido de valores historicamente especificados”. Assim, E1 e E3 se tornam, eles mesmos, fiadores do discurso do IFC confirmando que egresso e instituição compartilham do mesmo discurso, pois demonstram possuir, em atividade real de trabalho, as competências prescritas pela instituição para o exercício da profissão TST. Assim temos que “o coenunciador incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo” (MAINGUENEAU, 2018, p. 73).

No Quadro 5, constam as principais cenografias e respectivos ethos discursivos construídos no e pelo discurso dos entrevistados.

Quadro 5 – Síntese ergodiscursiva dos excertos manifestados por E1, E2 e E3 com base nos questionamentos 4, 5 e 6

	CENOGRAFIA	ETHOS DISCURSIVO	COMENTÁRIO
Entrevistado 1	Local de trabalho em início de carreira: distância entre o prescrito e o real, normas antecedentes, renormalizações, debate de normas e valores, uso de si por si e pelos outros, dramáticas do uso de si, mobilização de saberes.	Inexperiente Ansioso Preocupado Não Totalmente Pronto Subordinado Dependente.	Com base na análise ergodiscursiva, depreendemos que a cenografia instituída em local de trabalho no início de carreira é constantemente influenciada pelas inconstâncias diárias que surgem na distância estabelecida entre o prescrito e o real. Na tentativa de gerir essa distância, os sujeitos manifestam, no discurso sobre o trabalho, as dramáticas que se instauram pelo uso de si por si e pelos outros e que evidenciam a dimensão invisível do trabalho. Essa premissa é confirmada neste estudo ao identificarmos os ethos dos TST entrevistados mediante a cenografia que se configurou no espaço laboral em início de carreira. No entanto, a mudança de cenografia ocasionada pelo espaço de tempo entre o início da carreira e o momento da entrevista possibilita a construção de um novo ethos para o enunciador constituído na dialética entre os saberes acadêmicos e os saberes da experiência.
	Momento Presente/Entrevista	Confiante Autônomo Preocupado com a Segurança	
Entrevistado 2	Local de trabalho em início de carreira: distância entre o prescrito e o real, normas antecedentes, renormalizações, debate de normas e valores, uso de si por si e pelos outros, dramáticas do uso de si, mobilização de saberes.	Novato Iniciante Inexperiente Aprendiz Constante Resiliente Flexível No Trabalho	
Entrevistado 3	Local de trabalho em início de carreira: distância entre o prescrito e o real, normas antecedentes, renormalizações, debate de normas e valores, uso de si por si e pelos outros, dramáticas do uso de si, mobilização de saberes.	Inseguro Iniciante Inexperiente Subordinado Dependente	
	Momento Presente/Entrevista	Confiante Capacitado Seguro Autônomo	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

Na síntese ergodiscursiva apresentada no Quadro 5, notamos que, no discurso dos sujeitos entrevistados, a cenografia e o ethos, como imagem de si, tendem a se modificar a cada situação enunciativa em que os protagonistas do estudo se inscrevem. Tais situações são percebidas nas cenografias estabelecidas nos distintos momentos da enunciação, o que, conseqüentemente, faz surgir diferentes ethos discursivos.

Na sequência, apresentamos o segundo bloco de questões o qual suscitou verbalizações que apontam a dialética entre os saberes acadêmicos e os saberes investidos e produzidos pelos protagonistas do estudo frente às cenografias encontradas em atividade real de trabalho. Nessa mobilização de saberes, o valor da face protocolar é indiscutivelmente reconhecido, no entanto, é necessário lidar com aquilo que não pode ser estandardizado, convocando a si mesmo, produzindo suas próprias normas para tratar o aspecto padronizado da situação. Assim, surge, segundo Schwartz (2010a, p. 43), “um postulado de convocação à experiência, pois se é preciso que cada um se dê normas para tratar o aspecto singular da situação, o faz com seu patrimônio, diremos, com sua experiência”. É essa dinâmica entre os saberes instituídos na academia e os saberes investidos no corpo-si que iremos evidenciar nas respostas dadas às seguintes indagações:

7. Você acredita que há articulação entre as disciplinas do curso, tanto as teóricas quanto as práticas, e o real da atividade no “chão da empresa”?
8. Você acredita ser possível desenvolver a sua atividade de trabalho com base apenas nos saberes/conhecimentos acadêmicos adquiridos na formação?
9. Os conhecimentos que você já possuía, sejam eles de trabalhos anteriores, sejam da própria vivência diária, ajudaram no desenvolvimento da atividade?

Mediante os apontamentos expressos pelos TSTs envolvidos no estudo, selecionamos para o processo analítico os excertos apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 – Excertos das verbalizações manifestadas por E1, E2 e E3, com base nas questões 7, 8 e 9

Entrevistado 1

Esse convívio com o chão de fábrica, com essas experiências no chão de fábrica, tem disciplinas que... Usar os aparelhos, os equipamentos de fazer a medição de ruído, de luminosidade, medição dos quatro gases, isso sim. Isso o *campus* nos ofereceu, nos mostrou como faz, como atua. Então, essa parte de chão de fábrica, sim, precisa e precisa muito. É o nosso dia a dia, o nosso convívio com todos os trabalhadores. O curso é muito bom, recomendo. Esse conhecimento que eu tive dentro do *campus* é suficiente? Sim. Até chegar dentro da indústria [...].

Entrevistado 2

Uma coisa é você ver um monte de teoria, mas algumas vezes não fica bem claro onde você vai aplicar aquela teoria. Então o estágio “clareia” muito a ideia. Porque a gente tem diferentes tipos de pessoas, de empresas, de comportamentos e, às vezes, tem várias maneiras de você chegar no mesmo resultado. [...] não pode ficar fechado, no caso, só com aquilo que viu no curso. É o dia a dia. Você pega uma fábrica, uma linha de produção, aquela “loucuragem” e você não tem noção do que é. Eu já tinha uma noção muito boa de empresa, de fábrica. Eu já trabalhei, também, em chão de fábrica e conheço. [...] você consegue ir ligando as coisas. O que você viu no curso com alguma situação da vida que você passou.

Entrevistado 3

Então, só lá do curso, não. E até porque parece que no curso faltou um pouco mais de prática para a gente ver o que é realmente uma exposição. Só com o conhecimento do curso não conseguiria dar conta de atender [...].

Não tinha muita vivência [...]. Me fez falta. “Meu Deus. Eu vou lá e eu não conheço nada. Não sei nada”. Eu via umas fotos, tentava procurar o que era, tentava ver vídeos, mas também não adiantava porque a gente chegava lá e é totalmente diferente. Nenhuma empresa é igual à outra.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com base no segundo bloco de questões, destacamos excertos que manifestam espaços enunciativos distintos nos quais se revelam singularidades laborais próprias da distância que se instaura entre o prescrito e o real na atividade de trabalho. De acordo com Maingueneau (2015, p. 120), “Um texto, a partir de sua origem, pode até participar de duas cenas englobantes ao mesmo tempo”. Nessa perspectiva, identificamos, nos recortes apresentados no Quadro 6, que as pistas linguísticas “chão de fábrica”, “trabalhadores”, “indústria” enunciadas por E1, “empresas”, “fábrica”, “linha de produção” externalizadas por E2 e “empresa” expressas por E3, mantêm o discurso laboral como cena englobante, anteriormente identificada nas verbalizações apresentadas no Quadro 4. No entanto, palavras como “campus” e “disciplinas” verbalizadas por E1, “teoria” e “estágio” proferidas por E2, ou “curso” manifestadas pelos três entrevistados, levam-nos a determinar como tipo de discurso, o meio educacional.

Isso posto, considerando a interação entre a cena englobante e a cena genérica determinada pelo gênero relato, próprio de uma entrevista, os profissionais TSTs envolvidos no estudo, durante sua fala, posicionam-se em diferentes momentos e lugares de enunciação, dos quais emergem cenografias distintas, que se moldam tanto no espaço laboral – local em que exercem a profissão de TST – quanto no espaço acadêmico – lugar de formação. Segundo Maingueneau (2015, p. 124), “Em uma interação oral, é difícil, para os participantes, impor a mesma cenografia ao longo de toda a interação”. De acordo com esse autor, situações inesperadas provocadas pelos envolvidos na enunciação levam a reações imediatas alterando constantemente a encenação do discurso, implicando cenas de fala que atestam a legitimidade do que é dito. Nesse sentido, a alteração de cenografia revelada no decorrer dos discursos externados pelos protagonistas da pesquisa possibilitou evidenciar as singularidades presentes na distância entre a formação (prescrições) na instituição de ensino (IFC) e o real da atividade como TST.

Nessa perspectiva, verificamos no enunciado “Usar os aparelhos, os equipamentos de fazer a medição de ruído, de luminosidade, medição dos quatro gases, isso sim. Isso o *campus* nos ofereceu, nos mostrou como faz, como atua”, expresso por E1, que a pista linguística “*campus*” determina como cena enunciativa o espaço educacional. Assim, apoiado pela cena estabelecida pelo discurso, o egresso (E1) utilizou as preposições “nos ofereceu” e “nos mostrou como faz” para construir a cenografia que se estabeleceu no período de formação profissional, isto é, na aquisição dos conhecimentos necessários para a profissão, ou, conforme os preceitos ergológicos, os saberes “no polo, digamos, mais formal, acadêmico, que podem se transmitir pelos conceitos” (SCHWARTZ, 2010a, p. 36).

Esses saberes instituídos na academia constituem o primeiro ingrediente de uma competência, ou seja, a dimensão conceitual, as normas antecedentes à atividade de trabalho, são saberes reconhecidos, comprovados e que podem ser armazenados, organizados e suscetíveis de transmissão (SCHWARTZ, 2010b). Ao confirmar que recebeu o domínio desse primeiro ingrediente, conforme relatou em “Isso o *campus* nos ofereceu, nos mostrou como faz, como atua”, E1 construiu para si um ethos prévio de profissional formado na academia, qualificado, que possui o domínio, os conhecimentos técnicos traçados nos prescritos do IFC e, portanto, certificou o ethos de instituição formadora, competente, comprometida com o aluno, construído pelo PPC para a instituição de ensino. No enunciado “O curso é muito bom, recomendo”, o profissional entrevistado (E1) enfatizou a qualidade, o comprometimento e a competência da academia (IFC) e novamente conferiu ao IFC um ethos condizente com o previsto nos documentos da instituição.

No entanto, no discurso de E1, as pistas linguísticas como “chão de fábrica”, “trabalhadores” e “indústria” transferem a cenografia instituída na formação para uma nova cena de enunciação a qual se constrói no espaço de atividade laboral, local em que o processo produtivo ocorre e o resultado final é alcançado. A expressão “chão de fábrica” convida o interlocutor a participar desse espaço, pois faz emergir uma cenografia que se apoia em uma cena de fala validada, isto é, já reconhecida e valorizada socialmente. (MAINGUENEAU, 2013). Em vista disso, identificamos no enunciado “Esse convívio com o chão de fábrica, com essas experiências no chão de fábrica, tem disciplinas que...” que o egresso (E1) apontou nas pistas discursivas “convívio” e “experiências” a necessidade de o sujeito produtor conhecer e vivenciar

as cenografias que emergem na/da cena validada “chão de fábrica”, ou seja, na atividade real de trabalho.

No decorrer do discurso, legitimando o que afirma Maingueneau (2015) sobre a alteração de cena durante uma interação verbal, o protagonista do estudo (E1) alterou seu lugar de fala retomando, com base na palavra “disciplinas”, novamente a cena validada pelo espaço educativo. Nesse contexto, ao expressar “tem disciplinas que...” E1 deixou subentendido que os saberes investidos no corpo-si, nas histórias de vida e de trabalho do sujeito (TRINQUET, 2010) e que compõem o segundo ingrediente de um agir em competência, a devida incorporação da historicidade que atravessa as situações de trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2015), poderiam ser desenvolvidos durante a formação. Isso significa desenvolver concomitantemente à aquisição dos conceitos e técnicas que regem a profissão os saberes investidos na ação, nas vivências em espaços de atividade real.

As considerações do profissional (E1) enfatizam o diálogo entre os saberes durante o período formativo permitindo ao aluno “se deixar incomodar metodicamente ao mesmo tempo” tanto pelos saberes conceituais quanto pelas “experiências de trabalho, a fim de progredir incessantemente nos dois planos” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008, p. 4). Trata-se de proporcionar ao sujeito em formação o domínio do terceiro ingrediente de uma competência, a capacidade de colocar em sinergia o primeiro e o segundo ingrediente, ou seja, tomar decisões e agir oportunamente em uma situação particular de trabalho.

A necessidade dos saberes produzidos em aderência com a atividade de trabalho é também evidenciada no enunciado “essa parte de chão de fábrica, sim, precisa muito”, em que E1 destacou na expressão “chão de fábrica” a cena validada pelo espaço laboral e o quanto a cenografia que se molda no contexto real de ação influencia e instiga o uso de si por si e pelos outros, conforme relata em “É o nosso dia a dia, o nosso convívio com todos os trabalhadores”. Segundo declarou o egresso (E1), é ali, no “chão de fábrica”, no real da ação produtiva, que sua ação enquanto profissional da Segurança do Trabalho realmente acontece. Assim, o egresso (E1) confirmou o ethos prévio de profissional qualificado, e construiu para si um ethos discursivo de TST experiente, que atua em condições reais de atividade laboral e que reconhece a necessidade de interação entre os saberes acadêmicos e os da experiência ainda na formação profissional.

Nessa perspectiva, mesmo que E1 assuma ter recebido durante sua formação acadêmica o domínio da competência protocolar, como profissional em atividade, ele reconheceu nos dizeres “Esse conhecimento que eu tive dentro do *campus* é suficiente? Sim. Até chegar dentro da indústria” que, na cenografia que emerge de uma situação real de trabalho, somente os conhecimentos advindos dos saberes constituídos não dão conta de atender as exigências impostas pelo fazer laboral. Conforme Schwartz e Durrive (2008, p. 4), “o regime de produção de conhecimentos tem tanto necessidade dos saberes investidos nesta atividade [e produzidos a diversos graus de aderência] como de saberes organizacionais, acadêmicos, disciplinares”. A pista linguística “até”, identificada no discurso do profissional (E1), reforçou as palavras de Schwartz e Durrive (2008), posto que o vocábulo estabeleceu um limite às normas, conceitos e prescrições repassadas pelo IFC. Em outras palavras, de acordo com E1, esses saberes só serão suficientes “até” que a cenografia instituída no espaço acadêmico (prescritos) seja substituída pela que emerge no espaço real de trabalho (atividade real), marcada no discurso pela palavra “indústria”.

Consoante Maingueneau (2008, p. 71), “São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar o ethos, bem como sua cenografia, por meio dos quais esses conteúdos surgem”. Em vista disso, as constatações realizadas por E1, reveladas nas pistas linguísticas deixadas no discurso, permitiram-nos identificar que o entrevistado (E1) reconhece os conhecimentos recebidos na instituição de ensino, fortalecendo, assim, o ethos do IFC de instituição formadora e competente. Entretanto, como profissional inserido em cenografias que se instituem em momento real de ação, o enunciador (E1) admitiu que os saberes apreendidos na formação sozinhos não dão conta das adversidades encontradas ao realizar as tarefas solicitadas. Ao identificar a necessidade de dialética entre os saberes, o egresso (E1) revelou um ethos de profissional experiente, consciente, conhecedor das variabilidades e microvariabilidades presentes em situações reais de trabalho, ou, nas suas palavras, no “chão de fábrica”, e que exigem a renormalização das normas antecedentes a fim de atender o vazio de normas que se revela na atividade real de trabalho.

A importância da interação entre os saberes constituídos e os saberes investidos no e pelo corpo-si são, da mesma maneira, evidenciados nas verbalizações enunciadas por E2. Segundo Maingueneau (2013, p. 97), “todo discurso, por uma manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o

legítima”. Por conseguinte, mediante a pista linguística “teoria”, identificamos que o protagonista do estudo (E2) recorreu à cena validada pelo espaço educacional. Amparado por essa cena, o egresso (E2) construiu, por meio da verbalização “ver um monte de teoria”, a cenografia em que se encontrava durante a formação acadêmica visando à aquisição dos conhecimentos teóricos necessários para o exercício da profissão. Isso significa que os saberes instituídos na academia e que constituem o primeiro ingrediente de uma competência foram desenvolvidos durante o processo formativo no IFC, o que, conseqüentemente, valida os ethos de instituição formadora e competente evidenciados nos prescritos do PPC para a intuição de ensino.

Porém, o enunciado “uma coisa é você ver” pressupõe que o domínio desse ingrediente de competência não deixa visível sua funcionalidade. Tal assertiva pode ser confirmada pelo relato “mas em algumas vezes não fica bem claro onde você vai aplicar aquela teoria”, em que E2 declarou sua carência de conhecimento em relação à aplicação dos saberes adquiridos durante a formação. Sendo assim, em sua fala, o TST (E2) demonstrou que apenas a extensão protocolar da atividade de trabalho não permite prever a sua aplicabilidade em situação real de ação laboral, corroborando com a assertiva de Schwartz (2003, p. 23) que esse tipo de saber “não pode em caso algum determinar por si só o que vai se passar na atividade de trabalho”.

Então, a falta de domínio sobre as particularidades da atividade de TST, em outras palavras, do segundo ingrediente de uma competência, gerou para o egresso (E2) o que Schwartz e Durrive (2010) consideram uma espécie de dramática do uso de si, dado que o domínio de um ingrediente não supriu a deficiência do outro e isso gerou escolhas, dúvidas e incertezas sobre a aplicabilidade do conteúdo teórico. Assim, enquanto aluno e participante da cenografia instituída na formação profissional (IFC), E2 construiu para si um ethos de aprendiz inseguro, inexperiente, incerto em relação à aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos no curso.

A dramática vivenciada pelo protagonista do estudo (E2), durante o processo formativo, foi, em certa medida, amenizada pela alteração da cena enunciativa. No enunciado “o estágio ‘clareia’ muito a ideia”, identificamos que o egresso (E2) se inscreve em um ambiente que retrata o “estágio”, componente curricular ofertado pelo curso e que oportuniza ao aluno em formação vivenciar a atividade profissional em situação real de trabalho. Dessarte, a cenografia estabelecida no espaço formativo foi substituída pela que emerge em atividade real de trabalho, mais precisamente, no “estágio” curricular. A pista linguística “clareia” denota que, nesse ambiente, ainda

como aluno, o profissional (E2) percebeu a possibilidade de sinergia entre teoria e prática, pois visualizou na concretude da atividade laboral alternativas de aplicabilidade dos conteúdos teóricos apreendidos durante o curso de TST. Com base nessa avaliação, E2, na cenografia instituída pelo estágio, construiu um ethos perceptivo, ativo, desenvolvimento diante de uma situação de atividade laboral, pois demonstrou agir de acordo com o terceiro ingrediente de uma competência, ou seja, a “capacidade e propensão variáveis para ‘estabelecer uma dialética’ ou uma consonância” (SCHWARTZ, 1998, n.p.) entre o primeiro e o segundo ingrediente.

Além disso, nesse espaço enunciativo, o TST entrevistado (E2) mencionou que “tem diferentes tipos de pessoas, de empresas, de comportamentos”, validando os pressupostos apontados por Schwartz e Durrive (2010) sobre a infidelidade do meio. De acordo com esses autores, nada se repete de um dia para outro, de uma atividade para outra, há sempre algo novo que leva o sujeito a participar de distintas cenografias laborais renormalizando aquilo que foi prescrito para a realização da atividade. Essa renormalização é expressa na materialidade linguística “tem várias maneiras de você chegar no mesmo resultado”, em que a singularidade de E2 identificou a variedade de ajustes possíveis para alcançar o desfecho esperado reafirmando o ethos construído.

Assim, o protagonista do estudo (E2) admitiu no seu relato “não pode ficar fechado, no caso, só com aquilo que viu no curso” que o agir no trabalho não se restringe aos conceitos e normas determinadas em desaderência com a atividade. A infidelidade do meio imposta pelas distintas cenografias que se constroem na atividade real exige que operador renormalize as normas antecedentes invocando, mesmo que involuntariamente, seus saberes investidos, o que, segundo Schwartz e Durrive (2015), compõe o quinto ingrediente do agir em competência: o uso singular de si mesmo, em outros termos, o uso do seu corpo-si (SCHWARTZ, 2014). Com base na expressão “É o dia a dia”, identificamos que, conforme o egresso (E2), trabalhar é vivenciar as cenografias que emergem no momento real de ação usando seu corpo-si, suas próprias capacidades para gerir as inconstâncias que surgem em situações reais de atividade laboral. Isso posto, a imagem de si revelada no discurso de E2 expõe um ethos de profissional colaborativo, experiente, seguro, que percebe o trabalho como um destino a ser vivenciado (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010).

A fim de legitimar seu discurso, o enunciador (E2), mediante as pistas linguísticas “fábrica” e “linha de produção”, recorreu a cenas estereotipadas, ou, como dito por Maingueneau (2013), cenas validadas, com as quais o coletivo já mantém

contato e não precisam ser explicadas pelo enunciador. Essas cenas definiram o espaço laboral como lugar ocupado pelo sujeito entrevistado (E2) e serviram como base para construir as cenografias em que múltiplas variabilidades acontecem e o corpo-si é convocado. Apoiado nessas cenas, em seu dizer, o protagonista do estudo (E2) utilizou a palavra “loucuragem” para definir as cenografias instituídas na distância entre o prescrito e o real na atividade de trabalho. Em outras palavras, para o TST (E2), participar dessa situação é vivenciar as dramáticas do uso de si despertas no corre-corre, na pressão, no agito, nas tomadas de decisões constantes e por muitas vezes imediatas que envolve o momento real de ação. Ao completar o enunciado com o dizer “e você não tem noção do que é”, o profissional (E2) deixou implícito que experienciar as cenografias que emergem na “loucuragem” laboral sem dominar o histórico da atividade, sem conhecer as singularidades que se manifestam nas situações reais de ação, é vivenciar a dramática do encontro entre o que se aprende e o que de fato é possível ser realizado, ou seja, um debate entre normas e valores (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). E nisso reside o quarto ingrediente de um agir em competência, o debate de valores ligado a um debate de normas na “relação entre a pessoa e o meio, na qual lhe é demandado agir” (SCHWARTZ, 2010b, p. 213).

Embora o estágio curricular tenha permitido a E2 adentrar na historicidade da atividade de trabalho de um TST, no relato “Eu já tinha uma noção muito boa de empresa, de fábrica. Eu já trabalhei, também, em chão de fábrica e conheço”, o egresso (E2) recorreu, ao mencionar os termos “empresa”, “fábrica” e “chão de fábrica”, a cenas de falas validadas para indicar seu conhecimento sobre as cenografias que se inscrevem em ambientes comuns para a profissão de um TST, construindo, assim, um ethos prévio de trabalhador veterano, experiente, entendido. A expressão “tinha uma noção”, externada na fala do TST (E2), denota suas vivências profissionais desenvolvidas ao longo da vida laboral e que constituem os saberes investidos, os quais, segundo Schwartz (2006), estão enraizados na mente e no corpo do sujeito, mais especificamente no seu corpo-si. O tom dado às materialidades discursivas “Eu já tinha uma noção”, “Eu já trabalhei” e “conheço” evidenciam as experiências de E2 e permite ao enunciador construir no discurso a imagem de um fiador (MAINGUENEAU, 2018) que atesta sua experiência laboral, ou seja, os saberes investidos, legitimando o ethos prévio e construindo um ethos efetivo de profissional experiente, veterano, capacitado, conhecedor dos ambientes de trabalho próprios da profissão de TST.

O domínio desse tipo de saber enraizado no corpo-si favoreceu E2, pois possibilitou estabelecer um diálogo entre os saberes técnicos e os saberes da experiência. Ao expressar “você consegue ir ligando as coisas. O que você viu no curso com alguma situação da vida que você passou”, o protagonista do estudo (E2) demonstrou agir de acordo com o terceiro ingrediente de uma competência, visto que visualizou a possibilidade “de assimilar, ao mesmo tempo, a tarefa e o serviço e a interação entre os dois” (MAILLIOT; DURRIVE, 2015, p. 174).

A habilidade de identificar a dialética entre os saberes, na cenografia construída em atividade real e a possibilidade de renormalização, permitiu ao TST entrevistado (E2) alterar o ethos de dúvida, incerteza e insegurança, construído na formação acadêmica, para um ethos resiliente, seguro, inteligente, qualificado, que possui e aplica os conhecimentos técnicos e é experiente sobre os cenários que se constroem em ação laboral. Cabe ressaltar que alteração da imagem de si realizada pelo profissional (E2) decorreu em razão dos saberes investidos no seu corpo-si, os quais permitiram identificar, na cenografia que se construiu em atividade real de trabalho, formas de aplicabilidade dos saberes instituídos pela academia. Nesse sentido, conforme depoimento de E2, os ethos discursivos, como imagem de si, de profissional qualificado, resiliente, que possui e aplica os conhecimentos técnicos, apontados no PPC da instituição para o sujeito formado, surgiram na ação efetiva do trabalho realizado, ou seja, no uso do corpo-si em que as três dimensões atribuídas ao ethos, evidenciadas por Maingueneau (2020), interagiram significativamente: o trabalhador (categorial) tem afinidades estereotipadas com a compreensão laboral (experencial) e com o ser produtivo/qualificado/capacitado (ideológico).

No excerto selecionado com base nas práticas linguageiras manifestadas por E3, identificamos que a enunciadora (E3) corroborou as afirmações feitas por E1 e E2. No decorrer do seu relato, a TST entrevistada (E3) se posicionou enunciativamente mediante cenas distintas das quais emergiram diferentes ethos discursivos como imagens de si. Nessa perspectiva, depreendemos, com base na narrativa “Então, só lá do curso, não”, que o advérbio de lugar “lá” remete ao local e ao momento de enunciação para a cena que se estabeleceu na instituição de ensino. Esse ambiente é apontado ainda pela pista linguística “curso” marcando a cena de fala validada socialmente e que serviu de apoio para a cenografia construída durante a aquisição dos conhecimentos acadêmicos. Frente a essa cena enunciativa, os advérbios “só” e “não”, expressos por E3, validam o pressuposto ergológico de que

somente os saberes instituídos pela academia não dão conta de atender à atividade de trabalho em sua completude. Tal assertiva ratifica a premissa de Trinquet (2010): o domínio de um saber não supera o outro, pois é preciso reconhecer que sozinho, tanto um saber quanto o outro, é insuficiente para aclarar a realidade laboral em sua totalidade, mas que, em cooperação, podem conduzir a novos saberes, mesmo efêmeros. Trata-se de trazer para a formação acadêmica o que Trinquet (2010, p. 95) considera “a prática dos processos socráticos em duplo sentido, entre os saberes constituídos e os saberes investidos, organizados no seio de um dispositivo dinâmico de três pólos”, o qual tem por objetivo colocar em diálogo a pluridisciplinaridade dialética dos saberes, tanto os eruditos quanto os da experiência, gerando, assim, novos conhecimentos capazes de atender as demandas que surgem em ação real de trabalho.

Depreendemos da fala de E3 que o processo socrático em duplo sentido na cenografia construída na formação acadêmica parece ter ocorrido de maneira insuficiente, visto que a entrevistada (E3) afirmou “que no curso faltou um pouco mais de prática para a gente ver o que é realmente uma exposição”. Ao enunciar o termo técnico “exposição” – utilizado pela SST quando o trabalhador é exposto frequentemente a agentes de risco sejam eles físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentais – a egressa (E3) empregou “um vocabulário específico, que remete a uma terminologia especializada” (MAINGUENEAU, 2013, p. 76), marcando, assim, sua relação com um saber institucional para legitimar seu discurso (AMOSSY, 2018) bem como construir um ethos prévio que remete a ideia de um enunciador qualificado, que possui controle sobre os saberes conceituais.

Todavia, E3 assumiu, com base no relato “Só com o conhecimento do curso não conseguiria dar conta de atender”, que somente o domínio dos saberes conceituais desaderentes às situações de trabalho não asseguram a compreensão do que efetivamente ocorre nas cenografias que se constroem na realidade laboral. A pouquidade de saberes construídos em aderência com a atividade laboral, evidenciada no relato “Não tinha muita vivência...”, levaram a egressa (E3) a vivenciar dramáticas do uso de si, posto que, conforme enuncia em “Me fez falta”, a carência de domínio do histórico da profissão limitou sua atuação, fazendo emergir uma cenografia que evidenciou o seu próprio “vazio de normas” construindo, desse modo, um ethos de uma profissional inexperiente, principiante, novata.

A dramática vivenciada por E3 na cenografia que se revelou em ação laboral como TST pode ser claramente percebida no trecho discursivo “Meu Deus. Eu vou lá e eu não conheço nada. Não sei nada”. No enunciado em questão, notamos que o advérbio de lugar “lá” marca o espaço laboral como lugar de fala. Já a cenografia se estabelece no vazio de normas em situação real de trabalho revelado nas marcas discursivas “não conheço nada. Não sei nada”. Por intermédio dessa situação de fala, o tom dado à expressão “Meu Deus” revela a imagem de um fiador preocupado e desconfortável atestando seu déficit de saberes investidos na ação, o que é identificado também pelo tom investido em “não conheço nada” e “Não sei nada”. Nesse sentido, na cenografia que emergiu da situação real de trabalho, E3 construiu para si a imagem de um TST que experienciou o drama das escolhas, o debate de normas e valores, a dramática do uso do corpo-si (SCHWARTZ, 2014), dito de outro modo, um ethos discursivo, de profissional aflito, nervoso e preocupado.

Com o objetivo de amenizar seu drama, a egressa (E3) demonstrou no relato “Eu via umas fotos, tentava procurar o que era, tentava ver vídeos” seu empenho para adquirir o conhecimento sobre as particularidades da profissão. A determinação descrita no discurso da protagonista do estudo (E3) possibilitou a construção de uma nova cenografia, instituída na busca pelo segundo ingrediente de uma competência: a historicidade que envolve a atuação do profissional TST. Inscrita nessa cenografia, a enunciativa (E3) construiu novos ethos discursivos, como imagem de si, os quais revela um profissional proativo, dedicado, resiliente, aprendiz constante, autônomo intelectual, legitimando os ethos prescritos para os profissionais formados nos documentos do IFC.

Contudo, com os dizeres “mas também não adiantava porque a gente chegava lá e é totalmente diferente. Nenhuma empresa é igual à outra”, E3 retomou a cena enunciativa instaurada pelo espaço laboral marcada pelas pistas discursivas “lá” e “empresa”. Novamente na cenografia que se moldou em situação real de trabalho, a profissional entrevistada (E3) assumiu, com base na materialidade linguística “chegava lá e é totalmente diferente”, que aquilo que se aprende ou se prescreve antes do fazer é, de alguma forma, diferente do que se encontra no momento presente da atividade laboral. Por isso, mesmo que a TST (E3) tenha se empenhado em estudar exemplos em fotos e vídeos para conquistar os saberes investidos, as cenografias instituídas em situação concreta de atividade apresentaram particularidades distintas do que foi antecipado por seus estudos, conforme relatou em “Nenhuma empresa é

igual à outra”. A esse respeito, Duc, Durrive e Duraffourg (2010) chamam atenção para o fato de que na cenografia que emerge da ação real de trabalho haverá sempre uma forma particular de realizar determinada atividade, e é nisso que se define a “[...] dialética do uso de si, ou seja, a maneira singular pela qual os homens e as mulheres fazem uso deles próprios em função deles próprios e daquilo que os outros lhes demandam (DUC; DURRIVE; DURAFFOURG, 2010, p. 70).

Como é possível perceber, E3 reafirmou as considerações realizadas por E1 e E2 posto que os três egressos (E1, E2 e E3) assumiram a fundamental importância do diálogo entre os saberes constituídos na academia e os saberes investidos no corpo-si para a formação do sujeito trabalhador. Embora legitimem adquirir o domínio protocolar da atividade de TST, a falta do histórico da profissão nas cenografias que se constroem nos discursos dos entrevistados desencadeou dúvidas, incertezas, debates com normas e valores individuais e coletivos, “acontecimentos, que quebram os ritmos das sequências habituais, antecipáveis, da vida. Daí a necessidade de reagir, no sentido de: tratar esses acontecimentos, “fazer uso de si” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2008, p. 4-5) de suas próprias capacidades, vivenciando dramáticas do uso do corpo-si (SCHWARTZ, 2014). Nesse cenário, os protagonistas do estudo (E1, E2 e E3) revelaram suas singularidades e, conseqüentemente, as constantes alterações de ethos discursivos, como imagem de si, identificados nas pistas linguísticas deixadas no discurso.

Com o propósito de desenredar as reflexões desenvolvidas até aqui, exibimos no Quadro 7 a súmula analítica da ação investigativa.

Quadro 7 – Síntese ergodiscursiva dos excertos manifestados por E1, E2 e E3 com base nos questionamentos 7, 8 e 9

	CENOGRAFIA	ETHOS DISCURSIVO	COMENTÁRIO
Entrevistado 1	Período de formação profissional: Aquisição de saberes instituídos.	Ethos prévio de profissional, Formado pela academia, Qualificado, Domínio dos conhecimentos técnicos.	A análise ergodiscursiva apontou que em situação de formação a dimensão conceitual sobre o trabalho pode, inicialmente, proporcionar ao sujeito um ethos de profissional formado, qualificado, pronto para exercer a atividade laboral. No entanto, a insuficiência de conhecimento sobre a aplicabilidade dos saberes instituídos na academia bem como sobre o histórico da profissão de TST, em cenografias que emergem da atividade real, podem, da mesma forma, construir a imagem de um enunciador inseguro, inexperiente, não totalmente pronto para exercer a atividade laboral. É possível afirmar que a compreensão dos saberes instituídos ocorreu, efetivamente, nas cenografias que se constroem em atividade real de ação, na mobilização e cooperação entre os saberes conceituais e os herdados pelo corpo-si, garantindo, dessa maneira, o ethos de TST qualificado, experiente, capacitado.
	Cenas validadas/Atividade real de trabalho: Distância entre o prescrito e o real, Mobilização de saberes, Uso de si por si e pelos outros, Vazio de normas, Renormalização.	Qualificado, TST experiente, atuante em condições reais de atividade laboral, reconhecedor da necessidade de interação entre os saberes, consciente e conhecedor das situações reais de trabalho.	
Entrevistado 2	Cena validada/ Espaço Educacional: Período de formação profissional: Aquisição de saberes instituídos Carência de saberes Investidos Dramáticas do uso de si.	Aprendiz inseguro, Inexperiente Incerto em relação à aplicabilidade dos Saberes instituídos.	
	Estágio/Atividade real de trabalho: Mobilização de saberes Renormalização de normas Distância entre o prescrito e o real, Debate de normas e valores Uso do corpo-si.	Perceptivo, ativo, desenvolto, colaborativo, experiente, seguro, ethos prévio de trabalhador veterano, experiente, entendido, ethos efetivo de profissional experiente, veterano, capacitado, conhecedor dos ambientes laborais, resiliente, seguro, inteligente, qualificado.	
Entrevistado 3	Período de formação profissional: Aquisição de saberes instituídos.	Ethos prévio de profissional qualificado, que possui controle sobre os saberes conceituais.	
	Atividade real de trabalho: Carência dos saberes investidos Vazio de normas Debate de normas e valores Dramática do uso do corpo-si.	Inexperiente, principiante, novata, que não possui o domínio sobre os saberes investidos, profissional aflito, nervoso, preocupado.	
	Busca pelo segundo ingrediente de uma competência: a historicidade que envolve a atuação do profissional TST.	Proativo, dedicado, resiliente, aprendiz constante, autônomo intelectual.	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

A súmula apresentada no Quadro 7 nos possibilita observar que a cenografia que emerge da situação de formação na qual o aluno adquire a dimensão conceitual sobre o trabalho pode, inicialmente, conceder ao sujeito um ethos prévio de profissional qualificado, pronto para exercer a atividade laboral. No entanto, a insuficiência de conhecimento sobre a aplicabilidade desses saberes constituídos na academia bem como sobre o histórico da profissão em cenografias que emergem no e do espaço laboral em atividade real de trabalho constroem a imagem de um enunciador não totalmente pronto para exercer a atividade laboral.

Conforme Schwartz (2010b), entre os ingredientes necessários para um agir em competência, está a capacidade do sujeito em articular o protocolar e o singular em uma dada situação de trabalho. Reconhecer e demonstrar a capacidade de mobilização e sinergia entre os saberes eruditos e os da experiência, apontadas no uso do corpo-si, na singularidade biológica e histórica, possibilitou aos protagonistas entrevistados (E1, E2 e E3) renormalizar as prescrições antecipadas e gerir as situações que se manifestaram nas cenografias construídas na e pela situação real de ação revelando, em certa medida, seu perfil trabalhador, ou conforme os preceitos da AD, seu ethos discursivo, como imagem de si.

Na continuidade, apresentamos o terceiro e último bloco de questões que evidenciou a renormalização de normas construída no diálogo entre os saberes, visto que, embora as normas antecedentes sejam fundamentais para estabelecer o modo de fazer, a atividade se concretiza no aqui e agora, no encontro entre o que se prescreve e o que é possível ser realizado. Nesse encontro entre o prescrito e o real, o modo singular fazer de outra forma, ou seja, renormalizar “caracteriza a atividade do trabalhador sob o ângulo vital, aquele das escolhas que um ser humano não cessa de fazer” (DURRIVE, 2011, p. 47). Assim sendo, descrevemos a seguir as questões que compõem o último bloco de análise:

10. Qual é a sua opinião com relação às leis federais, estaduais, municipais, entre outras leis que orientam a sua atividade de trabalho? Elas dão conta de orientar a atividade de trabalho do Técnico em Segurança do Trabalho?
11. Mesmo você tendo realizado uma formação em Técnico em Segurança do Trabalho e essa profissão possuir uma legislação própria que rege a sua atividade, é possível afirmar que existe um vazio de normas, isto é, um vazio de prescrições e a necessidade de renormalização constante na atividade real de trabalho?

12. Você julga importante repensar a formação acadêmica para o trabalho, a partir de um modelo resultante da prática e não desenvolvido para a prática?

Após análise das respostas obtidas, sublinhamos excertos que evidenciaram a gestão de si do profissional TST frente ao mar de normas que envolve a profissão e a inevitável renormalização para o desenvolvimento da sua atividade. Assim, expomos no Quadro 8 as verbalizações selecionadas.

Quadro 8 – Excertos das verbalizações manifestadas pelos entrevistados E1, E2 e E3 – com base nas questões 10, 11 e 12

Entrevistado 1

Tem situações em que você acaba pensando: “Meu Deus, o que eu vou fazer para tentar adequar, para tentar melhorar a situação?”. “O que dá para fazer? O que precisa melhorar?”.

Tem muita norma que dá respaldo, que ajuda nessa tomada de decisão, reformulação, reescrita.

[...] colocar uma foto e apontar os erros, é muito fácil. Porque você já vai pegar uma foto errada, vai pegar uma foto que tem problema. Você já vê o que está e o que não está. Você já conduz aquela resposta. Agora, quando você coloca a pessoa dentro da fábrica, dentro da indústria, você está vivenciando o processo...

[...] conhecimento teórico, que é essencial, tem que ter, tem que existir. Mas, se conseguir puxar, quanto mais, para nossa realidade, mais para fábrica, seriam profissionais muito competentes, muito preparados para o mercado de trabalho.

Entrevistado 2

[...] às vezes, você não vai encontrar exatamente aquela palavra que você procura. Exatamente aquela orientação. Então a gente costuma fazer, onde é possível, por similar.

Mas eu tenho muito receio com aquilo que não está escrito. Aquele questionamento de que todos têm medo: “De onde você tirou?”.

[...] seria interessante ter muitos exemplos práticos de problemas que realmente acontecem nas indústrias. Porque eu senti falta de exemplos de “pepinos”. Porque, na verdade, a gente estuda a norma etc., mas e quando acontecer determinada situação?

Entrevistado 3

Tem algumas coisas que a norma traz que cada um interpreta de uma forma. [...] as empresas, prestadoras de serviço. Cada um entende de um jeito.

Então, eu não sei qual é o requisito para ser professor do IF, mas que fosse uma pessoa que já vivenciou, que sabe o que é realmente. Ou, que, pelo menos, essa pessoa que entrasse, pudesse mostrar para os alunos, na prática, o que é. Porque acho que é uma das coisas que mais falta. Tentar ver quais são as dificuldades para, depois, fazer o curso em cima disso.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

De acordo com Mencacci e Schwartz (2015), antes mesmo que se entre em um determinado local de trabalho nos confrontamos com uma infinidade de normas antecedentes que determinam o que será feito. Elas estão lá, no início do agir, organizando e comandando os modos de fazer, independentemente do sujeito que trabalha. Entretanto, Durrive (2011, p. 49) reitera que “O homem não se deixa totalmente comandar de fora, ele está, ao contrário, numa relação polêmica com o

mundo das normas nas quais se encontra”. Essa relação, por muitas vezes conflituosa, é visivelmente identificada nos relatos expostos no Quadro 8. Em suas práticas languageiras, os protagonistas deste estudo (E1, E2 e E3) expressaram, com base nas escolhas linguístico-discursivas em situações de trabalho, o uso que fazem de si mesmos e a “a capacidade de se mover dentro de um universo de normas” (DURRIVE, 2011, p. 49).

À vista disso, e considerando que “o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar” (MAINGUENEAU, 2014, p. 123), identificamos no depoimento externado por E1 “Tem situações em que você acaba pensando” que o profissional (E1), ao ser questionado sobre as normas que regem a profissão de TST, fez menção às cenografias que emergem no e do espaço laboral. Considerando essas situações de enunciação, o egresso (E1), por meio do pronome “você”, convidou o leitor a participar do seu ambiente de atividade e visualizar a constante necessidade de renormalização frente à grande variedade de normas que conduzem a profissão.

Nessa perspectiva, observamos que na materialidade linguística “Meu Deus, o que eu vou fazer para tentar adequar, para tentar melhorar a situação?” que o protagonista do estudo (E1) utilizou o pronome “eu” para se posicionar no espaço laboral, seu lugar de fala. Nesse ambiente enunciativo, as pistas linguísticas “adequar” e “melhorar” proferidas por E1 indicaram que, em situações reais de atividade, o TST é levado a ajustar as prescrições antecipadas a fim de gerir as demandas impostas pelo fazer laboral. As indagações “O que dá para fazer?” e “O que precisa melhorar?” realizadas pelo egresso (E1) evidenciaram um esforço em interpretar as normas que antecedem e orientam o fazer laboral – entre as quais se encontram os saberes acadêmicos adquiridos no IFC, as leis federais, estaduais, municipais, entre outras leis que orientam a atividade de trabalho de um TST – a fim de renormalizá-las.

Torna-se pertinente considerar que a renormalização, imposta pela cenografia que emerge da atividade real de trabalho, requer discutir, analisar e escolher os caminhos a serem tomados. Sendo assim, essa ação resulta em um debate que envolve diversos fatores, entre eles o que foi determinado antecipadamente ao fazer laboral, a singularidade do ser humano que trabalha, o encontro com as cenografias que se constroem no contexto de trabalho e os valores envolvidos nesse encontro, sejam eles individuais ou coletivos. Em outros termos, um inevitável agir de acordo

com o quarto ingrediente de uma competência: o debate de normas e valores (MAILLIOT; DURRIVE, 2015).

Nessa perspectiva, se voltarmos novamente nosso olhar para as indagações “Meu Deus, o que eu vou fazer para tentar adequar, para tentar melhorar a situação?”, “O que dá para fazer? O que precisa melhorar?”, realizadas por E1, identificamos que o debate de normas e valores se manifestou ainda nessas verbalizações. Nelas, o profissional (E1) revelou sua angústia em buscar soluções que atendessem tanto a norma imposta quanto a cenografia que se moldou na atividade de trabalho em tempo real. Ao vivenciar essa angústia, o enunciador (E1) experienciou “dramáticas do uso de um corpo-si (remetendo ‘dramática’ à necessidade contínua de travar debates com normas)” (SCHWARTZ, 2014, p. 259), posto que, para encontrar as respostas adequadas, a sua singularidade foi convocada, em outras palavras, suas próprias normas desenvolvidas nas suas experiências de vida e de trabalho e “É preciso arbitrar entre as arbitragens” (MENCACCI; SCHWARTZ, 2015, p. 37), é preciso escolher uma resposta, e isso, por si só, já se configura em uma espécie de drama.

Diante disso, somos levados a criar a imagem representativa do TST entrevistado (E1) nas cenografias que se construíram no espaço laboral no momento concreto de ação. O tom angustiado, aflito e preocupado dado aos questionamentos “Meu Deus, o que eu vou fazer para tentar adequar, para tentar melhorar a situação?”, “O que dá para fazer? O que precisa melhorar?” possibilita que se construa uma representação do corpo-si de E1, fazendo surgir uma instância subjetiva que atua enquanto fiador do que é dito (MAINGUENEAU, 2013). Nesse sentido, mediante as situações de enunciação que se estabeleceram na atividade real de trabalho, o egresso (E1) construiu um ethos discursivo, como imagem de si, de profissional aflito, ansioso, preocupado em atender tanto a atividade em momento real de ação quanto as normas que regem essa atividade. Simultaneamente a esse ethos, emerge um ethos de trabalhador racional, consciente em relação às renormalizações necessárias no agir laboral.

Convém destacar que renormalizar não significa ignorar a norma, mas suprir o vazio deixado por ela, melhor dito, ajustá-la à situação presente (MENCACCI; SCHWARTZ, 2015). No relato “Tem muita norma que dá respaldo, que ajuda nessa tomada de decisão, reformulação, reescrita”, o egresso (E1) expressou que as prescrições realizadas antecipadamente são, por muitas vezes, a base para direcionar as escolhas, a “tomada de decisão”, a “reformulação”, a “reescrita”, enfim, a

renormalização diante do que não foi antecipado (MENCACCI; SCHWARTZ, 2015). As considerações de E1 sobre a necessidade de interpretação e adequação da norma antecedente, com a finalidade de atender as cenografias que se manifestam em atividade real de trabalho, revelou seu ethos discursivo de profissional capacitado, autônomo, intelectual, flexível no trabalho, resiliente, produtor de melhorias, corroborando, assim, com os ethos antevistos pelos documentos do IFC para o aluno formado e em atividade laboral como TST.

O questionamento sobre repensar a formação acadêmica para o trabalho, a partir de um modelo resultante da prática e não desenvolvido para a prática, direciona o discurso do entrevistado para uma nova cena de enunciação: a que se molda no espaço formativo (IFC). Nesse ambiente, com base no relato “colocar uma foto e apontar os erros, é muito fácil. Você já vê o que está e o que não está. Você já conduz aquela resposta”, E1 demonstrou percepção sobre as cenografias que se revelam na distância entre o prescrito e o real. Segundo o egresso (E1), a “foto”, selecionada para fins de estudo e análise durante a situação de formação, prescreve e aponta as irregularidades, bem como as escolhas a se fazer, contribuindo para a aprendizagem, contudo não alerta em relação às situações que serão encontradas no espaço laboral em tempo real de atividade.

No enunciado “Agora, quando você coloca a pessoa dentro da fábrica, dentro da indústria”, E1 recorreu a cenas de falas validadas com intenção de advertir sobre o que realmente ocorre na ação laboral e que não é antecipado ou identificado nas “fotos” utilizadas como exemplos na formação. As pistas discursivas “fábrica” e “indústria” indicam as cenas validadas, pois já estão estabelecidas no imaginário social (MAINGUENEAU, 2008) como lugares de atividade profissional coletiva em que a concretude de trabalho acontece. Conforme afirmou o egresso (E1), quem está inserido nesses locais “está vivenciando o processo...”, ou seja, experienciando a atividade real de trabalho. Dessarte, as cenas validadas e a identificação de E1 quanto à distância entre o que se prescreve na formação e o que ocorre em atividade real possibilitaram a construção de um ethos de profissional experiente, entendido, com conhecimento sobre o processo produtivo e suas particularidades.

Mesmo que E1 tenha evidenciado a distância que existe entre a formação acadêmica e a atividade real de trabalho, na materialidade linguística “conhecimento teórico, que é essencial, tem que ter, tem que existir”, o TST entrevistado (E1) reconheceu a significativa relevância do primeiro ingrediente de uma competência, ou

seja, o patrimônio conceitual sobre a atividade. Todavia, no relato “se conseguir puxar, quanto mais, para nossa realidade, mais para fábrica, seriam profissionais muito competentes, muito preparados para o mercado de trabalho”, o egresso (E1) destacou a importância de se considerar as cenografias que se instituem em atividade real e o quanto o diálogo entre o primeiro ingrediente – o domínio sobre a face epistêmica, protocolar relacionados à tarefa a cumprir – e o segundo ingrediente – o relativo domínio sobre o histórico da atividade – do agir em competência, isto é, entre a face protocolar e face histórica, podem contribuir para a formação de profissionais mais capacitados. A percepção de E1 em relação ao terceiro ingrediente de uma competência – a necessária sinergia entre teoria e prática – durante a formação técnica, reafirma seu ethos experiente, entendido, conhecedor sobre o contexto laboral.

Ao considerarmos as práticas linguageiras sobre o trabalho manifestadas por E2, identificamos que este reafirmou as considerações de E1 sobre as cenografias que se instauram no espaço laboral em atividade real de trabalho. O discurso proferido pelo profissional (E2) “implica uma certa situação de enunciação”, ou seja, uma cenografia, a qual apresenta “um lugar e um momento da enunciação que valida a própria instância que permite sua existência” (MAINGUENEAU, 2008, p. 51). Por conseguinte, no enunciado “às vezes, você não vai encontrar exatamente aquela palavra que você procura. Exatamente aquela orientação”, E2, instigado em falar sobre o trabalho, registrou a insuficiência da norma, ou melhor, o “vazio de normas” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 190) identificado no espaço laboral (lugar) em situação real de atividade (momento). Assim, a cenografia que se depreende do discurso do profissional (E2) comprova os pressupostos ergonômicos bem como ergológicos sobre a distância entre o trabalho prescrito e o real.

Em vista disso, E2, objetivando ajustar a norma antecedente e adaptá-la à cenografia que se configurou em momento concreto de ação, demonstrou nos dizeres “Então a gente costuma fazer, onde é possível, por similar” que busca renormalizar, isto é, negociar a norma que lhe é imposta, configurando-a a partir de outras normas antecedentes. A renormalização realizada pelo egresso (E2) demonstrou a apropriação do quinto ingrediente do agir em competência, a mobilização de si mesmo, do seu corpo-si (SCHWARTZ, 2014), das suas próprias estratégias, seus recursos, suas “qualidades pessoais tais como saberes-fazer, seus valores, seus afetos, seu julgamento, etc.” (NOUROUDINE, 2004, p. 60). O pronome “a gente”, que

foi utilizado pelo TST entrevistado (E2), expressa uma ideia coletiva demonstrando que o uso do corpo-si na renormalização envolve também o uso de si pelos outros, os quais estão, de uma forma ou de outra, ligados à atividade de trabalho e que, por possuírem suas próprias normas, interferem nas escolhas feitas pelo sujeito trabalhador. Schwartz (2010b) afirma que convocar os outros é reconhecer e valorizar o papel dos demais protagonistas da atividade atuando conforme o sexto ingrediente de uma competência: a capacidade do indivíduo de se relacionar e tomar decisões envolvendo os outros com quem trabalha, tendo em vista a realização da atividade.

Logo, na cenografia que se constituiu na atividade real de trabalho, a imagem que E2 constrói para si no discurso revela um ethos de profissional capacitado, resiliente, flexível, qualificado, produtor de melhorias, confirmando os ethos prescritos pelo PPC da instituição formadora (IFC) para o aluno formado. Além disso, ao demonstrar envolver o coletivo de trabalho fazendo uso de si pelos outros na renormalização das normas antecedentes, o egresso (E2) fez emergir a imagem de um fiador que desvelou agir de acordo com o sexto ingrediente do agir em competência: a aptidão de trabalhar em equipe (SCHWARTZ, 2010b). Cabe destacar que no “instante em que se fala, aparece, transparece, emerge de si, uma parte do que se é através do que se diz” (CHARAUDEAU, 2012, p. 72). E2, então, por meio das suas escolhas linguísticas, construiu um ethos discursivo, como imagem de si, de profissional flexível, cooperativo, que promove e pratica o trabalho em equipe.

Entretanto, na medida em que o trabalhador (E2) buscou preencher as lacunas em decorrência da deficiência ou vazio de normas (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b), ele foi convocado e se convocou a agir, fazendo escolhas que envolveram a si mesmo e o coletivo de trabalho. Segundo Durrive (2011, p. 49), “o agir nos obriga a escolher: impossível passar aos atos mantendo duas hipóteses” e isso nos leva a um debate de normas e valores entre o ser singular e o meio laboral.

Concerne lembrar que a atividade de um TST é regida pelas NRs, as quais fundamentam e aparam as ações do profissional e servem como argumento para garantir que todos os envolvidos na atividade atendam às normas de prevenção quanto à saúde e à segurança no trabalho. Contudo, Schwartz (2014) assevera que a total subordinação do trabalhador à norma torna-se impossível e invivível e nisso reside a “necessidade de nos proporcionarmos normas parciais, reajustadas no instante do agir, para lidar com ‘a’ situação” (SCHWARTZ, 2014, p. 264). Por isso, nesse agir, atravessado por escolhas, debates e renormalizações, o sujeito vivencia

a dramática do uso de si apontada por Schwartz e Durrive (2010, 2015). No enunciado “Mas eu tenho muito receio com aquilo que não está escrito”, o entrevistado (E2) expressou sua apreensão, sua angústia, seu “receio” em renormalizar e precisar lidar com as consequências de suas escolhas, pois a renormalização, resultante da deficiência ou falta de orientação, coloca-o em uma situação de escolha entre a base prescritiva (NRs), a qual lhe dá segurança e respalda suas ações, e as demandas impostas pelo agir. Como efeito, o TST (E2) expôs, por meio do tom dado ao discurso, a imagem de um fiador que vivencia diariamente – conforme sugere o verbo ter (“tenho”) no presente – a dramática do uso de si, experienciada no debate de normas e valores que se instaura na cenografia construída em situação real de atividade.

Ademais, a dramática do uso de si preconizada por Schwartz e Durrive (2010, 2015) é visivelmente relatada por E2 nos dizeres “Aquele questionamento de que todos têm medo: ‘De onde você tirou?’”. Embora a cena englobante (discurso laboral) e a cena genérica (relato) definam o espaço cênico de fundo, não é com ele que nos deparamos diretamente, mas, sim, com uma cenografia a qual supõe uma situação de fala que é validada progressivamente por meio da própria enunciação (MAINGUENEAU, 2013). Assim, a palavra “medo” expôs o quadro cênico em que a preocupação “de falhar, criar dificuldades novas, de desagradar...” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010b, p. 191) se instituiu, e a situação de enunciação revelou a dramática do uso de si vivenciada pelo egresso (E2), bem como seu ethos incerto, inseguro e apreensivo em relação às suas escolhas. Vale destacar que a dramática do uso de si se estabeleceu também no uso de si pelos outros, visto que o “medo” deve-se à apreensão, insegurança em ser questionado pelos outros protagonistas do trabalho sobre suas decisões e renormalizações.

Essas dramáticas refletem as distintas cenografias construídas em atividade real de trabalho, as quais apresentaram particularidades até então desconhecidas por E2. Ao refletir sobre sua formação acadêmica e transferir seu discurso para a cena que se constituiu no contexto educacional, o TST entrevistado (E2) julgou que “seria interessante ter muitos exemplos práticos de problemas que realmente acontecem nas indústrias”. Por conseguinte, entendemos que, na visão do egresso (E2), a interação entre os saberes constituídos e investidos deveria ser utilizada como uma estratégia mais significativa durante o processo formativo. Para enfatizar essa afirmação, o profissional (E2) utilizou o vocábulo “indústria” como cena de fala validada, fazendo surgir no imaginário do leitor/pesquisador situações próprias desse

meio laboral. O enunciado “problemas que realmente acontecem” marca as cenografias variadas que surgem em momento real de ação. Ao manifestar “eu senti falta de exemplos, de ‘pepinos’”, E2 expressou que, durante o processo formativo, sentiu falta de vivenciar outras situações, as que se mostram no fazer laboral em meio às invariabilidades não antevistas pela academia. O termo popular “pepinos”, mencionado no discurso, apontou contratempos, dificuldades possíveis de serem encontradas nas cenografias que se constroem em atividade real de trabalho.

Por fim, o enunciado “na verdade, a gente estuda a norma etc., mas e quando acontecer determinada situação?” confirmou a aquisição da dimensão conceitual durante o processo formativo, porém a conjunção adversativa “mas” impôs certa dúvida, uma insegurança quanto às possíveis cenografias em atividade real de trabalho, as quais são impossíveis de serem antevistas na formação. A apreensão de E2 em relação às situações não previstas corrobora os pressupostos ergológicos sobre o prescrito e o real (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, 2015), posto que a norma antecedente é incapaz de prever que “O meio é ‘infel’ à ideia de que se faz dele: em outros termos, ele se submete a mudanças permanentes” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2018, p. 22). Isso significa que na cenografia que se estabeleceu durante a obtenção protocolar da profissão o egresso (E2), enquanto aluno, revelou um ethos de insegurança, dúvida, incerteza, demonstrando não estar totalmente pronto para a atividade de trabalho, posto que somente a aquisição dos conceitos e normas que regem o fazer são insuficientes para atingir os objetivos esperados.

Das respostas obtidas de E3, quando questionada sobre as normas que regem a atividade de trabalho de um TST, destacamos recortes discursivos que apontam a percepção da profissional sobre a singularidade com que essas prescrições são renormalizadas em situações reais de ação na cena enunciativa determinada pelo espaço laboral. Nesse sentido, no discurso “Tem algumas coisas que a norma traz que cada um interpreta de uma forma”, a egressa (E3) traduziu a cenografia que se molda na postura particular com que o sujeito produtor interpreta, assimila e faz da norma a sua própria norma. Segundo Durraffourg, Duc e Durrive (2010, p. 71), “quanto mais as pessoas têm um ofício, mais vemos aparecer um ‘eu’ afirmado, que distingue minha maneira de fazer daquela de meu colega”.

À vista disso, nos dizeres da profissional entrevistada (E3) “cada um interpreta de uma forma”, averiguamos que a renormalização não ocorre única e exclusivamente da cenografia que se estabelece no vazio de normas, mas também da interpretação

realizada pelo sujeito que coloca a norma em ação em um determinado meio de trabalho, pois “Todo ato, mesmo que mais simples, é, num primeiro momento, um uso de si por si-mesmo e este uso é sempre absolutamente singular” (DURRAFFOURG; DUC; DURRIVE, 2010, p. 69).

Nessa perspectiva, a interpretação ou reinterpretação, a qual se referiu E3, advém da maneira singular com que cada trabalhador faz uso do seu corpo-si, em outras palavras, o uso de “Um corpo, com base biológica, claro, mas também um corpo histórico, ‘nosso’ corpo, instruído, ‘usinado’, disciplinado, pela nossa história pessoal e histórica” (SCHERER *et al.*, 2022, p. 4).

Cabe sublinhar que conforme destacou a profissional (E3), em “Não é que cada um faz um documento”, não significa chegar a um resultado diferente daquilo que foi demandado, mas ajustar a norma com base no que o operador acredita ser o mais adequado para a situação, em outros termos, reorganizar o meio de trabalho de acordo com a sua percepção de como deveria ser o universo que o cerca (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010a). No relato “faz como acha que deve ser”, E3 reconheceu a singularidade do sujeito que trabalha e que usa seu próprio conhecimento, desenvolvido em outras renormalizações, em outras vivências e que “trazem saberes e valores conscientes, conceitualizados, bem como saberes e valores disseminados dentro do nosso corpo industrial” (SCHERER *et al.*, 2022, p. 4).

O enunciado “Às vezes, cada uma interpreta de uma forma (as empresas, prestadoras de serviço)” definiu a cena enunciativa marcada pelo espaço laboral, bem como a maneira particular com que as ações são realizadas por diferentes pessoas ou setores. Então, a cenografia que emergiu do discurso de E3 revelou o reconhecimento da enunciativa (E3) em relação ao uso de si por si realizado pelo trabalhador em momento real de ação, permitindo assim a construção de um ethos discursivo, como imagem de si de profissional que respeita as diferentes opiniões em situação laboral, condescendente, tolerante, compreensiva, flexível, esse último consoante ao ethos identificado no PPC da instituição formadora (IFC).

Cabe lembrar que, de acordo com Durrive (2011), a norma antecedente se caracteriza justamente por não considerar as cenografias que surgem em momento real de ação, tampouco a singularidade do sujeito que é convocado a agir nessas situações, e entre essas normas antevistas à situação de trabalho estão as que são determinadas pelo processo formativo. Nos dizeres “Então, eu não sei qual é o requisito para ser professor do IF, mas que fosse uma pessoa que já vivenciou, que

sabe o que é realmente”, E3 mencionou o Instituto Federal (IF) e estabeleceu o espaço formativo como cena de enunciação. Nesse ambiente de formação, a egressa (E3) evidenciou a fundamental importância de o formador reter o conhecimento sobre o segundo ingrediente de uma competência: a dimensão singular da situação de atividade.

A marca discursiva “alunos” presente no enunciado “mostrar para os alunos, na prática, o que é”, externado pela enunciativa (E3), fez emergir a cenografia que se estabelece na sala de aula, ou seja, na aquisição dos conhecimentos necessários para a profissão. Mediante esse quadro, E3 reiterou a necessidade de os formadores trazerem para estudo situações que manifestem as possíveis adversidades encontradas na situação laboral. Na materialidade linguística “é uma das coisas que mais falta”, identificamos que, segundo a egressa (E3), a apropriação do patrimônio histórico sobre a atividade de trabalho de uma TST, durante o processo formativo, não é devesas suficiente. Essa assertiva corrobora os ethos construídos pela profissional (E3) e apontados nos Quadros 5 e 7: um ethos inseguro e inexperiente quanto às variabilidades encontradas em situação real de atividade, dado a falta, durante a formação, de aprofundamento e desenvolvimento tanto do segundo quanto do terceiro ingrediente de uma competência, ou seja, tanto do domínio singular da situação de trabalho quanto da capacidade de articular a dimensão protocolar e dimensão singular de cada situação (SCHWARTZ, 2010b).

Posto isso, E3, com base no relato “Tentar ver quais são as dificuldades para, depois, fazer o curso em cima disso”, manifestou compreender que o planejamento de uma formação profissional, marcada no discurso pela palavra “curso”, deveria ser pensada após a análise e consciência das “dificuldades” encontradas em atividade real de trabalho, conforme o dizer da egressa (E3). Consoante Durrive (2011, p. 59), “Uma situação de trabalho bem compreendida é uma situação que se pode racionalizar, transpor, simular”, o que poderia proporcionar uma possível redução do vazio de normas enfrentado pelo trabalhador e decisões talvez menos “dramáticas” no ato de renormalizar. Logo, a afirmação realizada pela egressa (E3) torna-se pertinente, visto que possibilita o conhecimento e análise das possíveis cenografias que se moldam em ação real, no decorrer do processo formativo, e permitirá que o aluno encontre, conforme ressalta Durrive (2011, p. 59) ao citar Pierre Pastré (2006), “caminhos de seu controle, o que é o objetivo de uma formação profissional”.

Por meio do seu dizer frente ao questionamento sobre uma formação técnica embasada em situações de prática laboral e da sua maneira em dizê-lo, E3 construiu para si um ethos alicerçado nas três dimensões apontadas por Maingueneau (2020): o TST entrevistado (categorial), que apresenta bom senso, criticidade, avaliador do processo formativo (experiential) e que se posiciona como profissional experiente e capacitado (ideológico). Assim sendo, esse último mostra-se como ethos dominante, pois demonstra um fiador que almeja ser visto dessa forma socialmente, dado que o ethos é uma noção discursiva da qual, “por meio da enunciação, revela-se a personalidade do enunciador” (MAINGUENEAU, 2013, p. 107).

Por fim, no Quadro 9, para melhor identificação das cenografias e dos ethos discursivos construídos nos depoimentos dos entrevistados E1, E2 e E3, expomos a síntese ergodiscursiva desse processo analítico.

Quadro 9 – Síntese ergodiscursiva dos excertos manifestados por E1, E2 e E3 com base nos questionamentos 10, 11 e 12

	CENOGRAFIA	ETHOS	COMENTÁRIO
Entrevistado 1	Espaço laboral: Atividade real de trabalho Vazio de normas Renormalização das normas antecedentes Debate de normas e valores Dramáticas do uso de si.	Profissional aflito, ansioso, preocupado, trabalhador racional, consciente em relação às renormalizações necessárias no agir laboral Profissional capacitado Autônomo intelectual Flexível Resiliente, produtor de melhorias.	Embora a cena de enunciação determinada no e pelo espaço formativo permita a aquisição das normas antecedentes que regem a profissão do TST, as pistas discursivas manifestadas nos relatos dos entrevistados revelam demandas específicas do espaço laboral as quais constroem cenografias suscetíveis à renormalização e à construção de diferentes ethos discursivos. O que se vê são profissionais formados que vivenciam o drama das escolhas gerado no debate de normas e valores não antevistos pela formação acadêmica e que reconhecem a necessária articulação entre teoria e prática.
	Espaço educacional: Aquisição dos saberes instituídos Cenas validadas que evidenciam a distância entre o que se prescreve na formação e a atividade real de trabalho.	Profissional experiente, entendido, com conhecimento sobre o processo produtivo e suas particularidades.	
Entrevistado 2	Espaço laboral: Atividade real de trabalho Vazio de normas Renormalização das normas Uso de si por si e pelos outros Debate de normas e valores Dramáticas do uso de si por si e pelos outros.	Profissional capacitado, resiliente, flexível, qualificado, produtor de melhorias, cooperativo, que promove e pratica o trabalho em equipe, ethos incerto, inseguro e apreensivo em relação às suas escolhas.	

	Contexto educacional Necessidade de dialética entre os saberes Vazio de normas.	Ethos de insegurança, dúvida, incerteza, demonstrando não estar totalmente pronto para a atividade de trabalho.	
Entrevistada 3	Espaço laboral: Renormalização/reinterpretação de normas Uso de si por si Atividade real de trabalho.	Profissional que respeita as diferentes opiniões em situação laboral, condescendente, tolerante, compreensiva, flexível.	
	Espaço formativo Aquisição dos conhecimentos necessários para a profissão.	Inseguro e inexperiente quanto às variabilidades encontradas em situação real de atividade. Ethos alicerçado nas três dimensões apontadas por Maingueneau (2020): o TST entrevistado (categorial), que apresenta bom senso, criticidade, avaliador do processo formativo (experiential) e que se posiciona como profissional experiente e capacitado (ideológico).	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

De maneira breve, o Quadro 9 nos possibilita identificar as constantes alterações de cenografias e ethos discursivos construídos pelos protagonistas do estudo. Mesmo que as normas antecedentes – tanto as adquiridas na formação quanto as estabelecidas no âmbito profissional – estabeleçam os modos de fazer, elas não conseguem prever as invariabilidades que se manifestam nas diferentes cenografias que emergem no momento real de ação laboral. Sendo assim, os sujeitos envolvidos na pesquisa manifestaram agir tanto de forma intelectual quando não intelectual, fazendo uso de si por si e pelos outros, vivenciando o drama das escolhas em meio ao debate de normas e valores, o que leva a uma alteração constante do ethos discursivo, como imagem de si.

Esse último bloco encerra a análise das práticas languageiras sobre o trabalho manifestadas pelos TSTs entrevistados. As análises aqui relatadas exigiram investigação, compreensão e reflexão sobre o fazer profissional e o uso de si realizado pelos egressos do curso TST ofertado pelo IFC, frente às cenografias que emergiram nos/dos distintos lugares em que se posicionaram no discurso. Identificamos, desse

modo, a necessidade de desenvolver uma seção desta tese para expor nossas considerações acerca dos resultados obtidos na ação investigativa. Assim, com esse propósito, expomos no texto que segue os desfechos identificados no processo analítico.

6.3 DESFECHOS ANALÍTICOS

A linguagem enquanto ação e resultado da subjetividade humana é o principal instrumento na constituição da história, pois permite transcender experiências e moldar as relações sociais de vida e de trabalho. Por isso, não há como dissociá-la da atividade laboral, posto que é por meio dela que os operadores dialogam, expressam suas opiniões, difundem seus saberes, obtêm conhecimento e se constituem histórica e socialmente como ser humano.

Nessa perspectiva, o estudo ora desenvolvido aludiu ao encadeamento da linguagem e do trabalho e o fez por meio da abordagem ergológica e das conjecturas determinadas pela análise do discurso, sobretudo, as noções de cenografia e ethos discursivo, como imagem de si. Fundamentados por essas bases teóricas, e dispondo de rica materialidade linguística adquirida por meio de entrevistas semiestruturadas, buscamos notabilizar o ethos discursivo, como imagem de si, construído por profissionais TSTs formados pelo IFC em situações de atividade real de trabalho.

Para tanto, foi preciso, inicialmente, compreender algumas das prescrições determinadas pelo PPC do curso técnico e da instituição em foco, as quais determinam no e pelo discurso não somente o saber instituído nas regras, normas e instruções pensadas antecipadamente ao fazer, mas também o ethos discursivo, como imagem de si, do futuro profissional formado.

Isso posto, com base nas análises realizadas dos excertos selecionados do PPC – Perfil do Egresso, Objetivo Geral e Disciplinas Acadêmicas (Quadro 2) – constatamos que a cenografia que se depreende dos discursos apoia-se em uma cena validada instituindo o espaço formativo como lugar de fala. Mediante essa situação de enunciação, os discursos manifestam a sistematização e a organização dos saberes instituídos nos livros, nos conceitos, nas leis e normas pensadas e repassadas antecipadamente à atuação profissional do TST formado. Dessa forma, enquanto enunciador, o IFC deixou emergir um ethos pré-discursivo de instituição formadora,

organizada, que planeja pedagogicamente o processo formativo. Essa imagem é confirmada no decorrer do processo investigativo, em que marcas linguísticas deixadas na enunciação denotam uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser do IFC, conferindo à instituição um ethos efetivo (dito e mostrado) de competente e comprometida com o aluno.

Com a intenção de fortalecer a imagem de si construída no discurso, a instituição (IFC) busca estabelecer, por meio da enunciação, uma relação com o interlocutor. Para tanto, altera o seu lugar de fala determinando no discurso o espaço de trabalho como cena enunciativa. Nesse ambiente, o IFC constrói, antecipadamente, distintos ethos discursivos, como imagens de si, para o egresso formado, os quais preveem um profissional capacitado, autônomo intelectual, flexível no trabalho, resiliente, aprendiz constante, cidadão responsável, agente social, ambientalista, TST qualificado, que possui e aplica os conhecimentos técnicos, produtor de melhorias, preocupado com a qualidade de vida, com a prevenção de acidentes e doenças laborais e reconhecedor do valor humano. Ou seja, ethos que demonstram a excelência profissional do sujeito que aderir ao curso de TST nesse ambiente formativo (IFC) e que instigam o coenunciador a eleger o IFC como local de formação do ensino técnico em TST.

Contudo, as imagens de si da instituição e do profissional formado, construídas pelas prescrições (PPC), aparentam se embasar apenas nos saberes instituídos pela formação acadêmica, os quais não conseguem prever bem como controlar o que efetivamente acontece em uma determinada situação real de trabalho e tampouco uso de si realizado pelo protagonista da atividade laboral. Segundo os preceitos ergológicos, as prescrições antevistas podem ser insuficientes para atender às cenografias que se revelam no momento real de ação, e nessa distância entre o que se prescreve e o que realmente se faz reside a parte invisível, enigmática de toda a atividade industrial. De acordo com a ergologia, em uma determinada situação laboral surge sempre algo novo que leva o sujeito a fazer escolhas, a mobilizar saberes e renormalizar aquilo que lhe foi prescrito a fim de suprir o vazio de normas, remetendo-o a um debate de normas e valores, ou, melhor dito, a um confronto entre o que é previsto – normas antecedentes – e um empenho singular em ajustá-las à situação presente – levando-o a vivenciar o que a ergologia de Schwartz (2014) caracteriza como dramáticas do uso de um corpo-si.

Esse uso dramático do corpo-si poderá enfraquecer ou, por muitas vezes, até mesmo anular o ethos idealizado pela instituição para o TST formado, dado que a cenografia instaurada pelas condições reais de trabalho apresenta variabilidades não previstas nas normas que regem a atividade e nem mesmo na formação técnica, alterando, desse modo, a cenografia instituída pelo IFC e, conseqüentemente, os distintos ethos previstos para o profissional nos documentos que regem a formação.

Isso significa que, mesmo que o aluno formado pelo IFC apresente o ethos previsto para obtenção do diploma, nas situações reais de trabalho a cenografia será instituída não somente por um determinado espaço laboral, mas por tudo o que nele se insere no momento real do fazer. Nesse contexto de ação, as arbitragens não antecipáveis pelo PPC podem dificultar as escolhas e desencadear dramáticas do uso do corpo-si capazes de invalidar o ethos prescrito para o aluno formado e, simultaneamente, enfraquecer o ethos discursivo revelado pelo PPC para a instituição de ensino.

Com a finalidade de comprovar essas considerações, buscamos no dizer dos protagonistas do estudo pistas linguísticas-discursivas que evidenciem as cenografias que se manifestam em atividade real de trabalho e que comprovam o uso singular, ou seja, o uso do corpo-si realizado pelos egressos envolvidos na investigação.

Identificamos, pois, com base nas análises dos excertos selecionados das entrevistas e apontados nos Quadro 4, 6 e 8, que ao determinar o espaço laboral como lugar e o início da carreira profissional como momento de enunciação tanto E1 quanto E2 e E3 construíram em seu discurso cenografias que manifestaram a distância existente entre o que se prescreve durante a formação e o que de fato ocorre em uma situação real de atividade.

Além disso, nas cenografias que emergiram no/do espaço formativo, os protagonistas do estudo demonstraram possuir domínio sobre os saberes constituídos, exigidos para obtenção do diploma acadêmico e reconheceram a relevância do patrimônio conceitual no que tange determinar e orientar os modos de fazer. Contudo, nas cenografias que se depreenderam no/do espaço laboral, suas ações, enquanto profissionais em atuação, foram limitadas pela carência de saberes investidos os quais se produzem no fazer laboral bem como pelas adversidades encontradas na atividade real de trabalho. Tais situações levaram à construção de ethos discursivos, como imagem de si, de profissionais inexperientes, ansiosos, preocupados, subordinados, dependentes, novatos, iniciantes, inseguros, incertos em

relação à aplicabilidade dos saberes instituídos, que não possuíam o domínio sobre os saberes investidos, aflitos, nervosos, apreensivos em relação às suas escolhas e não totalmente prontos para exercer a atividade como TSTs. Ou seja, ethos divergentes dos que foram construídos e antecipados pelos prescritos da instituição de ensino, visto que o domínio de um saber não supriu a falta de outro impossibilitando, inicialmente, o efetivo agir em competência.

No entanto, identificamos, durante o percurso analítico, marcas discursivas que alteram o momento de enunciação possibilitando que as cenografias que se instituíram no período inicial da carreira, após a formação, fossem alteradas para as que se moldaram no momento em que as entrevistas foram realizadas. Nesse espaço de tempo, com o objetivo de suprir a distância entre o prescrito e o real, os TSTs entrevistados experienciaram diferentes situações laborais que evidenciaram o vazio de normas, a renormalização das normas antecedentes, o debate de normas e valores, bem como as dramáticas de si por si e pelos outros e que exigiram a mobilização e cooperação entre os saberes acadêmicos e os saberes das experiências de trabalho, produzindo saberes inéditos e capazes de atender às demandas impostas pela atividade real de trabalho.

A produção desses novos saberes possibilitou aos protagonistas do estudo construir ethos discursivos que evidenciaram a imagem de si de profissionais confiantes, autônomos, preocupados com a segurança, aprendizes constantes, resilientes, flexíveis, confiantes, capacitados, seguros, formados pela academia, qualificados, TSTs experientes, conhecedores e atuantes em condições reais de atividade laboral, reconhecedores das necessidades de interação entre os saberes, perceptivos, ativos, desenvolvidos, colaborativos, veteranos, entendidos, inteligentes, que possuem controle e domínio sobre os saberes conceituais, proativos, dedicados, racionais, conscientes sobre as renormalizações necessárias no agir laboral, produtores de melhorias, com conhecimento sobre o processo produtivo e suas particularidades, cooperativos, que promovem e praticam o trabalho em equipe, que respeitam as diferentes opiniões em situação laboral, condescendentes, tolerantes, compreensivos, com bom senso, criticidade, avaliadores do processo formativo, enfim, ethos discursivos capazes de validar as imagens construídas nas prescrições (PPC) da instituição de ensino (IFC). Vejamos a síntese contrastiva/comparativa apresentada no Quadro 10.

Quadro 10 – Síntese contrastiva/comparativa

	IFC	EGRESSOS
Espaço Formativo	As cenografias se apoiam em cenas de falas validadas pelo espaço de formação. Nesse ambiente, a instituição, por meio do discurso, busca apresentar ethos discursivos, como imagens de si, que evidenciam a competência e o comprometimento da instituição com o aluno e sua formação.	As cenografias que se moldam no espaço formativo revelam a aquisição da dimensão protocolar e constroem ethos pré-discursivos de profissionais TSTs que acreditam estarem prontos para o mercado de trabalho. No entanto, esses ethos foram alterados pelo reconhecimento da falta de saberes investidos na ação.
Espaço Laboral	Intencionando fortalecer o ethos construído no espaço formativo, o IFC se vale de outra cena validada, a qual institui o espaço laboral como lugar de fala. Nesse ambiente, constrói cenografias que manifestam ethos discursivos de excelência para o futuro profissional formado.	As cenografias construídas na atividade real de trabalho revelam a carência de saberes sobre o histórico da profissão, demonstrando que somente a formação acadêmica não garante a atuação efetiva do profissional TST. Mediante essas cenografias, os egressos constroem ethos de profissionais não totalmente prontos para a ação. Todavia, ao experienciar essas situações de trabalho, os sujeitos invocaram o uso do seu corpo-si colocando em sinergia os saberes instituídos e os saberes investidos, produzindo novos saberes e construindo ethos discursivos condizentes com os previstos nas prescrições da instituição de ensino.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

De forma concisa, o Quadro 10 possibilita compreender que a construção de ethos concordantes com os previstos pelo PPC da instituição somente foi possível em cenografias não previstas nos documentos do IFC, em que o uso do corpo-si possibilitou a dialética entre os saberes acadêmicos e os saberes das experiências vividas. Nessas situações reais de trabalho, os TSTs foram levados a mobilizar tanto a dimensão conceitual da profissão de TST adquirida na formação quanto a dimensão subjetiva do seu próprio saber fazer, seu corpo-si. Esse encontro de encontros permitiu aos egressos a apropriação dos seis ingredientes evidenciados por Schwartz e Durrive (2010, 2015) como necessários para um efetivo agir em competência – o domínio do saber padronizado, o domínio do histórico sobre a atividade, a sinergia entre o conceito e a historicidade, o inevitável debate marcado pelo agir, o uso de si que se convoca na realização da atividade e, por fim, a capacidade de sinergia coletiva.

Verificamos, portanto, que o sujeito trabalhador é aquele que se forma tanto pela academia quanto pela atividade de trabalho, posto que os saberes instituídos ou prescritos estabelecem os processos de trabalho, mas é na dialética entre os saberes que a atividade de fato acontece. Uma instituição de ensino que elabora seu

planejamento, seus prescritos e normas, levando em consideração as dimensões visíveis e invisíveis que se instauram em ambiente laboral, tem o mérito de perceber os aspectos instáveis dessa posição, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento das dimensões subjetivas para o exercício das atividades laborais.

Por fim, concordamos com Schwartz (2002) em que não se pode pensar uma formação que vise capacitar profissionais sem antes averiguar os conhecimentos a partir do que se faz na profissão pretendida. Ao se falar em formação do sujeito trabalhador, o adequado é ouvir o protagonista da ação e valorizar significativamente suas práticas languageiras, sejam elas como trabalho, no trabalho ou sobre o trabalho. Isso posto, seguimos com as considerações finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Impossível dizer que chegamos ao fim, dado que a investigação de pontos singulares sobre a formação e a atividade de trabalho de um profissional técnico formado por uma instituição federal possibilitou a descoberta de outros tantos os quais não foram possíveis abordar neste estudo. Assim, as últimas páginas desta tese destinam-se a uma tentativa de alçar algumas respostas a aspectos levantados no desenvolvimento da investigação e que aspiraram dar visibilidade a um profissional formado e seu discurso sobre sua atividade de trabalho. Iniciamos, então, nossas considerações finais retomando alguns tópicos importantes deste estudo.

Esta pesquisa, de caráter interdisciplinar entre a Análise do Discurso, de linha francesa, e a abordagem ergológica, fundamenta-se em autores referências como Schwartz (2006, 2010a, 2010b, 2011, 2013a, 2013b, 2014, 2016), Schwartz e Durrive (2008, 2010, 2015), Schwartz, Duc, Durrive (2010a, 2010b), Durrive (2011), Faïta (2002), Souza-e-Silva (2002, 2014, 2019), Nouroudine (2002, 2011) e Trinquet (2010), os quais embasaram os pressupostos ergológicos apontados na investigação. Por sua vez, Dominique Maingueneau (2008, 2013, 2015, 2018, 2019, 2020) orienta nossos constructos teóricos sobre a Análise do Discurso fornecendo os dispositivos de análise necessários para que pudéssemos evidenciar a cenografia e o ethos, como construção discursiva dos protagonistas do estudo.

A temática que envolveu esta investigação teve como foco central a interface Linguagem e Trabalho: diálogos entre a Ergologia e a Análise do Discurso. A delimitação do tema decorreu da perspectiva teórica interdisciplinar que compreende os diálogos entre Ergologia e Análise do Discurso, mais especificamente no que se refere a cenas enunciativas, cenografia e ethos discursivo como imagem de si, enfocando as práticas discursivas instituídas na realidade concreta da atividade laboral em situação de trabalho, do profissional TST formado pelo Instituto Federal Catarinense (IFC), *campus* Fraiburgo/Santa Catarina (SC).

Conforme antecipado na Introdução, a justificativa pela temática fundamenta-se, sobretudo, na identificação e preocupação da pesquisadora, autora desta tese, em estudos que considerem melhor compreensão sobre as dimensões visíveis e invisíveis vivenciadas na atividade real de trabalho pelo profissional TST, tendo em vista o que esse sujeito trabalhador tem a falar sobre a concretude dessa atividade de trabalho após a formação. Um estudo que considere o discurso do trabalhador em

ambiente real de ação pode contribuir para melhorias na formação e, conseqüentemente, na atuação laboral desse sujeito.

Além disso, salienta-se e retoma-se a identificação particular da pesquisadora sobre questões que envolvam a linguagem e o trabalho. A primeira por estar intimamente ligada com a atividade que exerce como professora da área de linguagens, e o segundo porque, como educadora, integra o coletivo que idealiza a formação profissional no Instituto Federal Catarinense (IFC), *campus* Fraiburgo. Considerar o discurso sobre o trabalho, nos dizeres manifestados por um profissional formado pelo IFC e em atuação, pode conduzir formadores e instituições de ensino a refletir sobre a prática profissional com um olhar mais atento, proporcionando colaborar de maneira mais significativa para a formação de sujeitos que evidenciam particularidades específicas na atividade real de trabalho.

Assim, esta investigação desenvolveu-se mediante a análise das marcas discursivas presentes nos prescritos normatizadores do processo de formação acadêmica (saberes prescritos/constituídos) no IFC e nos saberes investidos (experiências ou vivências pessoais ou profissionais), ou seja, o discurso dos sujeitos engajados na atividade de trabalho como TST.

É oportuno frisar que, ao refletir sobre essas questões, formulamos o seguinte problema de pesquisa: nas práticas discursivas dos TSTs, egressos do IFC, *campus* Fraiburgo, SC, em situação real de trabalho, que cenografias são construídas das quais emergem ethos discursivos, como imagem de si, que mobilizam saberes e valores decorrentes das prescrições e das renormalizações no fazer da atividade laboral? Para responder ao questionamento, apresentamos as seguintes hipóteses:

- a) as práticas discursivas dos TSTs, egressos do IFC, *campus* Fraiburgo, revelam que esses sujeitos constroem, em situação real de trabalho, cenografias que configuram ethos discursivos, como imagem de si, mobilizadores de saberes e valores, com base nas prescrições que lhe são feitas, renormalizando-as na intenção de suprir as lacunas normativas que surgem no desenvolver da atividade de trabalho;
- b) a análise dos discursos manifestados pelo PPC e pelos egressos do curso TST possibilita depreender a dialética entre os saberes constituídos e os saberes investidos em situação concreta de trabalho, além de evidenciar os distanciamentos e as aproximações entre a formação profissional e o real que se verifica no fazer laboral;

- c) as materialidades languageiras discursivizadas pelo do egresso TST, formado pelo IFC, *campus* Fraiburgo, mostram dramáticas do corpo-si experienciadas por esses profissionais mediante a gestão e uso de si por si e pelos outros na atividade laboral.

A análise dos discursos que constituem os corpora de estudo, pela perspectiva ergológica, torna possível comprovar a distância instaurada entre as prescrições e a atividade real de trabalho. Ademais, permite assinalar as dimensões visíveis e, por vezes invisíveis, da ação laboral, isto é, as prescrições impostas pelas normas antecedentes e o vazio de normas, a renormalização constante, o debate de normas e valores, o uso que o sujeito faz de si mesmo e de si pelos outros que interferem na sua atividade de trabalho, as dramáticas instauradas pelo uso de si, a mobilização de saberes durante a ação laboral, enfim, tudo o que acontece no aqui e agora e revelam efetivamente o que se passa no espaço no qual se configura a distância entre o prescrito e a atividade real de trabalho e como os sujeitos administram essas dimensões.

Já os mecanismos intradiscursivos, que constroem a cena de enunciação e a imagem de si do sujeito que vive a distância entre o que é dito e o que efetivamente é realizado, possibilitam identificar, com base nas categorias de análise reveladas nas pistas linguísticas deixadas no discurso sobre o trabalho, quem é o sujeito da ergologia, identificado pelo ethos discursivo revelado nas cenografias instituídas pela situação real de trabalho. Logo, ante as conjecturas endossadas pela interface teórica, é possível afirmar que as hipóteses lançadas foram amplamente comprovadas.

Da problematização e das hipóteses apresentadas, o objetivo geral se consolidou em: descrever e analisar as práticas discursivas manifestadas pelos profissionais Técnicos em Segurança do Trabalho, egressos do Instituto Federal Catarinense, *campus* Fraiburgo - Santa Catarina, em situação real de trabalho, que constroem cenografias das quais emergem ethos discursivos, como imagem de si, que mobilizam saberes e valores decorrentes das prescrições e das renormalizações do fazer laboral. Com base na análise ergodiscursiva, depreendemos que as cenografias instituídas pela cena validada no local de trabalho são constantemente afetadas pelas adversidades que se manifestam na distância estabelecida entre o prescrito e o real. Na tentativa de gerir as dimensões visíveis e invisíveis que se instauram nessa distância, os sujeitos TSTs revelam no discurso sobre o trabalho a mobilização de saberes e a renormalização das prescrições que lhe são feitas com o

objetivo de atender aquilo que lhes é designado. Sendo assim, as modificações impostas pela situação de enunciação constroem cenografias distintas das quais emergem diferentes *ethos* discursivos, como imagem de si.

Para validar nosso objetivo maior, consideramos ações mais específicas, como:

- a) Depreender a distância entre o prescrito, o real e a complexidade da gestão de si do profissional TST, egressos do Instituto Federal Catarinense, *campus* Fraiburgo, frente ao vazio de normas e à constante renormalização no fazer laboral. De acordo com o que ponderamos, o vazio de normas se estabelece, sobretudo, na carência dos saberes investidos na atividade laboral, evidenciando a distância entre o prescrito e o real. Nessa distância entre as normas antecedentes que regem a atividade e o que de fato se realiza na ação real de trabalho, o profissional TST é levado a uma contínua renormalização da atividade de trabalho, bem como a uma profunda e complexa gestão de si próprio, do que ele sabe e não sabe sobre a atividade de trabalho a fim de desenvolver sua tarefa;
- b) Identificar o debate de normas e valores que se apresentam nas microescolhas cotidianas da atividade de trabalho. Conforme apontamos no processo analítico, o debate de normas se mostrou no encontro entre o que se aprende na formação e o que encontra nas cenografias impostas pela situação laboral. Ser TST para o sujeito formado significa, consoante os conhecimentos adquiridos na formação, apontar possíveis riscos laborais e medidas preventivas que assegurem a saúde e a integridade física do trabalhador baseando-se, acima de tudo, nas normas/leis que regem a profissão. Todavia, durante a atuação profissional surgem interferências não previstas e que resultam um contínuo debate de normas e valores entre o que foi ou é determinando pela dimensão protocolar e o que de fato cumpre ou lhes é permitido cumprir;
- c) Investigar como se constroem os *ethos* discursivos dos profissionais TSTs, egressos do Instituto Federal Catarinense, *campus* Fraiburgo – diante das cenografias que se configuram em situação real de trabalho, tendo como base as práticas languageiras discursivizadas pelos sujeitos protagonistas da pesquisa. Com base nos discursos enunciados pelos profissionais entrevistados, identificamos que os *ethos* se constroem mediante as cenografias que se instauram nas diferentes situações em que os TSTs se

encontram, considerando, sobretudo, o espaço, o momento de enunciação e as adversidades que surgem na distância que se configura entre o prescrito e o real.

- d) Averiguar a dialética entre os saberes instituídos e os investidos em situação de trabalho do TST, com base nos discursos em aderência e em desaderência com a ação laboral, verificando os distanciamentos e as aproximações entre a formação profissional no IFC, *campus* Fraiburgo, SC, e o real da atividade. Na análise dos discursos que compõem os corpora de estudo, observamos que o diálogo entre os saberes é inevitável e constante na ação laboral do sujeito TST, visto que em uma situação de trabalho o domínio das normas que regem a atividade se mostra fundamental, entretanto não é suficiente para atender a demanda de trabalho. A habilidade de prever riscos ocupacionais advém, em grande parte, dos saberes construídos em aderência com a atividade laboral, no conhecimento que o profissional possui sobre o histórico da atividade. Assim, a atividade real de trabalho do TST mostrou-se como um espaço de encontro e mobilização de saberes, em que os saberes constituídos e os saberes investidos interagem em tempo integral, ressignificando e renormalizando normas antecedentes, com a consequente produção de novos saberes;
- e) Compreender as dramáticas do corpo-si vivenciadas pelos protagonistas deste estudo, mediante o uso de si por si e pelos outros na atividade laboral. De acordo com o que foi desenvolvido na análise, identificamos que as dramáticas do uso do corpo-si acontece tanto no uso de si por si quanto no uso de si pelos outros. No uso de si, pois o sujeito recorre a si mesmo para gerir as inconstâncias diárias, e no uso de si pelos outros devido à influência que os outros, sejam eles colegas de trabalho, empregadores ou terceiros, exercem sobre as escolhas do sujeito e, desse modo, na construção da imagem de si evidenciada por ele.

Tendo em vista as respostas dadas a esses propósitos, confirmamos a tese defendida nesta pesquisa de que as práticas discursivas discursivizadas pelos TSTs, egressos do IFC, *campus* Fraiburgo, em SC, constroem cenografias, em situação real de trabalho, que configuram ethos discursivos, como imagem de si, que mobilizam saberes e valores decorrentes das prescrições e das renormalizações do fazer laboral.

A interface envolvendo a Análise do Discurso de Maingueneau e a Ergologia de Schwartz possibilitou identificar, com base nos discursos que constituem os corpora de estudo, que os sujeitos TSTs formados pelo Instituto Federal Catarinense, em situação real de trabalho, vivenciam as dimensões visíveis e invisíveis da ação laboral manifestadas nas prescrições impostas pelas normas antecedentes, no vazio de normas, na renormalização contínua, no debate de normas e valores, no uso do corpo-si, por si e pelos outros, nas dramáticas instauradas por esse uso, na mobilização de saberes tanto os instituídos quanto os investidos. Essas situações constroem as cenas de enunciação e a imagem de si do sujeito que vive a distância entre o que é prescrito pela formação profissional e o que efetivamente é realizado, possibilitando identificar que o profissional TST, em momento real de ação, revela distintos ethos discursivos, os quais são construídos mediante as cenografias instituídas na situação concreta de trabalho.

Assim sendo, julgamos que a análise sobre a imagem de si revelada pelo sujeito trabalhador concluinte de um curso profissionalizante, mediante as distintas cenografias que se instituem na atividade real de trabalho, permitirá aos grupos de planejamento formativo uma reflexão aprofundada acerca das prescrições e normas propostas aos alunos em formação e do que se exige dele enquanto profissional formado. Nisso se dá a importância social deste estudo, pois, em conformidade com o exposto na Introdução, poderá ser considerado como um ponto de partida significativo para um repensar sobre a oferta de cursos profissionalizantes em Institutos Federais (IFs) e tantas outras instituições de ensino. Nesse sentido, a pesquisadora sente-se instigada a compartilhar as teorias aqui apresentadas bem como os resultados obtidos nesta investigação, a fim de engajar outros formadores a um processo de ensino profissionalizante que considere a atividade real do trabalho e não somente a atividade prescrita, reconhecendo, assim, que o trabalho não é jamais uma simples execução, uma sequência de ações programadas com antecedência por sujeitos em desaderência com a atividade, mas é adaptação e gestão das invariabilidades que surgem no momento do fazer.

Por esse motivo, acreditamos que a pesquisa aqui proposta abriu espaço para outras investigações, entre elas as que considerem os princípios da ergologia em relação à ergoformação e busquem possíveis respostas sobre como pontuar a atividade real de trabalho como o centro das preocupações formativas profissionais, de modo a colocar em prática o DD3P e se valer tanto dos saberes investidos quanto

dos saberes instituídos (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, 2015; TRINQUET, 2010). Pontuamos que a resposta sobre o porquê de acreditarmos ser necessário que formadores adotem uma postura ergoformadora encontra-se descrita nesta tese. Sendo assim, de acordo com o que antevemos no início dessas considerações finais, torna-se impossível encerrarmos essa discussão.

Importante, ainda, destacar as hesitações e limitações encontradas durante o processo investigativo. Embora a pesquisadora tenha sido agraciada com a dedicação exclusiva, não precisando exercer sua atividade de trabalho durante a produção desta tese e tendo em vista que, aos olhos de muitos, a pesquisa não se caracteriza como trabalho, estar “em casa” mostrou-se como um grande desafio. Foi preciso gerir essa falsa disponibilidade e vivenciar as dramáticas do uso de si por si e pelos outros instituídas no debate de normas e valores impostos pelo fato de estar em casa e precisar ser mãe, esposa, dona de casa e doutoranda.

Outro desafio enfrentado durante o desenvolvimento desta tese deve-se aos impedimentos ocasionados pela pandemia da covid-19. O período pandêmico iniciou-se em 2020, segundo ano de doutorado e, a fim de seguir as normas de prevenção, o contato presencial foi evitado. O isolamento, mesmo em família, prejudicou nossa saúde mental, e não sendo o bastante, limitou tanto os estudos desenvolvidos quanto o contato com os sujeitos entrevistados, inclusive uma observação a campo, um dos objetivos idealizados no princípio deste estudo. Tudo precisou ser realizado a distância, mais precisamente, na modalidade on-line e, mesmo que não tenhamos tido perda significativa de conteúdo, as marcas não verbais, possivelmente identificadas no discurso presencial, tornaram-se reduzidas. Soma-se a essas duas primeiras circunstâncias adversas o fato de a autora desta tese integrar o grupo que exerce a atividade docente no curso de TST ofertado pelo IFC, sendo uma das envolvidas no processo de formação dos protagonistas do estudo. Esse envolvimento, em certa medida, limitou as manifestações discursivas dos TSTs envolvidos sobre a formação acadêmica recebida pela instituição em foco.

Ademais, acreditamos que esta investigação demonstrou, de forma substancial e expressiva, sua contribuição aos estudos da linguagem sob uma perspectiva interdisciplinar, pois ilustrou de maneira significativa as possibilidades da Linguística, mais especificamente a Análise do Discurso, no que se refere aos estudos sobre o trabalho. Reafirmamos, por meio deste estudo, que a linguagem é, de fato, um dispositivo revelador de pesquisa e aprofundamento das dimensões visíveis e

invisíveis que se manifestam na distância entre o prescrito e o real da atividade laboral, tal qual preconiza a abordagem ergológica.

Finalmente, é oportuno destacar o crescimento pessoal e profissional desta pesquisadora frente a esse desafio. A gestão de si realizada durante o doutoramento foi deveras dramático, no entanto, permitiu a aquisição de saberes instituídos essenciais para a atividade laboral que exerce e que, em sintonia com os saberes investidos, tornaram-na, indiscutivelmente, um ser humano melhor e uma profissional com um olhar diferenciado sobre a formação profissional.

Poderia ter encontrado um caminho mais confortável em outras linhas, mas nunca as respostas e os saberes conquistados nesta tese.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. C. **Atividade, saberes e valores**: análise discursivo-ergológica do processo de gestão de uma cooperativa autogestionária do MST. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

ALVAREZ, D. *et al.* Uma análise das normas antecedentes e reservas de alternativas mobilizadas na atividade de motoristas e entregadores por aplicativos. **Laboreal**, v. 17, n. 1, p. 1-25, 2021.

AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. *In*: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2018. p. 9-28.

ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. **La argumentación en la lengua**. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

ARAÚJO, L. M. B. M.; RUIZ, M. A. A. Videomontagens de humor: reflexões sob a perspectiva do gênero. **Fórum Linguístico**, v. 17, n. 4, p. 5356-5364, 2020.

BEDIN, E. P.; FONTES, A. R. M.; BRAATZ, D. Discrepância entre o trabalho prescrito e real: o caso dos fiscais de contrato de serviços terceirizados das universidades federais do estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, n. 2, p. 232-249, abr./jun. 2020.

BOAVENTURA, L. H. **Encenação e ubiguidade em discursos no Twitter**: procedimentos de análise. Orientador: Ernani Cesar de Freitas. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 92.530, de 9 de abril de 1986**. Regulamenta a Lei n. 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92530.htm. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n. 5.161, de 21 de outubro de 1966.** Autoriza a instituição da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5161.htm. Acesso em: 24 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n. 7.410, de 27 de novembro de 1985.** Dispõe sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a Profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, e dá outras Providências. Brasília: Presidência da República, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7410.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 21 abr. 2022.

BRASIL, J. **Guia do técnico em segurança do trabalho:** uma proposta de metodologia da rotina. Porto Alegre: Clube de Autores, 2018.

BOUTET, J. Quand le travail rationalise le langage. *In*: KERGOAT, J.; JACOT, H.; LINHART, D. **Le monde du travail.** Paris: Éditions La Découverte, 1998. p. 153-164.

BOUTET, J. ; GARDIN, B. Une linguistique du travail. *In*: FRAENKEL, A. B. B. (coord.). **Langage et Travail Communication, cognition, action.** Paris: CNRS Éditions, 2001. p. 91-111.

CANO, M. R. O.; ASSIS, L. M. Entrevista com Dominique Maingueneau: análise de discurso francesa no Brasil e na França e o discurso sobre violência. **Entreletras**, Araguaína, v. 12, n. 1, p. 211-219, jan./abr. 2021.

CAREL, M.; DUCROT, O. Le problème du paradoxe dans une sémantique argumentative. **Langue Française**, n. 123, p. 6-26, 1999.

CAREL, M.; DUCROT, O. **La semántica argumentativa:** una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político.** São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, P. **Langage et discours**. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, P. **Le discours d'information médiatique**: la construction du miroir social. Paris: Nathan, 1997.

DANIELLOU, F. **A ergonomia em busca de seus princípios**: debates epistemológicos. São Paulo: Edgar Blücher, 2004.

DANIELLOU, F.; LAVILLE, A.; TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 17, n. 68, p. 7-13, out./dez. 1989.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Autonomia**. 2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/autonomia>. Acesso em: 7 fev. 2022.

DICIO – DICIONÁRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Autonomia**. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/autonomia/>. Acesso em: 7 fev. 2022.

DI FANTI, M. G. C.; Linguagem e trabalho: diálogos entre estudos discursivos e ergológicos. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 253-258, jul./set. 2014.

DI FANTI, M. G. C.; BARBOSA, V. F. Uma entrevista com Yves Schwartz. **Letrônica**, v. 9, n. esp., 222-233, nov. 2016.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Fontes, 1987.

DUCROT, O. Os internalizadores. **Letras de Hoje**, v. 37, n. 3, p. 7-26, 2002.

DUCROT, O. **Polifonía y argumentación**. Cali: Universidad del Valle, 1988.

DURRAFFOURG J.; DUC, M.; DURRIVE, L. O Trabalho e o ponto de vista da atividade. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010. p. 47-82.

DURRIVE, L. Atividade Humana, Simultaneamente Intelectual e Vital: Esclarecimentos Complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 47-67, 2011.

DURRIVE, L.; JACQUES, A. M. O formador ergológico ou “ergoformador”: uma introdução à ergoformação. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: UFF, 2010. p. 293-318.

DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Y. **Trabalho e Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EDUFF, 2007.

FAÏTA, D. Análise das práticas languageiras e situação de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. *In*: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. (org.). **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002. p. 45-60.

FERREIRA, L. L.; FORET, J. Un entretien avec Wisner au Brésil. **Travailler**, n. 15, p. 11-21, 2006.

FIGARO, R. Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas. **Galaxia**, São Paulo, n. 39, p. 177-189, set./dez. 2018.

FREITAS, E. C. As práticas de linguagem no e sobre o trabalho: discursos da prescrição na atividade docente. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA, ALFAL, 17., 2014. **Anais** [...]. João Pessoa: ALFAL, 2014. Disponível em: <https://mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0211-1.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

FREITAS, E. C. Linguagem na atividade de trabalho: ethos discursivo em editoriais de jornal interno de empresa. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 170-197, jul./dez. 2010.

FREITAS, E. C. *et al.* Dominique Maingueneau: questões teóricas para análise discursiva na comunicação. **Organicom**, a. 18, n. 36, p. 253-261, maio/ago. 2021.

FREITAS, E. C.; SCARIOT, V. D. S. Semântica global: cenografia e ethos no discurso político do atual governador do estado do RS. **Uniabéu**, v. 12, n. 30, p. 98-115, 2019.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUMAGALLI, R. C. D. V. **A construção do ethos discursivo kaingang em narrativas orais**: imagens de si fundamentadas no coletivo. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (FUNDACENTRO). **Informações sobre os Cursos (1973 a 1986)**. [n.d.]. Disponível em: <http://antigo.fundacentro.gov.br/cursos-e-eventos/informacoes-sobre-os-cursos1973-a-1986>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (FUNDACENTRO). **Introdução à Higiene Ocupacional**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2004. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/biblioteca/wp-content/uploads/sites/50/2019/06/Introducao-Higiene-Ocupacional.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (FUNDACENTRO). **Técnicos e Engenheiros de Segurança do Trabalho contribuem para melhores condições de trabalho**. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/assuntos/noticias/noticias/2013/11/homenagem-aos-tecnicos-e-engenheiros-de-seguranca-do-trabalho-que-contribuem-na-melhoria-das>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GRANT JOHNSON, J.; KAPLAN, CH. D. Talk-in-the work, aspects of the social organization of work in a computer center. **Sociolinguistics Newsletter**, n. 10, p. 2-10, 1979.

GUÉRIN, F. *et al.* **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia. São Paulo: Blucher; Fundação Vanzolini, 2001.

HASS, S. HELOANI, R. **Técnico de segurança do trabalho**: a dura realidade da profissão. Curitiba: Appris, 2016.

HAUBRICH, G. F. **Coworking “Is Not A Place, It's A People”**: um olhar comunicacional à produção de saberes no Brasil e na França. Tese (Doutorado em Processos e Manifestações Culturais) – Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2019.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Projeto pedagógico do curso técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal Catarinense – Campus Fraiburgo**. Fraiburgo: IFC, 2016.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les interactions verbales**. Tomo 1. Paris: Armand Colin, 1990.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les interactions verbales**. Tomo 2. Paris: Armand Colin, 1992.

LACOSTE, M. Paroles, activité, situation. *In*: BOUTET, J. **Paroles au travail**. Paris, L'Harmattan, 1995.

LIMA, N. V.; CUNHA, D. M. Saberes docentes: as políticas de reconhecimento de saberes dos professores da educação profissional no Brasil. **Educação em Revista**, n. 34, e177334, p. 1-28, 2018.

LIMA, R. P. S. S.; PESSOA, C. C. P. Práticas languageiras: uma análise discursivo-ergológica de práticas discursivas do trabalho docente no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 94706-94725, dez. 2020.

MAILLIOT, S.; DURRIVE, L. Diálogo 3: A ergologia e a produção de saberes sobre os ofícios. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e ergologia II**: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015. p. 151-240.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. *In*: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 11-29.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. *In*: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 69-92.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MAINGUENEAU, D. **Variações sobre o Ethos**. São Paulo: Parábola, 2020.

MAINGUENEAU, D.; CHARAUDEAU, P. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MENCACCI, N.; SCHWARTZ, Y. Trajetórias e usos de si. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e ergologia II: diálogos sobre a atividade humana**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015. p. 17-53.

MINISTÉRIO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (MTPS). Portaria n. 3.237, de 27 de julho de 1972. **Diário Oficial**, seção 1, parte 1, p. 6877, ago. 1972.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (MTb). Portaria n. 3460 de 31 de dezembro de 1975. **Diário Oficial**, seção 1, parte 1, p. 17332-17336, dez. 1975. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/1975/portaria_3-460.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO (MTb). **Portaria MTb n. 3.275 de 21/09/1989**. Dispõe sobre as atividades do Técnico de Segurança do Trabalho. Brasília: MTb, 1989. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-3275-1989_180582.html. Acesso em: 21 abr. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO (MTE). **Classificação Brasileira de Ocupações: códigos, títulos e descrições**. 3. ed. Brasília: MTE, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO (MTE). **Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978**. Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Brasília: Secretaria de Inspeção do Trabalho, 1978. Disponível em: [http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814FF112E801529E4EFC2C655F/Portaria%20n.%C2%BA%203.214%20\(aprova%20as%20NRs\).pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814FF112E801529E4EFC2C655F/Portaria%20n.%C2%BA%203.214%20(aprova%20as%20NRs).pdf). Acesso em: 20 abr. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO (MTE). **Portaria n. 397, de 9 de outubro de 2002**. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Brasília: MTE, 2002. Disponível em: <https://bityli.com/CjSjcM>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO (MTE). **Portaria n. 262, de 29 de maio de 2008**. Dispõe sobre o registro profissional do Técnico de Segurança do Trabalho. Brasília: MTE, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-portarias/2008/portaria_262_tec-_seg_cirp.pdf. Acesso em: 21 abr. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA (MTP). Instrução Normativa n. 2, de 8 de novembro de 2021. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela Auditoria-Fiscal do Trabalho nas situações elencadas. **Diário Oficial da União**, ed. 213, seção 1, p. 153, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-359448244>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA (MTP). **Norma Regulamentadora n. 4 (NR-4)**. Brasília: MTP, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-4-nr-4>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MATTOS, U. **Higiene e segurança do trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier; ABEPRO, 2011.

MOIRAND, S. **Les discours de la presse quotidienne**. Paris: PUF, 2007.

MOIRAND, S. **Une histoire de discours...** Paris: Hachette, 1988.

NASCIMENTO, A. M. Letramentos acadêmicos no espaço da diferença colonial: reflexões sobre trajetórias de estudantes indígenas na pós-graduação. **Raído**, v. 13, n. 33, p. 66-92, jul./dez. 2019.

NOUROUDINE, A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. *In*: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. (org.). **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-30.

NOUROUDINE, A. Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais o trabalho? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, supl. 1, p. 69-83, 2011.

NOUROUDINE, A. Risco e atividades humanas: acerca da possível positividade aí presente. *In*: FIGUEIREDO, M. *et al.* (org.). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 37-62.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Conheça a OIT**. [n.d.]. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)**. 1946. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/oms2.html>. Acesso em: 22 abr. 2022.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

PASTRÉ, P. Apprendre à faire. *In*: BOURGEOIS, E.; CHAPELLE, G. (dir.). **Apprendre et faire apprendre**. Paris: PUF, 2006. p. 109-121.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p. 61-161.

PERFIL GESTÃO OCUPACIONAL. **Existe diferença entre um Engenheiro e um Técnico de Segurança no Trabalho?** 2020. Disponível em: <https://perfilsst.com.br/diferenca-entre-um-engenheiro-e-um-tecnico-de-seguranca-no-trabalho/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMALHO, A. S. Projeto de Lei n. 230/2013. **Diário Oficial de São Paulo**, a. 123, n. 73, p. 11-12, 2013.

RIBEIRO, E.; BLANK, J. C. G.; FREITAS, E. C. Do presencial ao digital em tempos de pandemia: o ethos revelado pelo professor em atividade remota. **Fólio**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 202-218, 2021.

RIBEIRO, P. **IFC Fraiburgo está com processo seletivo aberto para o curso de Informática Integrado ao Ensino Médio**. Rádio Friburgo FM, 2021. Disponível em: <https://radiofraiburgo.fm.br/ifc-fraiburgo-esta-com-processo-seletivo-aberto-para-o-curso-de-informatica-integrado-ao-ensino-medio/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ROJAS, P. **Técnico em segurança do trabalho**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ROMAZZINI, B. **As doenças dos trabalhadores**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2016.

SANTOS, A. R. M. O Ministério do Trabalho e Emprego e a Saúde e Segurança no Trabalho. *In*: CHAGAS, A. M. R. *et al.* **Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores**. 2. ed. São Paulo: IPEA; FUNDACENTRO, 2012. p. 21-76.

SCHERER, M. D. A. *et al.* [Entrevista com] Yves Schwartz. Contribuições da ergologia para a gestão do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, jan. 2022.

SCHWARTZ, Y. A abordagem do trabalho reconfigura nossa relação com os saberes acadêmicos: as antecipações do trabalho. *In*: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÍTA, D. (org.). **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002. p. 109-126.

SCHWARTZ, Y. Abordagem ergológica e necessidade de interfaces pluridisciplinares. **ReVEL**, ed. esp., n. 11, p. 253-264, 2016.

SCHWARTZ, Y. A experiência é formadora? **Educação e Realidade**, v. 35, n. 1, p. 35-48, jan./abr. 2010a.

SCHWARTZ, Y. Anexo ao capítulo 7: uso de si e competência: exposição de Yves Schwartz e comentários sobre os esquemas 5, 6 e 7. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010b. p. 205-221.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011.

SCHWARTZ, Y. Concepções da formação profissional e dupla antecipação. **Trabalho e Educação**, v. 22, n. 3, 17-33, 2013a.

SCHWARTZ, Y. Entrevista: Yves Schwartz. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 2, p. 457-466, 2006.

SCHWARTZ, Y. Histórico e conceitos da ergologia: entrevista com Yves Schwartz. Entrevista concedida a] Moacir Fernando Viegas. **Reflexão & Ação**, v. 21, n. 1, 2013b.

SCHWARTZ, Y. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe**. Toulouse: Octarès Editions, 2000.

SCHWARTZ, Y. Manifesto por um engajamento. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e ergologia II**: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015. p. 335-370.

SCHWARTZ, Y. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul./set. 2014.

SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: Um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 65, dez. 1998.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e Saber. **Trabalho e Educação**, v. 12, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2003.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. Seção 1: O trabalho se modifica. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010a. p. 23-82.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. Seção 4: Trabalho e Uso de Si. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010b. p. 187-243.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. Glossário de Ergologia. **Laboeral**, v. 4, n. 1, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/11665>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. Glossário da ergologia. *In*: DI RUZZA, R.; LACOMBLEZ, M.; SANTOS, M. (ed.). **Ergologia, Trabalho, Desenvolvimentos**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2018. p. 11-29.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e ergologia II**: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015.

SCHWARTZ, Y.; VENNEN, B. Diálogo 2 – Debates e normas, “mundo de valores” e engajamento transformador. *In*: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho e ergologia II**: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2015. p. 55-150.

SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (SESMT). **Nota Técnica n. 235/2012**. Análise da possibilidade de substituição de um profissional do SESMT por outro. Brasília: Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2012. Disponível em: <https://bityli.com/aWPqOD>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, E. A.; BORGES, E. M. S. Os valores envolvidos no trabalho: uma pesquisa com servidores de uma agência da Previdência Social. **Ergologia**, n. 17, p. 79-102, maio 2017.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. A dimensão linguageira em situações de trabalho. *In*: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÍTA, D. (org.). **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002. p. 61-76.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. A interface estudos discursivos e estudos ergológicos. **Letras de Hoje**, v. 49, n. 3, p. 282-289, jul./set. 2014.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Linguagem e trabalho em uma perspectiva discursiva: implicações teórico-metodológicas. **Verbum**, v. 8, n. 3, p. 8-22, dez. 2019.

TRINQUET, P. Trabalho e Educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR**, v. 10, n. 38e, p. 93-113, 2010.

VIDOR, A. *et al.* Institutos Federais: Lei n. 11.892 de 29/12/2008: Comentários e reflexões. *In*: PACHECO, E. (org.). **Institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011. p. 47-110.

WISNER, A. **A Inteligência no Trabalho**: Textos selecionados de ergonomia. São Paulo: FUNDACENTRO, 1999.

ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA

03/09/2020

https://sig.ifc.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=533752**AUTORIZAÇÃO Nº 1 / 2020 - GAB/FRA (11.01.12.01.01)****Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO****Fraiburgo-SC, 02 de setembro de 2020.**

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, Tiago Lopes Gonçalves, Diretor-Geral e responsável pelo Instituto Federal Catarinense - Campus Fraiburgo, em Fraiburgo/SC, autorizo a realização da pesquisa: "Gestão de si na renormalização da atividade: dramáticas do uso de si do técnico em segurança do trabalho", a ser realizada pela doutoranda ELAINE RIBEIRO e a ser iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Passo Fundo - Passo Fundo/RS, Brasil.

Autorizo a pesquisadora a utilizar o espaço do Instituto Federal Catarinense - Campus Fraiburgo, em Fraiburgo/SC, para a realização de entrevistas, observação e pesquisa documental. Afirmando que não haverá qualquer implicação negativa aos pais, alunos, usuários, profissionais que não queiram ou desistam de participar do estudo.

(Assinado digitalmente em 02/09/2020 16:35)

TIAGO LOPES GONCALVES
DIRETOR GERAL - TITULAR
DG/GRAI (11.01.12.01)
Matrícula: 1905449

Processo Associado: 23352.002798/2020-91

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1**, ano: **2020**,
tipo: **AUTORIZAÇÃO**, data de emissão: **02/09/2020** e o código de verificação: **777acf4401**

ANEXO B – PERFIL DO EGRESSO

10 PERFIL DO EGRESSO

O profissional com a formação técnica desenvolverá habilidades que lhe garantam autonomia intelectual no desempenho de sua função. Associado a estas habilidades, precisará estar sensível às mudanças acerca do cotidiano da vida e do trabalho, disposto a aprender e contribuir constantemente para o seu aperfeiçoamento. Na sua atuação como cidadão e como profissional adotará uma atitude crítica e reflexiva no que se refere aos problemas ambientais e ocupacionais, atuando como agente social que promova alternativas para melhorar a qualidade de vida das populações, buscando manter a saúde ambiental e ocupacional.

ANEXO C – OBJETIVOS DO CURSO

6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral

Formar e capacitar profissionais na área de Segurança do Trabalho que apliquem e conduzam atividades técnicas visando a melhoria do ambiente laboral e da condição do trabalho, proporcionando maior qualidade de vida no trabalho, por meio de métodos de prevenção de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, bem como a valorização da figura humana nos espaços de produção.

ANEXO D – QUADRO CURRICULAR DA FORMAÇÃO EM ESTUDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PRIMEIRO SEMESTRE

INTRODUÇÃO À SEGURANÇA DO TRABALHO

Objetivo	Levar o aluno a entender o histórico da Segurança do Trabalho e compreender os conceitos básicos sobre Segurança do Trabalho.
Ementa	Noções sobre o funcionamento do curso. Perfil do técnico em segurança do trabalho. Mercado de trabalho e atuação profissional. Definições de termos utilizados na área de segurança do trabalho. Evolução da segurança do trabalho.
Básica	<ul style="list-style-type: none"> • ARAÚJO, Wellington Tavares de. Manual de segurança do trabalho. São Paulo: DCL, 2013. 471 p. • SALIBA, Tuffi Messias. Curso básico de segurança e higiene ocupacional. 5. ed. São Paulo, SP: LTr, 2013. 479 p. • VENDRAME, Antonio Carlos Fonseca. Livro de bolso do técnico de segurança do trabalho. São Paulo, LTr, 2013. 348 p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PRIMEIRO SEMESTRE

ERGONOMIA

Objetivo	Fornecer uma visão geral da Ergonomia, de suas metodologias de intervenção e de seus diferentes campos de atuação.
Ementa	Conceito e evolução da história da ergonomia e seu desenvolvimento. NR17 princípios e objetivos. Ergonomia física, cognitiva e organizacional. Antropometria. Sistema homem máquina, fadiga, trabalho muscular, monotonia e trabalho em turnos. Análise ergonômica em postos de trabalho e projeto ergonômico. Principais métodos utilizados em ergonomia.
Básica	<ul style="list-style-type: none"> • FALZON, Pierre (Ed.). Ergonomia. São Paulo: Blücher, 2007. xxi, 640p. • IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção . 2. ed. rev. ampl. São Paulo: E. Blücher, 2005. xvi, 614 p. • MÁSCULO, Francisco Soares; VIDAL, Mario Cesar (Org). Ergonomia: trabalho adequado e eficiente . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011. xxxix, 606 p. (Coleção Campus-Abepro . Engenharia de Produção).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

SEGUNDO SEMESTRE

LEGISLAÇÃO

Objetivo	Levar o aluno a compreender os conceitos básicos sobre legislação Trabalhista e Previdenciária e sua importância na Segurança do Trabalho.
Ementa	Hierarquia das leis. Normas pertinentes à segurança do trabalho (Convenções da OIT, CF/88, CLT e regulamentos). Medidas preventivas de segurança no trabalho. Condições de segurança no trabalho. Órgãos de segurança e medicina do trabalho nas empresas. Acidentes do Trabalho. Seguro. Proteção do trabalho da criança, do adolescente e da mulher. Assédio moral. Aspectos jurídicos formais da atuação na proteção da saúde e segurança do trabalhador: pareceres, laudos técnicos e perícias. Responsabilidades na atuação do profissional em segurança do trabalho. Seguridade e previdência e social: histórico, noções e conceitos. Benefícios e seguros. Critérios de acesso. Nexa técnico epidemiológico.
Referências Bibliográficas	<p style="text-align: center;">Básica</p> <ul style="list-style-type: none"> • ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Legislação de segurança e saúde no trabalho: normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. 10. ed. Rio de Janeiro: GVC, c2013-. v. 5 • OLIVEIRA, Paulo Rogério Albuquerque de. Nexa técnico epidemiológico previdenciário - NTEP, Fator acidentário de prevenção - FAP: um novo olhar sobre a saúde do trabalhador. 2. ed. São Paulo: LTr, 2010. 280 p • OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 8. ed., rev., ampl., atual. São Paulo: LTr, 2014. 607 p.

ANEXO E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO/ VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF	
---	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GESTÃO DE SI NA RENORMALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: DRAMÁTICAS DO USO DE SI DO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Pesquisador: ELAINE RIBEIRO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 37809720.4.0000.5342

Instituição Proponente: Universidade de Passo Fundo/Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.396.497

Apresentação do Projeto:

Situado na interface Linguagem e Trabalho, o estudo que desenvolveremos adota uma perspectiva teórica interdisciplinar que compreende os diálogos entre Ergologia e as noções de Semântica Global da Análise do Discurso, enfocando as práticas discursivas em situação de trabalho do profissional Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal Catarinense por meio do Ethos, como imagem de si, construído mediante as cenografias instituídas na atividade.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Descrever e analisar como se configura o ethos discursivo na atividade, como imagem de si, mediante as práticas discursivas do Técnico em

Segurança do Trabalho, tendo como base as cenografias instituídas em situação de trabalho.

Objetivo Secundário:

a) Analisar a dialética entre os saberes instituídos e os saberes investidos em situação de trabalho do TST frente à sua formação profissional no IFC

- Campus Fraiburgo, com base nos discursos em aderência e em desaderência com a atividade laboral;b)

Compreender as dramáticas do corpo si

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José CEP: 99.052-900
UF: RS Município: PASSO FUNDO
Telefone: (54)3318-8157 E-mail: cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 4.396.497

vivenciadas pelos protagonistas do estudo, mediante o uso de si por si e pelos outros na atividade laboral; c) Depreender a complexidade da gestão de si do profissional Técnico em Segurança do Trabalho frente ao vazio de normas e à constante renormalização para o desenvolvimento da sua atividade; d) Identificar o debate de normas e valores que se apresentam nas microescolhas diárias e como ocorre o agir em competência do TST; e) Analisar como se constroem a cenografia e o ethos discursivo por meio dos discursos enunciados pelos profissionais TST envolvidos na pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Para esta etapa, mesmo que a intensidade dos riscos para o público-alvo seja mínima, o(a) entrevistado(a) tomará conhecimento de que há a possibilidade de riscos: de origem intelectual, por identificar um vazio de normas em relação a sua profissão; de origem emocional por sentir um certo desconforto ao identificar as "dramáticas" que envolvem a profissão e o constante necessidade de realizar escolhas entre uma ou outra opção a fim de suprir a falta de normas/orientação. Se for identificado algum sinal de desconforto psicológico ou constrangimento pela sua participação durante o processo dos encontros de grupo focal, a pesquisadora compromete-se em orientá-lo (a) e encaminhá-lo (a) para os profissionais especializados na área do Núcleo de Apoio Pedagógico da Universidade de Passo Fundo.

Benefícios:

Acreditamos que o estudo proposto contribuirá de forma significativa para o Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade de Passo Fundo (UPF), pois pretende ilustrar de maneira bastante eloquente as possibilidades da Linguística no que se refere aos estudos sobre o trabalho. Como contribuição social, destaco a importância deste estudo para um repensar sobre a oferta de cursos profissionalizantes em IFS e outras instituições de ensino. A análise sobre as dificuldades encontradas na atividade real do trabalho permitirá aos grupos de planejamento uma reflexão aprofundada acerca das prescrições e normas impostas ao aluno na formação. É importante informar os benefícios que a pesquisa apresenta aos

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José CEP: 99.052-900
UF: RS Município: PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 E-mail: cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 4.306.497

participantes, destacando que a participação do profissional formado pelo IFC no estudo é de extrema importância, uma vez que se espera a realização de um estudo teórico aliado à prática. Ao participar da pesquisa, o protagonista envolvido terá os seguintes benefícios: a) refletir sobre a formação e a atuação profissional do Técnico em Segurança do Trabalho; b) emitir suas opiniões acerca do tema da pesquisa; c) contribuir para a compreensão acerca da sua atividade laboral e as dramáticas vivenciadas diariamente no trabalho; d) sugerir melhorias em relação ao curso oferecido pelo IF; e) identificar as dramáticas que envolvem a sua atividade de trabalho e refletir sobre o inevitável debate de valores e a tomada de decisões constante.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia assumida nesta investigação caracteriza-se como exploratória com abordagem qualitativa, mediante estudo de caso. Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo é classificado como pesquisa bibliográfica e documental, visto que consultamos o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho ofertado pelo Instituto Federal Catarinense – Campus Fraiburgo, em Santa Catarina, a fim de analisar os prescritos/normas pensadas para a formação profissional. O corpus selecionado para análise compreende a atividade do profissional Técnico em Segurança do Trabalho formado pelo Instituto Federal Catarinense – Campus Fraiburgo, em Fraiburgo, Santa Catarina, Brasil.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Para análise, serão selecionadas, mediante pesquisa documental (roteiro em anexo), prescrições/normas estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho e em relatos orais manifestados por meio de entrevistas semiestruturadas. Na entrevista (roteiro em anexo) abordaremos dez questões relacionadas à atividade e às adversidades encontradas na atividade real de trabalho. A fim de explorar de forma mais ampla uma ou outra questão, utilizaremos a entrevista semiestruturada, pois essa técnica, não padronizada, possibilita maior liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção. Considerando que o sujeito trabalhador constrói e

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3318-8157 **E-mail:** cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 4.306.497

manifesta suas relações socioprofissionais no discurso por meio da linguagem, buscarei analisar os discursos proferidos de forma voluntária por seis ex-alunos do IFC. Os entrevistados foram selecionados por serem concluintes do curso de TST e por estarem atuando como profissionais da área em empresas do município de Fraiburgo em Santa Catarina e vivenciando na prática o problema pesquisado, podendo, assim, contribuir de forma mais significativa para o estudo.

Recomendações:

Após o término da pesquisa, o CEP UPF solicita: a) A devolução dos resultados do estudo aos sujeitos da pesquisa ou a instituição que forneceu os dados; b) Enviar o relatório final da pesquisa, pela plataforma, utilizando a opção, no final da página "Enviar Notificação" + relatório final

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, este Comitê, de acordo com as atribuições definidas na Resolução n. 466/12, do Conselho Nacional da Saúde, Ministério da Saúde, Brasil, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa na forma como foi proposto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1625522.pdf	29/10/2020 09:45:48		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Elaine_Ribeiro_revisado.doc	29/10/2020 09:44:13	ELAINE RIBEIRO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_ELAINE.pdf	15/10/2020 14:44:51	ELAINE RIBEIRO	Aceito
Outros	Consideracoes_sobre_o_Parecer_Consubstanciado.docx	14/10/2020 23:15:31	ELAINE RIBEIRO	Aceito
Outros	Roteiro_Questionario.docx	14/10/2020 23:14:00	ELAINE RIBEIRO	Aceito
Outros	Roteiro_pesquisa_documental.docx	14/10/2020 23:13:34	ELAINE RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_Elaine_Ribeiro_novo.docx	14/10/2020 23:10:23	ELAINE RIBEIRO	Aceito

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3318-8157 **E-mail:** cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 4.306.497

Declaração de concordância	Autorizacao_IFC.pdf	09/09/2020 14:08:17	Elaine	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_Pesquisa_Nao_Inciada.doc	09/09/2020 14:07:25	Elaine	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PASSO FUNDO, 12 de Novembro de 2020

Assinado por:
Felipe Cittolin Abal
(Coordenador(a))

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José **CEP:** 99.052-900
UF: RS **Município:** PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 **E-mail:** cep@upf.br

APÊNDICE A – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

Inicialmente, solicitarei a apresentação do entrevistado quanto à sua profissão, ao seu local de trabalho (tipo, tamanho e quantidade de funcionários), ao seu curso e à instituição de ensino onde realizou a formação.

Em seguida, para a entrevista, abordarei as seguintes questões:

1. Por que você escolheu a profissão de Técnico em Segurança do Trabalho?
2. Quais são as principais competências necessárias para essa profissão?
3. Quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a sua formação?
4. Você se sentiu preparado para exercer a profissão após concluir o curso em TST?
5. Ao ingressar no mercado de trabalho, quais foram as maiores adversidades encontradas? Quais foram os momentos de tensão e de dúvidas?
6. Nesses momentos, as disciplinas desenvolvidas em aula lhe forneceram conhecimento suficiente para tomar decisões que solucionassem o(s) problema(s)?
7. Você acredita que há articulação entre as disciplinas do curso, tanto as teóricas quanto as práticas, e o real da atividade no “chão da empresa”?
8. Você acredita ser possível desenvolver a sua atividade de trabalho se baseando apenas nos saberes/conhecimentos acadêmicos adquiridos na formação?
9. Os conhecimentos que você já possuía, sejam eles de trabalhos anteriores, sejam da própria vivência diária, ajudaram no desenvolvimento da atividade?
10. Qual é a sua opinião com relação às leis federais, estaduais, municipais, entre outras leis que orientam a sua atividade de trabalho? Elas dão conta de orientar a atividade de trabalho do Técnico em Segurança do Trabalho?
11. Mesmo você tendo realizado uma formação em Técnico em Segurança do Trabalho e essa profissão possuir uma legislação própria que rege a sua atividade, é possível afirmar que existe um vazio de normas, isto é, um vazio de prescrições e a necessidade de renormalização constante na atividade real de trabalho?
12. Você julga importante repensar a formação acadêmica para o trabalho, a partir de um modelo resultante da prática e não desenvolvido para a prática?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
DOUTORADO EM LETRAS**

Universidade de Passo Fundo
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Campus I - BR 285, Bairro São José - CEP 99052-900
Passo Fundo/RS
E-mail: ppgletras@upf.br
Telefone: (54) 3316-8341

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Gestão de si na renormalização da atividade: dramáticas do uso de si do técnico em segurança do trabalho**, de responsabilidade da pesquisadora **Elaine Ribeiro**. Essa pesquisa consiste no trabalho de tese de Doutorado em Letras, dentro da linha de pesquisa Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, sob a orientação da Dr. Ernani Cesar de Freitas.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundamento dos estudos e pesquisas pertinentes à atividade do Técnico em Segurança do Trabalho. Um estudo interdisciplinar envolvendo a Análise do Discurso, de Maingueneau, e a Ergologia, de Schwartz, contribui para uma análise detalhada com base em enunciados dos indivíduos em formação e na situação real de trabalho. Desse modo, para além de somente ministrar aulas, ao analisar o discurso sobre o trabalho no dizer dos protagonistas do estudo, passaríamos a pensar a formação e a profissão do Técnico em Segurança do Trabalho (TST) com uma interpretação diferenciada. Considerar a formação acadêmica para o trabalho a partir de uma referência vinda da prática e não desenvolvida para a prática poderá servir como norte para outros cursos profissionalizantes ofertados por institutos federais ou outras instituições de ensino.

Como objetivo geral, me proponho descrever e analisar como se configura o ethos discursivo na atividade, como imagem de si, mediante as práticas discursivas do Técnico em Segurança do Trabalho, tendo como base as cenografias instituídas em situação de trabalho. O objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos: a) analisar a dialética entre os saberes instituídos e os saberes investidos em situação de trabalho do TST frente à sua formação profissional no IFC - *Campus Fraiburgo*, com base no Projeto Pedagógico do Curso e nos discursos em aderência e em desaderência com a atividade laboral; b) compreender as dramáticas do corpo-si vivenciadas pelos protagonistas do estudo, mediante o uso de si por si e pelos outros na atividade laboral; c) depreender a complexidade da gestão de si do profissional Técnico em Segurança do Trabalho frente ao vazio de normas e à constante renormalização para o desenvolvimento da sua atividade; d) identificar o debate de normas e valores que se apresentam nas microescolhas diárias e como ocorre o agir em competência do TST; e) analisar como se constroem a cenografia e

o ethos discursivo por meio dos discursos enunciados pelos profissionais TST envolvidos na pesquisa.

A sua participação na pesquisa será como sujeito entrevistado que consistirá em um encontro baseado em entrevista semiestruturada com perguntas a respeito da temática deste projeto que trata da interface Linguagem e Trabalho: diálogos entre a ergologia e a análise do discurso. A delimitação do tema decorre da perspectiva teórica interdisciplinar que compreende os diálogos entre Ergologia e noções de Semântica Global da Análise do Discurso, enfocando as práticas discursivas em situação de trabalho do profissional Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal Catarinense por meio do ethos, como imagem de si, construído mediante as cenografias instituídas na atividade.

A técnica de entrevista acontecerá em um encontro (no início da pesquisa) que poderá ocorrer na instituição de ensino de formação do entrevistado ou em local de sua escolha, em horário e data também de sua escolha e que não o prejudique. A pesquisadora utilizará um gravador para coletar as informações que posteriormente serão transcritas a fim de realizar a análise deste estudo. Na entrevista abordaremos dez questões relacionadas à sua formação profissional no Instituto Federal Catarinense e à atividade real de trabalho, abordando inclusive as adversidades encontradas

Mesmo que a intensidade dos riscos para o público-alvo seja mínima, entre os possíveis riscos e desconfortos que você poderá sentir, há a possibilidade de: riscos de origem intelectual, por identificar um vazio de normas em relação a sua profissão; riscos de origem emocional por sentir um certo desconforto ao identificar as “dramáticas” que envolvem a profissão e o constante necessidade de realizar escolhas entre uma ou outra opção a fim de suprir a falta de orientação.

Se você se sentir desconfortável em responder alguma das questões levantadas durante a entrevista da pesquisa, poderá reservar seu direito de resposta. Se for identificado algum sinal de desconforto psicológico ou constrangimento pela sua participação durante o processo dos encontros de grupo focal, a pesquisadora compromete-se em orientá-lo(a) e encaminhá-lo(a) para os profissionais especializados na área do Núcleo de Apoio Pedagógico da Universidade de Passo Fundo

Ao participar da pesquisa, você terá os seguintes benefícios: a) refletir sobre a formação e a atuação profissional do Técnico em Segurança do Trabalho; b) emitir suas opiniões acerca do tema da pesquisa; c) contribuir para a compreensão acerca da sua atividade laboral e as dramáticas vivenciadas diariamente no trabalho; d) sugerir melhorias em relação ao curso oferecido pelo IF.

Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada a pesquisa e poderá ter acesso aos dados dela em qualquer etapa do estudo.

Sua participação nessa pesquisa não é obrigatória e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento. Para tanto, basta comunicar sua desistência ao pesquisador. Importante destacar que a pesquisa se destina a indivíduos maiores de 18 anos com participação voluntária.

Você não terá qualquer despesa para participar da presente pesquisa e não receberá pagamento pela sua participação no estudo. Caso você sofra qualquer tipo de dano em virtude da pesquisa você tem a garantia de buscar indenização.

Sua identidade será totalmente resguardada e não será citada, em nenhum momento, nos relatos da pesquisa. O material coletado se destinará somente à realização da pesquisa, sendo que ao final dela tais informações serão deletadas.

Durante a entrevista, não será solicitado o nome ou qualquer outro dado que possa identificar os participantes. No relato da investigação trataremos os entrevistados por entrevistado 1, entrevistado 2, entrevistado e assim por diante. Durante a pesquisa apenas os discursos sobre a atividade serão considerados, qualquer nome citado nessas verbalizações, será imediatamente excluído e não utilizado na investigação.

A participação na pesquisa será de forma voluntária, sendo garantido aos participantes o direito de desistir dela a qualquer momento, bastando, para isso, apenas comunicar à pesquisadora o desejo de desistência. Se você se sentir desconfortável em responder alguma das questões levantadas durante a entrevista da pesquisa, poderá reservar seu direito de resposta.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Tese de Doutorado, em possíveis eventos científicos e em trabalhos acadêmicos da pesquisadora, mas você terá a garantia do sigilo e da confidencialidade dos dados, bem como a certeza de que suas respostas não serão alteradas.

Caso você tenha dúvidas sobre o comportamento dos pesquisadores ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considera prejudicado(a) na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato com o a pesquisadora Elaine Ribeiro, Fone: (54) 9 9151 1155 ou com a secretaria do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF, pelo telefone (54) 3316-8341 ou também pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da UPF, pelo telefone (54) 3316-8157, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. O Comitê está localizado no *Campus I* da Universidade de Passo Fundo, na BR 285, Bairro São José, Passo Fundo/RS. O Comitê de Ética em pesquisa exerce papel consultivo e, em especial, educativo, para assegurar a formação continuada dos pesquisadores e promover a discussão dos aspectos éticos das pesquisas em seres humanos na comunidade.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo. Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com a pesquisadora.

Passo Fundo, _____ de _____ de _____.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: _____

Pesquisadora: Elaine Ribeiro

Assinatura: _____

APÉNDICE C – ENTREVISTADO 1

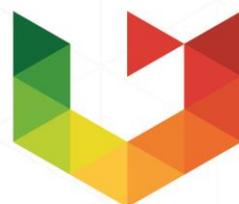
<https://docs.google.com/document/d/1pMRtM008hda6okMORPAAXiNTBU4fLqdr/edit?usp=sharing&oid=105879640817522926658&rtpof=true&sd=true>

APÊNDICE D – ENTREVISTADO 2

<https://docs.google.com/document/d/1pMRtM008hda6okMORPAAXiNTBU4fLqdr/edit?usp=sharing&oid=105879640817522926658&rtpof=true&sd=true>

APÉNDICE E – ENTREVISTADO 3

https://docs.google.com/document/d/1PaI9NxTBuieZlwnB5LwEQU5BNYg1_pVC/edit?usp=sharing&oid=105879640817522926658&rtpof=true&sd=true



UPF

UNIVERSIDADE
DE PASSO FUNDO

UPF Campus I - BR 285, São José
Passo Fundo - RS - CEP: 99052-900
(54) 3316 7000 - www.upf.br